

Demonstrações Contábeis

2025



1. Demonstrações Contábeis Societárias.
2. Relatório da Administração Societário.
3. Notas Explicativas às Demonstrações Societárias.
4. Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.
5. Demonstrações Contábeis Regulatórias.
6. Relatório da Administração Regulatório.
7. Notas Explicativas às Demonstrações Regulatórias.
8. Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Regulatório.
9. Termo de Responsabilidade.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
	explicativa		
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	358.107	245.319
Títulos e valores mobiliários	6	5.848	146.901
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	950.807	861.623
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	1.874	77.511
Outros tributos a compensar	8	65.838	68.077
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	375.153	375.153
Derivativos	31	384	277.961
Ativo financeiro setorial	9	15.173	-
Estoques		8.322	8.402
Outros ativos	12	257.660	225.596
Total do circulante		2.039.166	2.286.543
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	12.607	10.145
Depósitos judiciais	20	263.318	249.207
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	85.417	85.417
Outros tributos a compensar	8	49.132	46.719
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	614.150	881.280
Ativo financeiro setorial	9	63.942	-
Derivativos	31	100.491	30.399
Ativo financeiro da concessão	11	3.836.600	3.343.565
Outros ativos	12	19.720	21.581
Ativo contratual	13	675.177	475.787
Intangível	14	466.580	583.812
Total do não circulante		6.187.133	5.727.913
Total do ativo		8.226.299	8.014.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
	explicativa		
Circulante			
Fornecedores	15	738.125	598.357
Empréstimos e financiamentos	16	275.729	1.210.037
Debêntures	17	143.299	241.809
Entidade de previdência privada	18	14.890	14.002
Taxas regulamentares		23.933	5.365
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	3.925	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	81.170	100.888
Mútuos com partes relacionadas	28	6.080	-
Dividendo	28	126.921	113.356
Obrigações estimadas com pessoal		26.610	25.000
Derivativos	31	1.461	137
Passivo financeiro setorial	9	249.326	183.859
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	71.947	71.947
Outras contas a pagar	21	251.539	288.913
Total do circulante		2.014.954	2.853.670
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	587.385	754.512
Debêntures	17	2.421.928	2.051.182
Entidade de previdência privada	18	40.217	51.850
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	213.331	205.205
Débitos fiscais diferidos	10	313.450	206.224
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	115.419	112.334
Mútuos com partes relacionadas	28	1.012.713	-
Derivativos	31	11.589	16.440
Passivo financeiro setorial	9	179.825	176.578
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	650.019	919.564
Outras contas a pagar	21	15.696	26.524
Total do não circulante		5.561.572	4.520.414
Patrimônio líquido			
	22		
Capital social		276.850	272.262
Reserva de capital		19.199	23.788
Reserva legal		55.370	54.452
Reserva de lucros a realizar		368.889	265.795
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		363.327	212.442
Dividendo		156.545	275.472
Resultado abrangente acumulado		(590.407)	(463.839)
Total do patrimônio líquido		649.772	640.372
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.226.299	8.014.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	24	6.010.732	5.901.753
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	25	(3.486.612)	(3.523.048)
Custo com operação		(416.287)	(397.910)
Amortização		(153.920)	(143.221)
Outros custos com operação	26	(262.367)	(254.689)
Custo com serviço prestado a terceiros	26	(592.058)	(511.397)
Lucro operacional bruto		1.515.774	1.469.399
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(164.406)	(171.922)
Amortização		(1.350)	(1.224)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(60.948)	(70.500)
Outras despesas com vendas	26	(102.107)	(100.198)
Despesas gerais e administrativas		(186.018)	(186.466)
Amortização		(14.766)	(17.606)
Outras despesas gerais e administrativas	26	(171.252)	(168.860)
Outras despesas operacionais	26	(22.892)	(17.296)
Resultado do serviço		1.142.459	1.093.715
Resultado financeiro	27		
Receitas financeiras		288.745	232.893
Despesas financeiras		(639.736)	(584.173)
		(350.991)	(351.280)
Lucro antes dos tributos		791.468	742.435
Contribuição social	10	(65.239)	(64.461)
Imposto de renda	10	(177.947)	(181.256)
		(243.186)	(245.717)
Lucro líquido do exercício		548.282	496.717
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	23	10,33	9,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	548.282	496.717
Outros resultados abrangentes	(126.569)	(129.173)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	(126.327)	(128.117)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	(242)	(1.056)
Resultado abrangente do exercício	<u>421.713</u>	<u>367.544</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros						Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Reserva de lucros a realizar	Dividendo			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	267.673	28.376	51.926	212.442	174.402	192.000	(334.666)	-	592.154
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	496.717	496.717
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(128.117)	-	(128.117)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(1.056)	-	(1.056)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	4.588	(4.588)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	2.526	-	-	-	-	(2.526)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	91.393	-	-	(91.393)	-
Transações de capital com os acionistas									
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	(192.000)	-	-	(192.000)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	275.472	-	(275.472)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(102.136)	(102.136)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 28/03/2024 e 30/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	(25.190)	(25.190)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	272.262	23.788	54.452	212.442	265.795	275.472	(463.839)	-	640.372
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	548.282	548.282
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(126.327)	-	(126.327)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(242)	-	(242)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	4.588	(4.588)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	918	-	-	-	-	(918)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	150.884	-	-	-	(150.884)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	103.094	-	-	(103.094)	-
Transações de capital com os acionistas									
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	(275.472)	-	-	(275.472)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	156.545	-	(156.545)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(70.707)	(70.707)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 28/03/2025, 30/06/2025, 30/09/2025 e 30/12/2025	-	-	-	-	-	-	-	(66.134)	(66.134)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	276.850	19.199	55.370	363.327	368.889	156.545	(590.407)	-	649.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro antes dos tributos	791.468	742.435
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	170.036	162.051
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	11.524	22.237
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	60.948	70.500
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	292.296	290.910
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	(5.400)	(4.364)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	20.581	14.968
	1.341.453	1.298.737
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(151.083)	(32.546)
Tributos a compensar	435.201	112.374
Depósitos judiciais	-	(2.033)
Ativo financeiro setorial	464.160	40.323
Contas a receber - CDE	(30.163)	(43.914)
Outros ativos operacionais	4.327	33.370
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	139.768	(25.314)
Outros tributos e contribuições sociais	(29.639)	123.226
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(124.872)	(98.703)
Taxas regulamentares	18.568	(9.905)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(17.166)	(24.443)
Passivo financeiro setorial	(824.872)	(348.511)
Outros passivos operacionais	(29.743)	5.831
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	1.195.939	1.028.492
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(291.770)	(249.268)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(140.312)	(469.583)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	763.857	309.641
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(3.148.661)	(2.301.856)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	3.287.041	2.300.326
Adições de ativo contratual	(595.304)	(500.656)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(456.924)	(502.186)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	821.034	1.324.707
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(1.724.952)	(1.135.359)
Liquidação de operações com derivativos	98.600	(104.419)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(388.827)	(209.587)
Captação de mútuo com partes relacionadas	1.000.000	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(194.145)	(124.658)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	112.788	(317.203)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	245.319	562.522
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	358.107	245.319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
1 - Receita	9.775.205	9.323.777
1.1 Receita de venda de energia e serviços	9.245.045	8.884.457
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	591.109	509.820
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(60.948)	(70.500)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(4.845.756)	(4.914.812)
2.1 Custo com energia elétrica	(3.917.318)	(3.964.157)
2.2 Material	(328.138)	(323.653)
2.3 Serviços de terceiros	(483.319)	(399.052)
2.4 Outros	(116.980)	(227.951)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	4.929.449	4.408.965
4 - Retenções	(170.552)	(162.478)
4.1 Amortização	(170.552)	(162.478)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	4.758.897	4.246.487
6 - Valor adicionado recebido em transferência	298.345	238.397
6.1 Receitas financeiras	298.345	238.397
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	5.057.242	4.484.883
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	222.395	213.222
8.1.1 Remuneração direta	131.530	124.593
8.1.2 Benefícios	76.768	74.251
8.1.3 F.G.T.S	14.097	14.378
8.2 Impostos, taxas e contribuições	3.638.454	3.181.201
8.2.1 Federais	2.253.598	1.854.758
8.2.2 Estaduais	1.381.479	1.323.116
8.2.3 Municipais	3.377	3.326
8.3 Remuneração de capital de terceiros	648.111	593.744
8.3.1 Juros	644.673	589.966
8.3.2 Aluguéis	3.438	3.777
8.4 Remuneração de capital próprio	548.282	496.717
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	66.134	25.190
8.4.2 Dividendo (incluindo adicional proposto)	227.252	377.608
8.4.3 Lucros retidos	254.896	93.919
	5.057.242	4.484.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2024, exceto quando especificado de outra forma.

1) Considerações Iniciais

Em 2025, a CPFL Piratininga cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 2,0 milhões de clientes, em 27 municípios do Estado de São Paulo.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 6,8% em relação ao exercício de 2024, decorrente principalmente das classes comercial e industrial, que registraram quedas de 18,7% e de 39,9%; compensando parcialmente, podemos destacar o crescimento de 0,6% nas vendas para a classe residencial.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2) Comentário sobre a Conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2025 teve início em um ambiente de incerteza global, decorrentes da nova administração de Donald Trump nos Estados Unidos e a adoção de três mudanças relevantes: imposição de tarifas de importação, endurecimento das regras de imigração e a aprovação de um orçamento federal com trajetória deficitária para os próximos anos.

As tarifas representaram uma mudança na lógica tradicional do comércio americano, mas seu impacto foi menor do que o inicialmente esperado. Isso ocorreu devido ao recuo do governo em diversas medidas quando foram identificados impactos econômicos significativos. O tema também segue em disputa judicial e aguarda decisão da Suprema Corte sobre a legalidade do uso do instrumento de "emergência econômica". Outro fator que reduziu os impactos foi a antecipação de compras pelas empresas, para formação de estoques.

As mudanças recentes na política comercial e fiscal dos Estados Unidos elevaram a incerteza em relação ao desempenho do dólar no longo prazo, incentivando maior diversificação das reservas internacionais por parte de diversos bancos centrais. Esse movimento contribuiu para a valorização do ouro e para uma acomodação do valor da moeda norte americana. No campo monetário, o Federal Reserve reduziu a taxa básica de juros em 75 pontos-base diante da moderação do mercado de trabalho, passando a adotar postura de espera. A inflação dos Estados Unidos para o ano de 2025 fechou em 2,7%.

No Brasil, ao longo de 2025, foram mantidas e ampliadas iniciativas voltadas à sustentação da demanda doméstica, incluindo benefícios fiscais, reforço de programas sociais e expansão de linhas de crédito subsidiadas. Para conter os efeitos inflacionários dessas medidas, o Banco Central manteve a política monetária em nível restritivo. O resultado foi uma desaceleração moderada e heterogênea da atividade econômica, que seguiu operando com baixo nível de ociosidade. Setores

mais sensíveis às condições de crédito registraram moderação, enquanto atividades relacionadas à renda, como grande parte do setor de serviços, mantiveram bom ritmo.

Nesse contexto, a taxa Selic foi elevada em 2,75 p.p. e permaneceu em 15% ao ano por um período prolongado. A inflação e as expectativas inflacionárias apresentaram desaceleração moderada, mantendo-se mais próximas do teto do que do centro da meta do Banco Central. O IPCA encerrou 2025 em 4,3%, resultado inferior às projeções iniciais.

Esse resultado foi determinado pelo comportamento de Alimentação no domicílio e Bens industriais, influenciado por boas safras, efeitos temporários da gripe aviária (que reduziu exportações e ampliou a oferta doméstica), impactos das tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre carnes e café, além da apreciação do real, que ajudou a conter os preços de bens industriais após os aumentos registrados no primeiro quadrimestre, decorrentes da depreciação cambial do ano anterior. Por outro lado, o segmento de Serviços manteve variação próxima a 6% em termos anuais, acompanhando a evolução do mercado de trabalho e da atividade econômica.

Tarifas de energia elétrica

Reajuste Tarifário Anual (RTA):

Em 21 de outubro de 2025, por meio da Resolução Homologatória nº 3.543, a ANEEL homologou o resultado da Reajuste Tarifário Anual da CPFL Piratininga, em vigor desde 23 de outubro de 2025, reajustando as tarifas de energia elétrica da distribuidora em 10,00%, sendo 10,25% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e -0,22% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 10,27% e da Parcela B de -0,02%. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 7,63%, sendo de 12,15%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 5,64%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

3) Desempenho Operacional

Clientes

A CPFL Piratininga encerrou o ano com 2,0 milhões de clientes, com acréscimo de 38 mil consumidores, representando um crescimento de 1,7%.

Vendas de energia

Em 2025, as vendas para o mercado cativo totalizaram 7.015 GWh, uma queda de 6,8% em relação a 2024. A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2025 foi de 67,3% para a classe residencial, 17,0% para a classe comercial e 4,5% para a classe industrial. Para essas classes de consumo, destaca-se:

- l **Classe Residencial:** crescimento de 0,6%, devido a melhora da massa de renda real e o incremento de unidades consumidoras em 2025 quando comparado ao ano de 2024. Em contrapartida tivemos o impacto negativo referente ao aumento de unidades de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída);
- l **Classe Comercial:** redução de 18,7%, refletindo o incremento de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída), menores temperaturas registradas em 2025, quando comparado ao ano de 2024, e a migração de clientes cativos para o mercado livre;

- ┌ **Classe Industrial:** redução de 39,9%, devido à migração de clientes cativos para o mercado livre e o incremento de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída).

Qualidade dos serviços prestados

Atendimento ao cliente

A CPFL Piratininga obteve em 2025 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 76,8 na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, uma oscilação positiva de 1,2 pontos (+1,6%) em relação ao resultado do ano anterior. O resultado manteve a empresa no 13º lugar da categoria, acima da média nacional, que foi de 68,7 pontos.

Fornecimento de energia

A CPFL Piratininga desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2025, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,64 horas, e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 2,69 vezes, entre os menores do setor.

4) Desempenho Econômico-Financeiro

Receita operacional

A receita operacional bruta foi de R\$ 9.836 milhões em 2025, representando um crescimento de 4,7% (R\$ 442 milhões), decorrente dos seguintes aumentos: (i) de 15,9% (R\$ 242 milhões) na receita de disponibilidade da rede elétrica – TUSD; (ii) de 15,9% (R\$ 81 milhões) na receita com construção de infraestrutura; (iii) de 17,1% (R\$ 80 milhões) em outras receitas; (iv) de 7,7% (R\$ 26 milhões) no ativo e passivo financeiro setorial, passando de um ativo de R\$ 340 milhões para um ativo de R\$ 366 milhões; (v) de 0,4% (R\$ 25 milhões) no fornecimento de energia elétrica; e (vi) de 12,8% (R\$ 18 milhões) na atualização do ativo financeiro da concessão; parcialmente compensados pela redução de 13,6% (R\$ 30 milhões) no suprimento de energia elétrica.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 3.825 milhões em 2025, representando um aumento de 9,5% (R\$ 333 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 6.011 milhões no ano, registrando um aumento 1,8% (R\$ 109 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA)

Em 2025, o EBITDA foi de R\$ 1.312 milhões, representando um aumento de 4,5% (R\$ 57 milhões), devido às seguintes variações: (i) aumento de 1,8% (R\$ 109 milhões) na receita operacional líquida; e (ii) redução de 1,0% (R\$ 36 milhões) no custo com energia elétrica. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos seguintes aumentos: (i) de 15,9% (R\$ 81 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; e (ii) de 1,2% (R\$ 7 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ┌ Aumento de 6,1% (R\$ 13 milhões) nas despesas com pessoal;
- ┌ Redução de 1,9% (R\$ 1 milhão) nas despesas com material;
- ┌ Aumento de 6,2% (R\$ 14 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;

- └ Redução de 12,4% (R\$ 18 milhões) em outros custos/despesas operacionais; e
- └ Redução de R\$ 1 milhão em entidade de previdência privada.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2025	2024
Lucro Líquido	548.282	496.717
Amortização	170.035	162.051
Resultado Financeiro	350.991	351.280
Contribuição Social	65.239	64.461
Imposto de Renda	177.947	181.256
EBITDA	1.312.494	1.255.766

Conforme Resolução CVM nº 156/22.

Lucro líquido

A CPFL Piratininga apurou lucro líquido de R\$ 548 milhões em 2025, representando um aumento de 10,4% (R\$ 52 milhões), refletindo as seguintes variações: (i) aumento de 4,5% (R\$ 57 milhões) no EBITDA; (ii) redução de 0,1% (R\$ 0,3 milhão) nas despesas financeiras líquidas; e (iii) redução de 1,0% (R\$ 3 milhões) no imposto de renda e contribuição social. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 4,9% (R\$ 8 milhões) na amortização.

Endividamento

Ao final de 2025, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Piratininga atingiu R\$ 4.359 milhões, representando um aumento de 9,9%.

5) Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 595 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros. A rede de distribuição da CPFL Piratininga consistia em 28.712 km de linhas de distribuição, incluindo 52.089 transformadores de distribuição. A concessionária tinha 758 km de linhas de distribuição de alta tensão, entre 23 kV e 138 kV. Nesta data, a distribuidora detinha 51 subestações transformadoras de alta tensão para média tensão para subseqüente distribuição, com capacidade total de transformação de 3.579 MVA.

6) Aspectos ESG (Ambientais, Sociais e de Governança)

A CPFL Piratininga desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em três pilares: Negócios de baixo carbono e segurança energética, Operações inteligentes e sustentáveis e Geração de valor compartilhado com a sociedade. O plano se desdobra atualmente em 18 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030: ferramenta de gestão do desempenho em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Programa de Integridade e Gestão do Canal de Ética: o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com a ética e a integridade, valores que orientam as decisões, as relações e os negócios. A integridade é um dos valores do Grupo CPFL, posicionada no centro do Nosso Jeito de Ser, refletindo a sua relevância estratégica na cultura.

O Programa está estruturado em 4 dimensões interdependentes, que sustentam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o apoio da alta administração, contando ainda com o apoio e a atuação próxima das áreas de negócio para sua efetiva implementação: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética e a Política Anticorrupção; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) avaliações de conflito de interesse, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e (iv) monitoramento de indicadores, avaliações supervisionadas pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade aos fóruns executivos. O Programa conta, ainda, com um canal de ética externo e independente, assegurando o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa-fé, bem como com um processo estruturado de apuração de registros éticos.

Dentre as ações executadas em 2025, destaca-se a recertificação da ISO 37001 do Sistema de Gestão Antissuborno e Anticorrupção da Companhia que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Adicionalmente, o Grupo realizou a adesão voluntária ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial e ao Movimento Transparência 100%, iniciativas da Controladoria Geral da União (CGU), reforçando o alinhamento às melhores práticas de governança, mitigação de riscos e fortalecimento da cultura ética. No âmbito normativo, houve a revisão da cláusula anticorrupção padrão dos contratos da Companhia, com o objetivo de promover atualizações alinhadas às melhores práticas de mercado. O Programa também foi sustentado por um robusto plano de treinamentos ao longo de 2025, com marco relevantes como: Celebração do dia da integridade, pela primeira vez na cidade de Sorocaba/SP e com a presença do jornalista Caco Barcelos; treinamento de integridade para a alta administração ministrado pelo advogado e professor Dr. Carlos Ayres; treinamento para fornecedores no fórum Rede de Valor, em parceria com a Diretoria de Suprimentos e ações focadas em liderança e público operacional sobre a Cultura Ética e Canal de Ética, nas quais reforçamos temas importantes como: política anticorrupção, assédio moral e tratamento desrespeitoso, Assédio sexual e importunação sexual, conflito de interesses. Em 2025, o Grupo CPFL realizou a migração da plataforma do Canal de Ética para a Aliant, fortalecendo a gestão do processo de ética e assegurando independência e confiabilidade.

Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Piratininga atua, em 2025 destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte focando na redução dos níveis de vulnerabilidade social, beneficiando 71 crianças e jovens. **(ii) CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de melhorias na infraestrutura hospitalar, pesquisas oncológicas e humanização hospitalar, beneficiando mais de 285 mil pessoas; **(iii) Circuito CPFL:** através da frente Circuito CPFL, levamos cinema movido a energia solar, beneficiando mais de 4.095 espectadores; **(iv) CPFL Intercâmbio Brasil-China:** Em 2025, a frente Intercâmbio Brasil><China impactou mais de 1,6 milhões de pessoas. Essa edição

contou com uma exposição de arte chinesa, espetáculo de dança, um festival cultural, publicações de livros, concertos de música e dois encontros especiais do café filosófico cpfl, além do lançamento de uma série documental na TV Cultura, uma playlist de música no Spotify e um canal exclusivo no YouTube. **(v) Café Filosófico CPFL:** Com nossa frente Café Filosófico CPFL, em 2025, realizamos 32 gravações em nosso estúdio e 1 gravação especial comemorativa em Jundiaí/SP. Ao todo, ao longo de 2025, foram 143 exibições do programa na TV Cultura e 18 milhões de pessoas impactadas digitalmente.

(vi) Eficiência energética (0,5% da ROL): Eficiência Energética (0,5% da ROL): em 2025 foram investidos R\$ 34,8 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: (a) R\$ 23,9 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na regularização de 1.425 clientes; substituição de 70.668 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED); e, 19.263 famílias beneficiadas. Foram investidos também, (b) R\$ 1,3 milhões em projetos educacionais, com foco na Olimpíada Nacional de Eficiência Energética, que beneficiou 5.780 alunos do ensino fundamental no uso consciente e seguro da energia elétrica e foram desenvolvidas aulas para um projeto educacional inovador para alunos universitários. Tivemos ainda, (c) cerca de R\$ 0,6 milhões investidos em prédios públicos que proporcionaram a substituição de pontos de Iluminação por LED e instalação em sistemas fotovoltaicos. Por fim, (d) investimento de R\$ 20,5 milhões no Programa de Hospitais, que implementou 981,13 KWp instalados Sistemas de Geração Fotovoltaica e substituição de lâmpadas por LED em 29 hospitais Públicos e Filantrópicos da área de concessão.

Gestão de Recursos Humanos: em 2025, treinamos 1.592 colaboradores. Foram 31,3 mil horas treinadas. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com escolas para formação de eletricitistas ao longo do ano: foram 7 turmas, 140 participantes, 118 aprovados, 55 contratados e 4 em processo de admissão.

Rede de Valor: Em 2025, foram realizados 3 encontros da Rede de Valor, dos quais 2 ocorreram em formato online e 1, em formato híbrido. Os temas abordados foram: Cenário Macroeconômico e Planejamento Estratégico CPFL, Impactos dos eventos climáticos extremos na cadeia de valor do setor elétrico e Ética e Integridade na Cadeia de Suprimentos, Saúde e Segurança do Trabalho na cadeia de valor e subcontratadas. No geral, contamos com a participação de 129 fornecedores.

7) Programa CPFL +Diversa

O Programa CPFL +Diversa reforça nosso compromisso com a construção de um ambiente de trabalho cada vez mais diverso, inclusivo e equitativo. Nosso propósito é avançar continuamente na consolidação de práticas de gestão que promovam respeito, pertencimento e oportunidades para que todas as pessoas possam prosperar. Para mais informações, acesse a nossa Norma de Diversidade, Equidade e Inclusão no site de Relacionamento com Investidores: www.cpfl.com.br/ri > Governança Corporativa > Estatutos Sociais, Códigos e Políticas > Códigos, Políticas e Regimentos > Diversidade, Equidade e Inclusão.

Em conformidade com a Lei Federal nº 15.177/2025, informamos:

I - Quantidade e proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos.

Composição níveis por gênero				
	2025		2024	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Diretoria	83,33%	16,67%	80,00%	20,00%
Gerência	76,09%	23,91%	75,56%	24,44%
Chefia/Coordenação	79,03%	20,97%	74,55%	25,45%
Técnica/Supervisão	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Administrativo	54,22%	45,78%	54,16%	45,84%

Operacional	93,67%	6,33%	93,14%	6,86%
Estagiários	57,14%	42,86%	81,48%	18,52%

II – Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos de administração.

Diversidade no Conselho de Administração		
	2025	2024
Homens	100%	100%
Mulheres	0%	0%

III – Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares.

Proporção da remuneração das mulheres em relação à dos homens				
	2025		2024	
	Salário-base	Remuneração total	Salário-base	Remuneração total
Diretoria	144,57%	113,55%	98,48%	98,92%
Gerência	100,56%	104,22%	102,79%	99,39%
Chefia/Coordenação	103,43%	94,31%	102,71%	100,46%
Técnica/Supervisão	0,00%	224,67%	0,00%	0,00%
Administrativo	73,91%	79,55%	72,13%	77,82%
Operacional	74,53%	79,11%	76,23%	78,26%
Estagiários	91,79%	102,75%	99,73%	102,23%

8) Auditores Independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi contratada pela CPFL Piratininga para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza

Asseguração de *covenants* financeiros

Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

Revisão da ECD Contábil do ano calendário

Assessoria tributária para cálculo do Pilar II

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como

objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

9) Agradecimentos

A Administração da CPFL Piratininga agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2025. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração.

Ana Paula Peressim de Paulo
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CRC 1SP217200/O-6

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte, Jardim Professora Tarcília, CEP: 13.087-397, Campinas, São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 23 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 2,0 milhões de consumidores. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiá.

1.1 Renovações de concessões de distribuição de energia elétrica no Brasil

Em junho de 2025, a ANEEL aprovou, em reunião pública da diretoria, o requerimento da Companhia para a celebração de novo Termo Aditivo ao seu Contrato de Concessão, considerando a minuta final publicada no Despacho ANEEL nº 517/2025, com o objetivo de promover a prorrogação antecipada da concessão por mais 30 (trinta) anos, a partir de 23 de outubro de 2028. Com a aprovação, o processo foi encaminhado pela ANEEL ao Ministério de Minas e Energia (“MME”). O MME, por sua vez, submeteu o processo à análise do Tribunal de Contas da União (“TCU”). Em novembro de 2025 o TCU atestou conformidade do processo conduzido pela ANEEL e que o MME atendeu aos requisitos estabelecidos para a extensão dos contratos de concessão da CPFL Piratininga. Após a avaliação, caberá ao MME a decisão final e, posteriormente, a assinatura do novo termo aditivo, conforme os prazos estabelecidos no Decreto nº 12.068/2024.

1.2 Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL

O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o Grupo CPFL implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação “Nossa Jornada frente as Mudanças Climáticas”, e na plataforma global do Carbon Disclosure Project (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente.

Em 2025, avançamos na agenda climática com o desenvolvimento do Plano Integrado de Adaptação Climática. Iniciamos o mapeamento de riscos climáticos físicos na distribuição. O processo também nos prepara para cumprir as exigências da Resolução CVM nº 193.

Iniciativas específicas

A Companhia possui investimentos em expansão, reforço de rede, automação e modernização de equipamentos, como a plataforma *Advanced Distribution Management System* (ADMS) e o *Weather Translator System* (WeTS). Além disso temos projetos de resiliência em parceria com a FGV e Climatempo, e o projeto Arborização +Segura para prevenir danos, acidentes e interrupções de energia.

Gestão de crises

O Grupo CPFL mantém um modelo estruturado de gestão de crises, formalizado em normativo corporativo, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação e tratamento de eventos que possam impactar a continuidade dos negócios, o desempenho operacional, a situação financeira ou a reputação da Companhia. Esse modelo define critérios claros para o acionamento do Grupo de Crise, bem como papéis, responsabilidades e fluxos decisórios aplicáveis a diferentes níveis de gravidade das ocorrências.

O Grupo de Crise é responsável pela avaliação de eventos anormais, pelo monitoramento de fatores de risco e pela coordenação das ações necessárias à mitigação de impactos em situações classificadas como crise. Sua composição é definida conforme a natureza e a criticidade do evento, podendo envolver membros permanentes e participantes adicionados a medida da necessidade, assegurando abordagem multidisciplinar e adequada aos riscos identificados.

O processo de gestão inicia-se com a classificação da ocorrência, incluindo a determinação de sua natureza e do nível de gravidade (Níveis I, II ou III). Essa análise considera, de forma integrada, os impactos potenciais e efetivos sobre pessoas, comunidades, meio ambiente, operações, segurança patrimonial, aspectos financeiros, regulatórios e reputacionais, bem como eventuais reflexos sobre a continuidade das atividades do Grupo CPFL.

Adicionalmente, são avaliados a abrangência e o potencial de repercussão da ocorrência junto à opinião pública e aos stakeholders, incluindo exposição em meios de comunicação e ambientes digitais, além da extensão geográfica do evento. Em função da complexidade das operações do Grupo CPFL, as crises podem apresentar diferentes escalas e níveis de impacto, demandando respostas proporcionais e coordenadas.

A governança de crises do Grupo CPFL está integrada aos seus mecanismos de gestão de riscos, controles internos e planos de continuidade de negócios, assegurando que as decisões adotadas durante situações críticas sejam pautadas por critérios técnicos, disciplina de governança, rastreabilidade das ações e foco na preservação do valor econômico e institucional da Companhia.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro ("MCSE") e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL ("www.aneel.gov.br") e da Companhia ("www.cpfl.com.br") a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 25 de fevereiro de 2026 e aprovadas pelo conselho de Administração em 3 de março de 2026.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para

os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 10 – Débitos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão: premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos (nota 31);
- Nota 12 – Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 14 – Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 17 – Debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 18 – Entidade de previdência privada: principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos;
- Nota 19 – Impostos, taxas e contribuições a recolher: incertezas sobre os tributos sobre o lucro;
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota 31 – Instrumentos financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

3.2 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários

dos serviços públicos, e (ii) ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 24).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

Em função (i) do modelo tarifário, que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são

reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 31). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 31.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Intangível e Ativo contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como direito de exploração de concessões, softwares e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para

exploração é definido contratualmente, este ativo intangível, de vida útil definida, é amortizado pelo prazo de concessão, de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

3.5 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado, como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando

ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: intangível de concessão e outros intangíveis) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Em período subsequente, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo considerada patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- (i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- (ii) Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros

resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.9 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita no decorrer da prestação do serviço, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.11 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício.

3.12 Subvenção governamental - CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários - nota 24.3).

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

3.13 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada quatro anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- **Parcela A (custos não gerenciáveis):** esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- **Parcela B (custos gerenciáveis):** composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.14 Arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2) a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de amortização aplicado para itens similares do ativo intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.15 Mudanças nas principais políticas contábeis

No exercício corrente, a Companhia aplicou alterações às normas contábeis, bem como orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM, que se tornaram obrigatórias para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas alterações não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Entre as principais mudanças, destacam-se as alterações do CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, que especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for, e a adoção da orientação técnica OCPC 10, que estabelece diretrizes para o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.16 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas, emendas foram emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

Foi emitido o CPC 51, que substitui o CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. Introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades serão obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício entre cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas funções identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluindo a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional”, e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

O CPC 51 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51, será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas a partir da data de adoção.

(b) Alterações ao CPC 48 e CPC 40 (R1) – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Foram emitidas as alterações ao CPC 48 e CPC 40 que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Entre as principais alterações estão: (i) esclarecimento sobre a baixa de passivos financeiros na “data de liquidação” e introdução de uma opção de política contábil para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento antes da data de liquidação; (ii) orientação adicional sobre avaliação de fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ESG; (iii) esclarecimentos sobre características sem direito de regresso e instrumentos contratualmente vinculados; e (iv) novos requisitos de divulgação para instrumentos

financeiros com características contingentes e para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(c) Melhorias Anuais às Normas Contábeis

Foram emitidas as alterações pontuais em normas como CPC 37, CPC 40, CPC 48, CPC 36 e CPC 03 (R2), com o objetivo de melhorar a consistência e clareza das normas. As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao valor novo de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldos bancários	20.946	30.160
Aplicações financeiras	337.161	215.159
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	3.709	3.640
Títulos de crédito privado (b)	328.046	199.995
Fundos de investimentos (c)	5.406	11.524
Total	<u>358.107</u>	<u>245.319</u>

(a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e remuneração de 30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) em 2025 e 2024.

(b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDBs no montante de R\$ 248.806 (R\$ 109.530 em 31 de dezembro de 2024) e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 79.240 (R\$ 90.465 em 31 de dezembro de 2024), todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 99,44% do CDI (98,94% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

(c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média 99,21% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024) tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI, lastreadas em títulos públicos federais, CDBs e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Através de fundos de investimentos	5.848	146.901
Total	<u>5.848</u>	<u>146.901</u>

Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 99,21% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	265.505	148.056	31.503	445.064	398.205
Industrial	12.720	12.797	24.069	49.586	43.453
Comercial	49.849	20.587	8.305	78.741	77.202
Rural	2.485	1.266	290	4.042	3.926
Poder público	13.188	2.647	2.560	18.396	18.464
Iluminação pública	13.330	4.873	158	18.361	14.821
Serviço público	13.685	610	2.447	16.742	17.032
Faturado	370.762	190.836	69.332	630.931	573.103
Não faturado	348.542	-	-	348.542	293.860
Parcelamento de débito de consumidores	13.864	7.896	11.344	33.104	47.548
Operações realizadas na CCEE	13.842	-	-	13.842	33.133
Concessionárias e permissionárias	795	-	-	795	1.799
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(880)	-	-	(880)	(925)
Outros	26	-	-	26	17
	746.952	198.732	80.676	1.026.360	948.534
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(75.552)	(86.911)
Total				950.807	861.623
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	12.607	-	-	12.607	10.145
Total	12.607	-	-	12.607	10.145

Parcelamento de débitos de consumidores: refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 31 (f).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2023	(87.127)	(2.797)	(89.924)
Provisão revertida (constituída) líquida	(101.550)	61	(101.489)
Recuperação de receita	30.989	-	30.989
Baixa de contas a receber provisionadas	70.777	1.393	72.171
Saldo em 31/12/2024	(86.911)	(1.343)	(88.254)
Provisão revertida (constituída) líquida	(93.941)	(1.512)	(95.452)
Recuperação de receita	34.504	-	34.504
Baixa de contas a receber provisionadas	70.796	(1.539)	69.257
Saldo em 31/12/2025	(75.552)	(4.393)	(79.945)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.874	77.511
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.874	77.511
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	11.932	13.180
ICMS a compensar	42.174	41.202
Programa de integração social - PIS	2.124	3.418
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	9.599	10.261
Outros	9	15
Outros tributos a compensar	65.838	68.077
Total circulante	67.711	145.588
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	22.993	22.993
Imposto de renda a compensar - IRPJ	62.424	62.424
Imposto de renda e contribuição social a compensar	85.417	85.417
ICMS a compensar	49.131	46.719
Outros tributos a compensar	49.132	46.719
Total não circulante	134.548	132.136

Imposto de renda e contribuição social a compensar: refere-se principalmente a constituição de crédito de imposto de renda e contribuição social pago a maior.

Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte: refere-se, principalmente, a IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos público.

ICMS a compensar: refere-se, principalmente, a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

Imposto de renda e contribuição social a compensar no não circulante: Refere-se ao reconhecimento de créditos tributários decorrentes da atualização pela taxa Selic incidente sobre valores recuperados por meio de repetição de indébito tributário. Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), firmou entendimento de que o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") não incidem sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na restituição ou compensação de tributos pagos indevidamente. A Companhia ajuizou ação judicial em julho de 2021, visando resguardar seu direito de recuperar os valores indevidamente tributados nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação. Com base nessa decisão e na expectativa de realização dos créditos, a Administração procedeu ao reconhecimento contábil dos respectivos valores, registrados no ativo como tributos a compensar. A Companhia aguarda a decisão da ação judicial para iniciar a utilização do crédito tributário. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo a compensar é de R\$ 85.417.

8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

Ativo	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	66.919	66.919
COFINS sobre ICMS	308.234	308.234
Total circulante	375.153	375.153
<u>Não circulante</u>		
PIS sobre ICMS	109.551	157.267
COFINS sobre ICMS	504.599	724.013
Total não circulante	614.150	881.280
Passivo	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	71.947	71.947
Total circulante	71.947	71.947
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	650.019	919.564
Total não circulante	650.019	919.564

Tendo em vista (i) decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) em março de 2017 do tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõem a base de cálculo do PIS e da COFINS, (ii) decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal (“STF”) que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, (iii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo” e (iv) a Companhia possui uma ação judicial relacionado ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e da COFINS, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 1.816.859.

Em outubro de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005). Em fevereiro de 2022, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto à Receita Federal do Brasil e houve o início da utilização do crédito para compensar outros tributos a recolher administrados pela Receita Federal do Brasil.

Com isso, no reajuste tarifário de outubro de 2022 foram repassados parte dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 434.863 de igual maneira no reajuste tarifário de outubro de 2023, 2024 e 2025 houve repasse nos montantes de R\$ 595.322, R\$ 131.012 e R\$ 338.382 respectivamente (nota 9), restando assim no passivo com consumidores, o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 721.966 (R\$ 991.511 em 31 de dezembro de 2024).

Ainda sobre esse assunto, em 2024 a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil a resposta à Solução Consulta previamente apresentada, no qual foi externado o entendimento sobre a necessidade de oferecimento a tributação de tal crédito para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS. Assim, nos termos da orientação acima, a tributação foi realizada, e o montante de R\$ 444.566 foi recolhido em fevereiro de 2024. Tais valores foram ajustados entre o Reajuste Tarifário Anual de 2024 e 2025, resultando na neutralização do efeito tarifário.

Em relação ao ativo de tributos a compensar, levando-se em conta o início das compensações em fevereiro de 2022, até dezembro de 2025 já foram compensados junto à Receita Federal do

Brasil o montante de R\$ 1.330.595, o saldo atualizado até 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 989.303 (R\$ 1.256.433 em 31 de dezembro de 2024).

Em 22 de julho de 2025 houve a conclusão da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, sendo que a Agência manteve a interpretação de que os créditos tributários devem ser devolvidos integralmente aos consumidores.

Em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal - STF concluiu o julgamento da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 7324 e, por maioria de votos, julgou parcialmente procedente o pedido, mantendo a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022, e definindo a destinação dos valores de indêbitos tributários restituídos em favor dos consumidores, e ainda (i) permitindo a dedução dos tributos incidentes sobre a restituição, bem como dos honorários específicos dispendidos pelas concessionárias, para o fim de obter a repetição do indébito; e (ii) observando o prazo de 10 anos, contados da data da efetiva restituição do indébito às distribuidoras ou da homologação definitiva da compensação por elas realizada. Por fim, o Tribunal decidiu que o recebimento de boa-fé a maior pelo usuário consumidor não será objeto de repetição.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos em virtude de ação judicial está limitada ao prazo prescricional de 10 anos, e aguarda o julgamento dos embargos de declaração protocolados pela Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) no Supremo Tribunal Federal - STF.

Logo, diante das incertezas quanto à contagem do prazo prescricional e à forma de aplicação da decisão proferida na ADI 7324, a Administração entende que, neste momento, não dispõe de elementos suficientes para elaborar estimativa confiável do montante que poderia ser revertido do passivo antes do julgamento dos embargos de declaração. Ressalte-se, contudo, que a opção da Companhia por não reconhecer qualquer crédito tributário nesta fase não implica renúncia ao direito que lhe assiste.

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2024			Receita operacional (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)	Devolução aos consumidores	Recebimento	Saldo em 31/12/2025		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária		CDE Eletrobrás	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	18.535	(24.931)	(6.397)	374.765	(52.169)	29.459	-	(5.249)	82.873	257.535	340.408
CVA (*)	(4.185)	15.161	10.975	272.551	(57.214)	16.845	-	(5.249)	81.331	156.576	237.907
CDE (**)	23.705	(243.272)	(219.568)	20.017	229.746	593	-	-	20.709	10.078	30.787
Custos energia elétrica	5.390	37.412	42.802	(11.081)	(34.205)	1.822	-	-	(2.782)	2.120	(662)
ESS e EER (***)	-	(9.917)	(9.917)	31.302	3.079	2.787	-	-	-	27.251	27.251
Proinfa	3.548	55.067	58.615	57.885	(62.085)	6.173	-	-	30.692	29.896	60.588
Rede básica	21.483	(93.833)	(72.350)	(32.882)	94.585	(1.391)	-	-	8.813	(20.850)	(12.037)
Repasse de Itaipu	(1.992)	7.591	5.599	8.917	(7.443)	541	-	-	4.561	3.052	7.614
Transporte de Itaipu	(23.546)	(53.778)	(77.323)	682	54.309	(14)	-	-	(20.117)	(2.230)	(22.347)
Neutralidade dos encargos setoriais	236	260.638	260.874	40.125	(272.941)	2.104	-	-	(21.481)	51.642	30.162
Sobrecontratação	(6.104)	-	(6.104)	(12.750)	-	-	-	-	(18.853)	-	(18.853)
Bandeira Tarifária faturada	(126.682)	(227.359)	(354.041)	(218.713)	262.078	(20.838)	(358.931)	-	(150.863)	(539.581)	(690.444)
Outros componentes financeiros	(126.682)	(227.359)	(354.041)	(218.713)	262.078	(20.838)	(358.931)	-	(150.863)	(539.581)	(690.444)
Devolução do crédito de PIS/COFINS	(37.514)	(105.721)	(143.235)	(156.815)	208.214	-	(338.382)	-	-	(430.218)	(430.218)
Geração distribuída	-	-	-	-	3.954	-	(20.549)	-	-	(16.595)	(16.595)
Ultrap. Dem. e Exced. Reativos	(83.259)	(113.637)	(196.896)	(48.578)	37.862	(15.268)	-	-	(147.105)	(75.775)	(222.881)
Outros	(5.909)	(8.001)	(13.910)	(13.319)	12.049	(5.570)	-	-	(3.758)	(16.992)	(20.750)
Total	(108.148)	(252.290)	(360.437)	166.053	209.909	8.620	(358.931)	(5.249)	(67.991)	(282.046)	(350.036)
Ativo circulante			-								15.173
Ativo não circulante			-								63.942
Passivo circulante			(183.859)								(249.326)
Passivo não circulante			(176.578)								(179.825)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

CVA: referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Neutralidade dos encargos setoriais: refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

Sobrecontratação: as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Outros componentes financeiros: (i) Devolução do crédito de PIS/COFINS: conforme a Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.543 relativa ao RTA de 2025, foi considerado o passivo financeiro setorial decorrente dos créditos de PIS/COFINS referente exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, cujo valor estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores, em outras contas a pagar, e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no terceiro trimestre de 2025 (nota 8.1). (ii) Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos: valores em constituição e valores já homologados em revisão tarifária periódica e que passaram a ser amortizados pelo prazo de vigência da revisão. (iii) Geração Distribuída: Conforme disposto no Despacho nº 684/2025, foi incorporado na definição da energia requerida a consideração do mercado de fornecimento medido e a dedução da energia injetada pela MMGD, com vigência a partir dos processos tarifários de 2025, em conformidade com o princípio da modicidade tarifária prevista pelo artigo 13 da Lei nº 14.300 de 2022. Em 2025 foi considerado o montante de R\$ 20.549 que estava registrado no grupo de contas a pagar com os consumidores e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais para devolução aos consumidores. (iv) Outros: (i) CDE GD; (ii) CDE covid e escassez hídrica.

Recebimento – CDE Eletrobrás: conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás estão sendo destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, desde 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2025 ocorreu em maio e foi homologado pelo Despacho nº 1.536 de 23 de maio de 2025.

(10) DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 Composição dos (débitos) e créditos fiscais diferidos:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Bases negativas	7.145	23.529
Benefício fiscal do intangível incorporado	2.933	3.968
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(93.600)</u>	<u>(82.802)</u>
Subtotal	(83.522)	(55.304)
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	20.006	65.466
Benefício fiscal do intangível incorporado	10.067	13.620
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(260.000)</u>	<u>(230.006)</u>
Subtotal	(229.928)	(150.919)
Total	<u>(313.450)</u>	<u>(206.224)</u>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, bases negativas, prejuízo fiscal e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

10.2 Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R3) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. A taxa anual de amortização aplicada é linear de 3% ao ano.

10.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2025		31/12/2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	10.847	30.131	10.743	29.841
Entidade de previdência privada	1.160	3.221	4.016	11.156
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.934	22.038	8.681	24.115
Provisão energia livre	3.651	10.141	3.193	8.870
Programas de P&D e eficiência energética	4.274	11.871	4.980	13.834
Provisão relacionada a pessoa	1.672	4.644	1.644	4.566
Marcação a Mercado - Derivativos	(1.803)	(5.008)	7.103	19.730
Marcação a Mercado - Dívidas	(4.255)	(11.820)	(9.093)	(25.259)
Derivativos	(9.925)	(27.569)	(36.247)	(100.685)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(311)	(863)	(420)	(1.168)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(109.670)	(304.639)	(95.612)	(265.589)
Outros	968	2.689	14.583	40.509
Subtotal	(95.459)	(265.165)	(86.428)	(240.078)
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	1.859	5.165	3.659	10.164
Marcação a Mercado - Derivativos	-	-	12	34
Marcação a Mercado - Dívidas	-	-	(45)	(126)
Subtotal	1.859	5.165	3.626	10.072
Total	(93.600)	(260.000)	(82.802)	(230.006)

10.4 Expectativa do período de recuperação:

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de bases negativas e prejuízos fiscais, benefício fiscal do intangível incorporado e diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação	
2026	67.039
2027	29.916
2028	29.280
2029	11.591
2030	16.392
2034 a 2036	8.196
Total	162.414

10.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2025 e 2024:

	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	791.468	791.468	742.435	742.435
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(1.484)	(1.484)	(200)	(200)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	48.578	48.578	49.203	49.203
Juros sobre o capital próprio	(66.134)	(66.134)	(25.190)	(25.190)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(53.748)	(60.641)	(50.097)	(38.324)
Base de cálculo	718.680	711.787	716.151	727.924
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(64.681)	(177.947)	(64.454)	(181.981)
Provisão para riscos fiscais	(558)	-	(8)	725
Total	(65.239)	(177.947)	(64.461)	(181.256)
Corrente	(38.788)	(103.847)	(64.384)	(180.473)
Diferido	(26.451)	(74.100)	(77)	(783)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício de R\$ 100.551 (R\$ 860 em 2024) refere-se a (i) diferenças temporárias R\$ 34.118 (R\$ 85.266 em 2024), (ii) benefício fiscal do intangível incorporado R\$ 4.588 (R\$ 4.589 em 2024), e (iii) bases negativas e prejuízos fiscais R\$ 61.845 (credora R\$ 88.995 em 2024).

10.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2025 e 2024 foram os seguintes:

	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas (ganhos) atuariais	119.527	119.527	(213.956)	(213.956)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	-	-	291.598	291.598
Base de cálculo	119.527	119.527	77.642	77.642
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(10.757)	(29.882)	(6.988)	(19.411)
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	12.557	34.882	20.349	56.525
Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuariais	1.800	5.000	13.361	37.114
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	367	367	1.600	1.600
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados sobre o risco de crédito	(33)	(92)	(144)	(400)
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	1.767	4.908	13.217	36.714

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2023	2.933.783
Transferência - ativo contratual	283.428
Transferência - intangível em serviço	(1.211)
Ajuste ao valor justo	148.482
Baixas	(20.917)
Saldo em 31/12/2024	3.343.565
Transferência - ativo contratual	348.021
Transferência - intangível em serviço	(2.397)
Ajuste ao valor justo	171.723
Baixas	(24.311)
Saldo em 31/12/2025	3.836.600

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo

(valor novo de reposição – “VNR” – nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24) no resultado do exercício.

Em 2025, o valor das baixas de R\$ 24.311 (R\$ 20.917 em 2024) refere-se: baixa do ativo de R\$ 8.791 (R\$ 10.910 em 2024) como à baixa de sua respectiva atualização de R\$ 15.520 (R\$ 10.007 em 2024).

(12) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos - Plano de previdência privada	6.068	3.961	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	14.299	10.487	-	-
Ordens em curso	62.827	66.882	-	-
Serviços prestados a terceiros	3.545	888	-	-
Despesas antecipadas	30.551	30.700	918	2.977
Contas a receber - CDE	111.836	81.673	-	-
Adiantamentos a funcionários	4.206	3.370	-	-
Arrendamentos e aluguéis	14.440	13.116	-	-
Outros	14.281	15.861	18.801	18.605
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(4.393)	(1.343)	-	-
Total	257.660	225.596	19.720	21.581

Cauções, fundos e depósitos vinculados - garantias oferecidas para operações na CCEE e aplicações financeiras exigidas por contratos de financiamento da Companhia.

Ordens em curso: compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 21).

Despesas antecipadas: refere-se principalmente a antecipação de despesas com PROINFA e licença de software.

Contas a receber – CDE: refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 9.946 (R\$ 6.081 em 31 de dezembro de 2024), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 101.890 (R\$ 73.535 em 31 de dezembro de 2024) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 0 (R\$ 2.057 em 31 de dezembro de 2024) (nota 24.3).

Outros: refere-se, principalmente, ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia (nota 3.14).

(13) ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2023	326.798
Adições	507.617
Transferência - intangível em serviço	(75.200)
Transferência - Ativo financeiro	(283.428)
Saldo em 31/12/2024	475.787
Adições	602.524
Transferência - intangível em serviço	(55.113)
Transferência - Ativo financeiro	(348.021)
Saldo em 31/12/2025	675.177

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

(14) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2023	674.525	1.106	675.631
Custo histórico	2.407.923	3.931	2.411.854
Amortização acumulada	(1.733.398)	(2.825)	(1.736.222)
Amortização	(159.236)	(498)	(159.734)
Transferência - ativo contratual	75.006	194	75.200
Transferência - ativo financeiro	1.211	-	1.211
Baixa e transferência - outros ativos	(8.496)	-	(8.496)
Saldo em 31/12/2024	583.010	803	583.812
Custo histórico	2.421.466	4.125	2.425.591
Amortização acumulada	(1.838.457)	(3.322)	(1.841.779)
Amortização	(168.255)	(317)	(168.572)
Transferência - ativo contratual	55.113	-	55.113
Transferência - ativo financeiro	2.397	-	2.397
Baixa e transferência - outros ativos	(6.171)	-	(6.171)
Saldo em 31/12/2025	466.094	485	466.580
Custo histórico	2.441.972	4.233	2.446.204
Amortização acumulada	(1.975.878)	(3.747)	(1.979.625)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2025 foram capitalizados R\$ 6.703 (R\$ 6.534 em 2024), a uma taxa média de 7,97% a.a. (7,66% a.a. em 2024) (nota 27).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre

outros. Para os exercícios de 2025 e 2024 não houve necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

(15) FORNECEDORES

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Encargos de serviço do sistema	1.102	7.558
Suprimento de energia elétrica	350.082	318.597
Encargos de uso da rede elétrica	91.444	92.572
Materiais e serviços	219.840	113.452
Energia livre	75.657	66.178
Total	<u>738.125</u>	<u>598.357</u>

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pré Fixado	-	37.500	-	358	-	-	37.858
Pós Fixado							
IPCA	608.796	-	(71.321)	52.037	-	(25.426)	564.087
Selic	-	62.500	-	3.263	-	-	65.763
Gastos com captação	(3.055)	(5.475)	-	1.394	-	-	(7.136)
Total moeda nacional	605.741	94.525	(71.321)	57.053	-	(25.426)	660.572
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	809.719	-	(508.932)	21.786	(85.275)	(27.536)	209.762
Euro	578.628	-	(554.733)	856	(23.805)	(945)	-
Marcação a mercado	(29.539)	-	-	22.319	-	-	(7.220)
Total moeda estrangeira	1.358.808	-	(1.063.665)	44.960	(109.080)	(28.481)	202.542
Total	1.964.549	94.525	(1.134.986)	102.013	(109.080)	(53.907)	863.114
Circulante	1.210.037						275.729
Não circulante	754.512						587.385

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Moeda nacional						
Mensuradas ao custo						
Pós Fixado						
IPCA	646.958	(67.858)	57.034	-	(27.339)	608.796
Gastos com captação	(3.920)	-	867	-	-	(3.055)
Mensuradas ao valor justo						
Pré Fixado	453.573	(447.000)	8.068	-	(14.641)	-
Marcação a mercado	(3.064)	-	3.064	-	-	-
Total moeda nacional	1.093.548	(514.858)	69.032	-	(41.979)	605.741
Moeda estrangeira						
Mensuradas ao valor justo						
Dólar	633.077	-	26.205	175.373	(24.936)	809.719
Euro	484.132	-	3.812	94.500	(3.816)	578.628
Marcação a mercado	(46.646)	-	17.106	-	-	(29.539)
Total moeda estrangeira	1.070.563	-	47.124	269.873	(28.753)	1.358.808
Total	2.164.109	(514.858)	116.156	269.873	(70.732)	1.964.549
Circulante	521.529					1.210.037
Não circulante	1.642.580					754.512

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 7.220 (R\$ 29.539 em 31 de dezembro de 2024), que compensados com as perdas acumuladas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 8.441 (R\$ 33.414 em 31 de dezembro de 2024), contratados para proteção da variação cambial (nota 31.b), geraram uma perda líquida não realizada de R\$ 1.221 (R\$ 3.875 em 31 de dezembro de 2024).

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2025	31/12/2024	Faixa de vencimento	Garantia
Moeda nacional					
Mensuradas ao custo					
Pré Fixado					
FINEM	Pré fixado de 2,91%	37.858	-	2027 a 2028	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
		37.858	-		
Pós Fixado					
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,80%	564.087	608.796	2020 a 2028	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
		564.087	608.796		
SELIC					
FINEM	SELIC + 1,54%	65.763	-	2027 a 2028	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
		65.763	-		
Gastos com captação					
		(7.136)	(3.055)		
Total moeda nacional					
		660.572	605.741		
Moeda estrangeira					
Mensuradas ao valor justo					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)					
Dólar	US\$ + 1,94% a 4,7090%	209.762	809.719	2023 a 2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Euro	Euro + 0,697%	-	578.628	2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(7.220)	(29.539)		
Total moeda estrangeira					
		202.542	1.358.808		
Total					
		863.114	1.964.549		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31. A taxa efetiva dos empréstimos mensurados ao custo variam de 90% a 120% do CDI.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2027	80.279
2028	507.106
Total	587.385

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		% da dívida	
	2025	2024	2025	2024
IPCA	4,26	4,83	65,35	30,83
CDI	14,90	12,15	23,47	69,17
Outros			11,18	-
			100,00	100,00

Adições no exercício:

Modalidade	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro / taxa efetiva anual
	Valor	Liberados em 2025				
Moeda Nacional						
Mensuradas ao custo						
BNDES	257.183	58.306	Trimestral	Mensal a partir de janeiro de 2027	Investimento	SELIC + 1,54%
BNDES	154.310	36.218	Trimestral	Mensal a partir de janeiro de 2027	Investimento	TR + 2,91%
	411.493	94.525				

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75;
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	1.295.099	-	(447.176)	150.653	(154.402)	844.174
IPCA	-	440.000	-	21.487	(11.409)	450.078
Gastos com captação	(3.503)	(13.491)	-	1.937	-	(15.058)
Total ao custo	1.291.596	426.509	(447.176)	174.077	(165.811)	1.279.194
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	1.105.296	300.000	(142.789)	138.061	(72.051)	1.328.517
Marcação a mercado	(103.902)	-	-	61.417	-	(42.484)
Total ao valor justo	1.001.395	300.000	(142.789)	199.479	(72.051)	1.286.033
Total	2.292.991	726.509	(589.966)	373.556	(237.863)	2.565.227
Circulante	241.809					143.299
Não circulante	2.051.182					2.421.928

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	697.660	1.035.000	(442.382)	126.935	(122.114)	1.295.099
IPCA	42.904	-	(42.420)	606	(1.090)	-
Gastos com captação	(1.364)	(3.293)	-	1.153	-	(3.503)
Total ao custo	739.201	1.031.707	(484.803)	128.694	(123.203)	1.291.596
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	898.693	293.000	(135.699)	104.635	(55.332)	1.105.296
Marcação a mercado	(21.217)	-	-	(82.685)	-	(103.902)
Total ao valor justo	877.475	293.000	(135.699)	21.950	(55.332)	1.001.395
Total	1.616.676	1.324.707	(620.501)	150.644	(178.536)	2.292.991
Circulante	300.290					241.809
Não circulante	1.316.386					2.051.182

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 42.484 (R\$ 103.902 em 31 de dezembro de 2024), que compensados das perdas obtidas não realizadas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 14.012 (R\$ 77.545 em 31 de dezembro de 2024), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 28.472 (R\$ 26.537 em 31 de dezembro de 2024).

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2025	31/12/2024	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	CDI + 0,49% a 1,47%	844.174	1.295.099	2024 a 2031	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 5,2901% a 6,9249%	450.078	-	2033 a 2035	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação		(15.058)	(3.503)		
Total mensuradas ao custo		1.279.194	1.291.596		
Mensuradas ao valor justo					
Pós fixado					
IPCA	IPCA + 4,30% a 7,7082%	1.328.517	1.105.296	2029 a 2039	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado		(42.484)	(103.902)		
Total mensuradas ao valor justo		1.286.033	1.001.395		
Total		2.565.227	2.292.991		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31. A taxa efetiva das debêntures mensuradas ao custo variam de 104,68% a 111,6% do CDI.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2027	109.323
2028	154.997
2029	266.920
2030	238.520
2031	409.516
2032 a 2035	1.190.817
2036 a 2040	94.319
Subtotal	2.464.413
Marcação a mercado	(42.484)
Total	2.421.928

Adições no exercício:

Modalidade	Quantidade emitida	Montantes em R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro e taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
		Liberados em 2025	Liberado líquido dos gastos de emissão					
Mensuradas ao custo - IPCA								
20ª Emissão	334.000	334.000	323.826	semestral	5 Parcelas semestrais a partir de maio de 2033	Investimento	IPCA + 6,92%	Não se aplica
21ª Emissão	106.000	106.000	102.683	semestral	5 Parcelas semestrais a partir de setembro de 2033	Investimento	IPCA + 6,90%	Não se aplica
Mensuradas ao valor justo - IPCA								
19ª Emissão	300.000	300.000	300.000	semestral	5 Parcelas semestrais a partir de fevereiro de 2033	Investimento	IPCA + 7,71%	CDI - 0,02%
		740.000	726.509					

Pré-pagamento:

Durante o exercício de 2025 foram liquidados antecipadamente R\$ 334.000 referente a 14ª emissão cujo vencimento original era maio de 2029.

Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas semestralmente e apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75;
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, conforme abaixo:

18.1 Características

A Companhia, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da Companhia), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Em 2 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar - "SPC", aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado - BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", com as seguintes características:

1) Plano PSAP/Piratininga (fechado para adesões e saldado):

- (i) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS") na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- (ii) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a Companhia e os participantes.
- (iii) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Em 31 de maio de 2022 foi aprovada alteração no regulamento do plano para saldar o benefício suplementar e permitir que os participantes ativos, assistidos e pensionistas realizem a conversão voluntária da Renda Vitalícia para a Renda Financeira. Optando pela Renda Financeira, o participante deixa de ter um benefício definido e passa a ter um benefício flexível e de acordo com o saldo acumulado.

2) CD CPFL – Plano de contribuição definida (aberto para adesões)

Plano cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Bradesco.

18.2 Movimentações dos planos de benefício definido:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.343.802	1.262.430
Valor justo dos ativos do plano	(1.688.374)	(1.531.662)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	(344.572)	(269.232)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	367.554	291.598
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(22.982)	(22.366)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	-	-

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2023	1.468.447	(1.453.794)
Rendimento esperado no exercício	-	(141.299)
Juros sobre obrigação atuarial	136.935	-
Contribuições de patrocinadoras	-	(89.631)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(207.927)	-
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	18.037
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(22.366)	-
Benefícios pagos no exercício	(135.025)	135.025
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2024	1.240.064	(1.531.662)
Rendimento esperado no exercício	-	(179.203)
Juros sobre obrigação atuarial	139.335	-
Contribuições de patrocinadoras	-	(114.127)
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	6.087	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	67.102	-
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	5.466
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(616)	-
Benefícios pagos no exercício	(131.152)	131.152
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2025	1.320.820	(1.688.374)

18.3 Movimentações dos passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo atuarial líquido no início do exercício	-	14.653
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	(5.400)	(4.364)
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(114.127)	(89.631)
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	6.087	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	67.102	(207.927)
Efeito <i>risk sharing</i>	(616)	(22.366)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	41.488	291.598
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	5.466	18.037
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	-	-
Dívida financeira	54.596	65.342
Outras contribuições	511	510
Total passivo	55.107	65.852
Circulante	14.890	14.002
Não circulante	40.217	51.850

18.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2025 estão apresentadas no montante de R\$ 102.715.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos anos estão apresentados a seguir:

<u>Ano de pagamento</u>	
2026	130.333
2027	134.139
2028	137.839
2029	141.537
2030 a 2035	913.583
Total	<u>1.457.431</u>

Em 31 de dezembro de 2025, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 7,9 anos.

18.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as receitas a serem reconhecidas no exercício de 2026 e as receitas reconhecidas em 2025 e 2024 são como segue:

	2026	2025	2024
	<u>Estimadas</u>	<u>Realizadas</u>	<u>Realizadas</u>
Juros sobre obrigações atuariais	144.274	139.335	136.935
Rendimento esperado dos ativos do plano	(192.407)	(179.203)	(141.299)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	42.232	34.468	-
Total de (receita) despesa	<u>(5.901)</u>	<u>(5.400)</u>	<u>(4.364)</u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,49% a.a.	11,82% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	11,49% a.a.	11,82% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	3,95% a.a.	3,89% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,95% a.a.	3,85% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,95% a.a.	3,89% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT2000 (-10)	AT2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	UP-84 Modificada, suavizada em 60% Masculina	Mercer Disability, suavizada 50% Masculina
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR 2015 a 2024	ExpR_2013 a 2021
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

18.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 administrados pela Vivest. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2025, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2025.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Renda fixa	94%	89%
Títulos públicos federais	69%	31%
Títulos privados (instituições financeiras)	5%	0%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	0%
Fundos de investimento multimercado	1%	0%
Outros investimentos de renda fixa	19%	57%
Renda variável	3%	8%
Fundos de investimento em ações	3%	8%
Investimentos estruturados	0%	1%
Fundos de investimento multimercado	0%	1%
Cotados em mercado ativo	98%	98%
Imóveis	1%	1%
Operações com participantes	1%	1%
Não cotados em mercado ativo	2%	2%
	100%	100%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	<u>Meta para 2026</u>
Renda fixa	96,7%
Renda variável	0,2%
Imóveis	0,6%
Empréstimos e financiamentos	2,5%
Total	100,0%

A meta de alocação para 2026 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest, efetuada ao final de 2025 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2026, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Vivest.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativo, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez e solvência do plano, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções

macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

18.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

- Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 26.310 (redução de R\$ 26.734).
- Se a tábua de biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 25.577 (redução de R\$ 27.630).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 11,49% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 11,24% a.a. e 11,74% a.a..

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT2000(-10). As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

18.8 Risco de investimento

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IPCA, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. No primeiro trimestre, houve a aprovação pelo órgão fiscalizador, a Previc, da troca do indexador que reajusta os benefícios dos planos de IGP-DI para IPCA, o que possibilita melhores condições para o equilíbrio entre ativo (investimentos) e passivo (pagamento de benefícios).

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, bem como pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias interna e externas. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação das políticas de investimentos, do plano de aplicação do patrimônio dos planos e da gestão previdenciária dos planos. Os resultados dos investimentos são acompanhados pela Diretoria de Investimentos e Patrimônio e apresentados periodicamente ao Comitê de Investimentos, ao Comitê Gestor e ao Conselho Deliberativo.

O “Apetite” aos riscos de investimentos está formalizado na Política de Gestão de Riscos Corporativos, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Companhia, sendo que referido “Apetite” aos riscos de investimentos é desdobrado para as áreas de investimentos na forma de “tolerâncias” a riscos de investimentos, que são limites de riscos aprovados pela Diretoria Executiva e controlados pela Gerência Executiva GRC, área que responde diretamente ao Diretor Presidente da Vivest.

A Vivest utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Estresse (“*Stress Test*”).

A Política de Investimentos da Vivest determina restrições adicionais que, em conjunto com

aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelece a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente. Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos dos planos.

(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social a recolher				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.839	-	206.393	197.065
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.086	-	6.938	8.140
Total	3.925	-	213.331	205.205

	Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	34.039	64.939
Programa de integração social - PIS	6.457	4.739
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	29.990	21.993
Outros	10.684	9.217
Total	81.170	100.888

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro. O caso de IRPJ em questão refere-se a Mandado de Segurança que discute a possibilidade de dedução da despesa de CSLL da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento em questão.

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 20 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(20) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2025		31/12/2024	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	31.192	5.164	31.292	4.961
Cíveis	34.552	16.789	25.539	15.996
Fiscais	48.125	241.365	43.226	228.250
Regulatórios	1.550	-	12.277	-
Total	115.419	263.318	112.334	249.207

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas	31.292	1.079	(920)	(3.371)	3.113	31.192
Cíveis	25.539	15.497	(237)	(10.008)	3.762	34.552
Fiscais	43.226	2.370	(243)	(13)	2.785	48.125
Regulatórios	12.277	-	(8.208)	(3.773)	1.254	1.550
Total	112.334	18.947	(9.609)	(17.166)	10.913	115.419

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade

de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a. **Trabalhistas:** as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- b. **Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- c. **Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo principalmente ICMS, PIS e COFINS.
- d. **Regulatórios:** os processos regulatórios estão relacionados a fiscalizações do órgão regulador.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estavam assim representadas:

	31/12/2025	31/12/2024	Principais causas
Trabalhistas	26.270	21.691	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	615.948	542.694	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos e cobranças por ocupação da faixa de domínio
Fiscais	383.075	365.051	Imposto de renda e contribuição social
Fiscais - Outros	459.159	425.688	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	501	18.878	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	1.484.953	1.374.001	

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Consumidores e concessionárias	74.188	70.528	-	-
Bônus Itaipu	-	34.043	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	76.542	88.321	-	7.004
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	21.368	10.055	3.499	8.878
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	14.180	9.421	-	-
Fundo de reversão	1.527	1.527	244	1.771
Adiantamentos	3.549	2.580	3.436	94
Folha de pagamento	4.574	3.748	-	-
Participação nos lucros	19.294	18.826	6.269	6.641
Convênios de arrecadação	28.549	26.007	-	-
Outros	7.769	23.856	2.247	2.137
Total	251.539	288.913	15.696	26.524

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: Referem-se ao saldo do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (“SCEE”) de R\$ 48.200 (R\$ 43.414 em 31 de dezembro de 2024), além de outras contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos. Em relação ao SCEE é por meio desse sistema que a energia excedente produzida por unidades consumidoras que utilizam microgeração ou minigeração distribuída é injetada na rede elétrica da distribuidora e convertida em créditos de energia. Esses créditos podem ser utilizados no prazo de 60 meses para abater o consumo da própria unidade consumidora e se não utilizado é repassado na tarifa.

Bônus Itaipu: refere-se aos valores recebidos e repassados à determinados consumidores decorrente do superávit na Conta de Itaipu.

Programas de eficiência energética – PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente, a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária.

Fundo de reversão: refere-se a recursos derivados da reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/1957), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorreria de acordo com determinações do poder concedente. Através do Decreto Lei nº 9.022/2017 foi determinado que mensalmente, a Companhia a partir de janeiro de 2018, deveria amortizar integralmente os débitos com o fundo até dezembro de 2026.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Participação nos lucros: em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

Convênios de arrecadação: referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

Outros: refere-se, principalmente, ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia (nota 3.14).

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
CPFL Energia S/A	53.096.770.180	100,00	53.096.770.180	100,00
Total	53.096.770.180	100,00	53.096.770.180	100,00

22.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2025, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 3,06 vezes o EBITDA em 2025 (2,98 vezes em 2024), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

22.2 Capital social

Através da AGO/E de 22 de abril de 2025 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 4.588, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2024, sem emissão de novas ações.

22.3 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao “Benefício fiscal do intangível incorporado” oriundo da incorporação da antiga controladora DRAFT I Participações S/A, conforme mencionado na nota 10.2.

22.4 Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 787.586, correspondente a (i) Reserva legal R\$ 55.370, (ii) Reserva estatutária - reforço de capital de giro R\$ 363.327 e (iii) Reserva de lucros a realizar R\$ 368.889.

De acordo com o art. 199 da Lei nº 11.638/2007, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar não poderá ultrapassar o capital social.

O limite atingido pela Companhia será deliberado em assembleia, e equacionado mediante aumento de capital.

22.5 Resultado abrangente acumulado

O saldo do resultado abrangente acumulado é composto pela entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 590.407 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 33 (R2).

22.6 Dividendos e Juros sobre o capital próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 22 de abril de 2025 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2024, através de (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 102.136 e (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$ 275.472.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2025:

- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 66.134 (R\$ 56.214 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025, aprovados em (i) AGE de 28 de março de 2025 o montante de R\$ 16.000; (ii) AGE de 30 de junho de 2025 o montante de R\$ 17.000; (iii) AGE de 30 de setembro de 2025 o montante de R\$ 18.134 e (iv) AGE de 30 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 15.000.
- Dividendo adicional proposto no montante de R\$ 70.707 e dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 156.545, que serão deliberados na AGO de abril de 2026.

No exercício de 2025, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 388.827 referente a dividendos e juros sobre capital próprio.

22.7 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2025
Lucro líquido base para destinação	548.282
Reserva legal	(918)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(150.884)
Reserva de lucros a realizar	(103.094)
Juros sobre capital próprio	(66.134)
Dividendo mínimo obrigatório	(70.707)
Dividendo adicional proposto	(156.545)

Considerando o plano de investimentos da Companhia para os próximos anos, a Administração está propondo a destinação de R\$ 150.884 à reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 103.094 referente principalmente à atualização monetária do ativo financeiro da concessão das distribuidoras. O montante remanescente de R\$ 156.545 foi proposto como dividendo adicional, que adicionado ao dividendo mínimo obrigatório totalizou R\$ 227.252.

(23) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	548.282	496.717
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	53.096.770	53.096.770
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	10,33	9,35

Nos exercícios de 2025 e 2024 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	1.893.732	1.859.181	4.721	4.691	4.252.852	4.013.216
Industrial	6.505	6.938	316	527	277.038	422.505
Comercial	94.676	94.286	1.194	1.469	1.114.368	1.265.696
Rural	5.933	6.105	74	88	57.468	63.254
Poderes públicos	9.073	9.052	223	222	185.583	176.664
Iluminação pública	2.651	2.626	285	302	154.611	150.829
Serviço público	1.416	1.400	194	223	151.062	165.277
Fornecimento faturado	2.013.986	1.979.588	7.007	7.521	6.192.982	6.257.442
Consumo próprio	154	153	6	6	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	31.252	(58.441)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(3.089.634)	(2.978.491)
Fornecimento de energia elétrica	2.014.140	1.979.741	7.013	7.527	3.134.600	3.220.510
Concessionárias, permissionárias e autorizadas			2	3	14.092	23.427
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(13.398)	(22.194)
Energia elétrica de curto prazo			790	1.648	176.768	197.557
Suprimento de energia elétrica			791	1.651	177.462	198.790
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					3.103.032	3.000.685
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					1.759.314	1.517.738
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(11.371)	(12.471)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					591.109	509.820
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					365.962	339.791
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					156.203	138.475
Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários					396.974	334.238
Outras receitas e rendas					162.869	146.702
Outras receitas operacionais					6.524.092	5.974.978
Total da receita operacional bruta					9.836.154	9.394.277
Deduções da receita operacional						
ICMS					(1.379.897)	(1.321.724)
PIS					(125.778)	(123.425)
COFINS					(580.398)	(567.236)
ISS					(105)	(117)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(1.514.361)	(1.222.195)
Programa de P & D e eficiência energética					(52.753)	(52.676)
PROINFA					(85.800)	(89.152)
Bandeiras tarifárias e outros					(77.821)	-
Outros					(8.509)	(115.999)
					(3.826.422)	(3.492.524)
Receita operacional líquida					6.010.732	5.901.753

24.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de maio de 2015, essa obrigação especial passou a ser amortizada. Os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser constituídos em ativos e passivos financeiros setoriais, homologados em revisão tarifária periódica e amortizados até a próxima revisão tarifária periódica, e assim sucessivamente, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. Atualmente aguarda-se a apresentação do Laudo Pericial pelo Sr. Perito do Juízo e o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) obrigações especiais e estão sendo amortizadas e apresentadas líquidas no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25 e (ii) passivos financeiros setoriais os quais estão sendo amortizados e apresentados líquido na receita operacional líquida.

24.2 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em outubro de cada ano, através de Resolução Homologatória (“REH”), a ANEEL reajusta a tarifa da Companhia, de 23 de outubro até 22 de outubro do ano subsequente. Os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram:

- Em 2025, através da REH nº 3.543, relativa ao resultado do RTA, reajuste médio em 10,03%, sendo 10,25% referente ao reajuste tarifário econômico e -0,22% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 7,63%.
- Em 2024, através da REH nº 3.409, relativa ao resultado do RTA, reajuste médio em 1,33%, sendo -1,48% referente ao reajuste tarifário econômico e 2,81% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 3,03%.

24.3 Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2025, foi registrada receita de R\$ 396.974 (R\$ 334.238 em 2024), sendo (i) R\$ 51.172 (R\$ 33.416 em 2024) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 291.541 (R\$ 236.181 em 2024) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 12.610 (R\$ 46.085 em 2024) de subvenção CCRBT e (iv) R\$ 41.651 (R\$ 18.556 em 2024) de custeio temporário dos componentes tarifárias não associadas ao custo da energia e não remuneradas pelo consumidor-gerador, incidentes sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (“SCEE”) conforme institui a Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022.

24.4 Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A REH nº 3.484, de 15 de julho de 2025, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2025 e as quotas da CDE-GD, criada pela Lei nº 14.300 de 2022, cujos valores foram pagos a partir do mês subsequente a homologação da cota.

A ANEEL, por meio da REH nº 3.433, de 10 de dezembro de 2024, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO.

A CDE Escassez Hídrica foi criada pela REN nº 1.008 de 15 de março de 2022 e suas quotas foram homologadas por meio do Despacho nº 510 de 24 de janeiro de 2023. A Medida Provisória nº 1.212/2024 e a Portaria Interministerial MME/MF nº 1/2024 regulamentaram a quitação antecipada da CDE Escassez Hídrica utilizando os recursos da CDE Eletrobrás. Os pagamentos dessa conta foram encerrados em setembro de 2024.

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2025	2024	2025	2024
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	1.658	1.707	(374.239)	(391.586)
PROINFPA	160	167	(100.794)	(58.414)
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	7.481	8.771	(2.391.859)	(2.417.501)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	247.746	250.520
Subtotal	9.300	10.645	(2.619.146)	(2.616.981)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			(714.237)	(702.591)
Encargos de transporte de itaipu			(57.396)	(62.800)
Encargos de conexão			(24.300)	(30.336)
Encargos de uso do sistema de distribuição			(237)	(213)
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			19.828	(30.905)
Encargos de energia de reserva - EER			(179.539)	(171.572)
Crédito de PIS e COFINS			88.415	92.350
Subtotal			(867.466)	(906.067)
Total			(3.486.612)	(3.523.048)

(*) Conta de energia de reserva

(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Outros custos com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Outras despesas operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(133,130)	(128,668)	-	(1)	(39,383)	(35,970)	(55,664)	(50,360)	-	-	(228,177)	(214,999)
Entidade de previdência privada	5,400	4,364	-	-	-	-	-	-	-	-	5,400	4,364
Material	(31,810)	(30,405)	(331)	(669)	(2,129)	(2,372)	(1,401)	(2,907)	-	-	(35,671)	(36,352)
Serviços de terceiros	(97,945)	(99,814)	(578)	(896)	(50,446)	(49,876)	(87,374)	(71,987)	-	-	(236,344)	(222,572)
Custos com construção da infraestrutura	-	-	(591,109)	(509,820)	-	-	-	-	-	-	(591,109)	(509,820)
Outros	(4,882)	(167)	(39)	(11)	(10,149)	(11,980)	(26,813)	(43,606)	(22,892)	(17,296)	(64,776)	(73,059)
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	(9,991)	(11,802)	-	-	-	-	(9,991)	(11,802)
Arrendamentos e aluguéis	-	(3)	-	-	-	-	(3,361)	(3,686)	-	-	(3,361)	(3,689)
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	(4,568)	(3,752)	-	-	(4,568)	(3,752)
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	(16,287)	(29,738)	-	-	(16,287)	(29,738)
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	(20,581)	(14,968)	(20,581)	(14,968)
Outros	(4,882)	(164)	(39)	(11)	(158)	(178)	(2,597)	(6,430)	(2,311)	(2,327)	(9,988)	(9,110)
Total	(262.367)	(254.689)	(592.058)	(511.397)	(102.107)	(100.198)	(171.252)	(168.860)	(22.892)	(17.296)	(1.150.676)	(1.052.440)

(27) RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	65.615	35.277
Acréscimos e multas moratórias	67.147	63.862
Atualização de créditos fiscais	97.576	101.282
Atualização de depósitos judiciais	14.108	11.743
Atualizações monetárias e cambiais	10.973	8.967
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	10.758	8.979
Atualização do ativo financeiro setorial (nota 9)	28.499	6.063
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(9.599)	(5.504)
Outros	3.669	2.225
Total	288.745	232.893
Despesas		
Encargos de dívidas	(316.596)	(273.608)
Atualizações monetárias e cambiais	(209.472)	(211.405)
(-) Juros capitalizados	6.703	6.534
Atualização do passivo financeiro setorial (nota 9)	(19.879)	(20.075)
Atualização da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 8.1)	(73.165)	(70.308)
Atualização de mútuo com partes relacionadas	(3.668)	-
Outros	(23.660)	(15.312)
Total	(639.736)	(584.173)
Resultado financeiro	(350.991)	(351.280)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,98% a.a. em 2025 (7,66% a.a. em 2024) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 105.358 (perda de R\$ 87.481 em 2024) (nota 31).

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia que possuía em 31 de dezembro de 2025 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A. (“SGBP”)

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços:** Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos:** A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente

contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

- c) **Contrato de mútuo** - refere-se principalmente a contrato celebrado com a State Grid Europe Limited (SGEL), com vencimento em setembro de 2028 e juros semestrais a partir de março de 2026 e remunerado a renminbi + 1,98%, com derivativos contratados de CDI -0,36%.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Vivest, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações vide nota 18 - Entidade de Previdência Privada.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2025, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 7.355 (R\$ 7.469 em 2024). Este valor é composto por R\$ 6.561 (R\$ 6.630 em 2024) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 115 (R\$ 107 em 2024) de benefícios pós-emprego e R\$ 679 (R\$ 732 em 2024) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Empresas								
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	5.230	4.970	1.613	1.554	-	-	41.758	38.631
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	97	267	(1.632)	(2.086)
Contrato de Mútuo								
State Grid Europe Limited (“SGEL”)	-	-	1.018.793	-	-	-	(18.793)	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	126.921	113.356	-	-	-	-
Ativo contratual, intangível, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle comum	-	-	83	-	-	-	-	(546)
Entidades sob o controle da CPFL Energia	497	1.504	25.783	34.479	50	141	(70.702)	(64.459)
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	34	53.959	53.283	-	-	(442.862)	(427.133)
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	21.744	24.430	-	-	(245.458)	(267.471)
Encargos - Rede básica								
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	-	-	(72.465)	(70.663)
Outras receitas operacionais								
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	-	4.211	-	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	(889)	(866)
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	66	8.506	6.658	-	-	-	-

A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados o montante de R\$ 66.580 no exercício (R\$ 81.860 em 2024), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(29) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2025</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Riscos Operacionais e Riscos de Engenharia	412.000
Transporte	Transporte nacional	136.611
Responsabilidade civil	Geral e riscos ambientais	62.890
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	279.810
Garantia	Seguro Garantia	346.600
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	155.500
Total		1.393.410

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil, são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

(30) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve as áreas de negócio, a Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO (Data Protection Officer), a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria o Conselho de Administração e conselho fiscal da CPFL Energia. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Riscos;
- Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Riscos no Mapa Corporativo de Riscos;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao Comitê de Auditoria:

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos.

Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:

- Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia;
- Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação dos limites de riscos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões;
- Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios;
- Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos;
- Em caso de extrapolação do limite de risco:
 - a) Validar o preenchimento do Formulário de Extrapolação de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações;
 - b) Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia;
 - c) Acompanhar o status dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos

indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 31.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2025, observou-se uma hidrologia desfavorável pelo 2º ano consecutivo, registrando 78% da média de longo termo e constituindo o 8º pior no histórico de 95 anos. As regiões mais impactadas foram SE/CO e NE, contudo, devido a ações operativas e de planejamento advindas do Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País – PRR (Art. 30 da Lei nº 14.182, de 2021) foi possível preservar os recursos hídricos e iniciar 2026 com cerca de 46% da capacidade armazenável no Sistema Interligado Nacional. Apesar disso, o ONS tem alertado para riscos pontuais de atendimento eletroenergético, agravado pela elevada participação de fontes renováveis na matriz nacional (40%), perspectiva de hidrologia adversa no verão de 2026 (abaixo de 80%) e atraso no leilão de reserva de capacidade.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de *software* Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria /		31/12/2025	
		Mensuração	Nível (*)	Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	358.107	358.107
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	5.848	5.848
Derivativos	31	(a)	Nível 2	100.876	100.876
Ativo financeiro setorial	9	(a)	Nível 2	79.115	79.115
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	3.836.600	3.836.600
Total				4.380.545	4.380.545
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	660.572	667.708
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	202.542	202.542
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	1.279.194	1.291.890
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	1.286.033	1.286.033
Mútuo com partes relacionadas (**)	28	(a)	Nível 2	1.018.793	1.018.793
Derivativos	31	(a)	Nível 2	13.050	13.050
Passivo financeiro setorial	9	(a)	Nível 2	429.151	429.151
Total				4.889.334	4.909.166

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda R\$ 43.677 em 2025 (ganho R\$ 62.514 em 2024).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) Valor justo contra o resultado

(b) Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores e concessionárias a pagar, (iv) FNDCT/EPE/PROCEL, (v) convênios de arrecadação, (vi) descontos tarifários – CDE, (vii) passivo de arrendamento, e (viii) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve em 2024 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, assim a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA ou BBB- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Passivo						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	384	-	384	8.825	(8.441)	USD + 1,94%	set/26	200.000
Mútuo com partes relacionadas	15.124	-	15.124	20.532	(5.408)	renminbi + 2,33%	set/28	1.000.000
	15.508	-	15.508	29.357	(13.849)			
Hedge variação índice de preços								
Debêntures	85.367	(13.050)	72.317	86.328	(14.012)	IPCA + 4,30% a 7,7082%	104,3% a 111,07% do CDI e CDI + 0,174% a 0,43%	ago/24 a out/39
	85.367	(13.050)	72.317	86.328	(14.012)			1.132.741
Total	100.875	(13.050)	87.825	115.685	(27.861)			
Circulante	384	(1.461)						
Não circulante	100.491	(11.589)						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2025
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	402.742	(188.456)	(98.600)	115.685
Marcação a mercado	(110.959)	83.098	-	(27.861)
Total	291.783	(105.358)	(98.600)	87.825
Ativo circulante	277.961			384
Ativo não circulante	30.399			100.491
Passivo circulante	(137)			(1.461)
Passivo não circulante	(16.440)			(11.589)

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2025 e 2024, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2025	2024	2025	2024
Varição de taxas de juros	(11.967)	(4.839)	-	-
Marcação a mercado	63.398	(99.834)	135	561
Varição cambial	(176.489)	179.130	-	-
Marcação a mercado	19.565	13.023	-	-
Total	(105.493)	87.481	135	561

c) Ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado acima, a Companhia tem classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício foi de R\$ 171.723 (R\$ 148.482 em 2024), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas 11 e 24.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI,

IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2025 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%	Apreciação cambial de 50%
Instrumentos financeiros passivos	(202.542)		(16.207)	38.480	93.168
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	203.061		16.249	(38.579)	(93.406)
	519	baixa dolar	42	(99)	(238)
Instrumentos financeiros passivos	(1.018.793)		(104.779)	176.114	457.007
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.045.919		107.570	(180.803)	(469.175)
	27.126	baixa renminbi	2.791	(4.689)	(12.168)
Total	27.646		2.832	(4.789)	(12.407)
Efeitos no resultado do exercício			2.832	(4.789)	(12.407)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2025 foi de R\$ 5,50 para o dólar, e R\$ 0,79 para o renminbi.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,94, e R\$ 0,87 e a depreciação cambial de 8,00%, e 10,28%, do dólar e do renminbi respectivamente em 31.12.2025.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2025 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25%	Elevação/Redução de índice em 50%
Instrumentos financeiros ativos	357.308				48.773	60.966	73.159
Instrumentos financeiros passivos	(909.937)				(124.206)	(155.258)	(186.310)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.499.372)				(341.184)	(426.455)	(511.748)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(350.036)				(47.780)	(59.725)	(71.670)
	(3.402.037)	alta CDI/SELIC	14,90%	13,65%	(464.377)	(580.472)	(696.567)
Instrumentos financeiros passivos	(2.300.198)				(221.509)	(166.132)	(110.754)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.338.216				128.870	96.653	64.435
Ativo financeiro da concessão	3.836.600				369.465	277.098	184.732
	2.874.619	baixa IPCA	4,26%	9,63%	276.826	207.619	138.413
Total	(527.418)				(187.551)	(372.853)	(558.154)
Efeitos no resultado do exercício					(187.551)	(372.853)	(558.154)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral Não faturado	360 -	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA ou BBB- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys, Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 31b). A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

g) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2025	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	721.481	16.644	-	-	-	-	738.125
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	11.005	28.537	302.471	648.160	12.405	9.198	1.011.776
Derivativos	31	-	235	1.226	757	807	10.026	13.050
Debêntures - principal e encargos	17	-	83.438	361.552	745.077	872.742	2.129.961	4.192.769
Taxas regulamentares		23.933	-	-	-	-	-	23.933
Outros		9.378	93.740	15.326	244	-	-	118.688
Consumidores e concessionárias	21	9.251	64.937	-	-	-	-	74.188
EPE / FNDCT / PROCEL	21	-	-	14.180	-	-	-	14.180
Convênio de arrecadação	21	-	28.549	-	-	-	-	28.549
Fundo de reversão	21	127	255	1.145	244	-	-	1.771
Total		765.797	222.593	680.574	1.394.237	885.953	2.149.185	6.098.340

(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2025, um valor de R\$ 6.703 (R\$ 6.534 em 2024) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 27).

Ainda em 2025, houve o aumento do capital social (nota 22) da Companhia no montante de R\$ 4.588 (R\$ 4.588 em 2024), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2024.

(33) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2025	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 3 anos	2.926.409	4.143.443	-	7.069.852
Compra de energia de Itaipu	Até 3 anos	365.281	684.192	-	1.049.473
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 3 anos	1.039.856	2.103.139	-	3.142.995
Projetos de construção de subestação	Até 2 anos	27.604	11.197	-	38.800
Fornecedores de materiais e serviços	Até 4 anos	334.129	312.996	27.287	674.411
Total		4.693.278	7.254.967	27.287	11.975.532

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

JIYONG CHAI
Vice Presidente

LUCIANO CESAR DE SOUZA OLIVEIRA
Conselheiro

DIRETORIA

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA
Diretor Presidente

MINGZHI HAN
Diretora Financeira
e de Relações com Investidores

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES
Diretor de Assuntos
Regulatórios

GUSTAVO KODAMA UEMURA
Diretor Comercial

ROLANDS SARETTA MENEZES
Diretor de Operações

JIYONG CHAI
Diretor Executivo

SHENG XU
Diretor Executivo

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217.200/O-6



Companhia Piratininga de Força e Luz

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Piratininga de Força e Luz

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Piratininga de Força e Luz ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

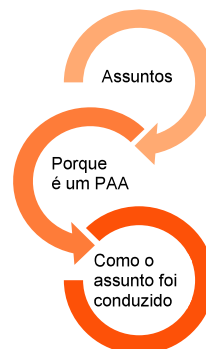
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Companhia Piratininga de Força e Luz

Porque é um PAA

Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Notas 3.9 e 7)

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura.

Consequentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecimento não faturado estimado somava R\$ 348.542 mil.

O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

Devido à complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas técnicas e comerciais, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria..

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.

Em relação aos testes de transações, avaliamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo. Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida por classe de consumo e tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades. Comparamos nosso recálculo com os valores apurados pela administração.

Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida, mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos..



Companhia Piratininga de Força e Luz

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Reconhecimento, mensuração e classificação do ativo financeiro da concessão, do ativo contratual e do intangível (Notas 11, 13 e 14)</p> <p>Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta saldos de ativo financeiro da concessão, ativos contratual e intangível (direito de concessão - infraestrutura), nos montantes de R\$ 3.836.600 mil, R\$ 675.177 mil e R\$ 466.094 mil, respectivamente.</p> <p>Esses ativos estão relacionados com investimentos efetuados na concessão sujeitos à indenização ao final do contrato de prestação de serviços outorgados, ao direito contratual de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia e custo total de aquisição e construção deduzidos da amortização acumulada, reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12) e Receita de Contrato com cliente CPC 47 (IFRS 15).</p> <p>O reconhecimento desses investimentos realizados entre ativo financeiro da concessão, ativo contratual e intangível envolve complexidade e julgamento por parte da Administração, que pode impactar a mensuração e classificação desses ativos nas demonstrações financeiras.</p> <p>Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o ativo financeiro da concessão, o ativo contratual e o intangível.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de construção do ativo contratual, assim como os controles internos relacionados à bifurcação entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível no momento que o ativo inicia a sua operação.</p> <p>Em complemento aos testes de controles descritos acima, avaliamos o modelo de bifurcação adotado pela Administração, e testamos os dados e as premissas utilizados na determinação da estimativa do montante relacionado ao direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.</p> <p>Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício, e recalculamos a vida útil dos bens. Também testamos a atualização monetária do ativo financeiro da concessão, com base nos índices previstos na regulamentação do setor elétrico, confrontando os índices utilizados pela Administração com os indicadores oficiais divulgados.</p> <p>Testamos o cálculo da amortização do intangível, com base no prazo do contrato de concessão vigente, e avaliamos as divulgações sobre o assunto nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as premissas e critérios adotados são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas e com os dados e as informações obtidas em nossa auditoria.</p>



Companhia Piratininga de Força e Luz

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Companhia Piratininga de Força e Luz

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Companhia Piratininga de Força e Luz

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 4 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027613/F-1

DocuSigned by
Lia Fonseca
Assinado por: LIA MARCELA RUSINQUE FONSECA/23243418808
CPF: 23243418808
Lia Marcela Rusinque Fonseca
C-ER
Contadora CRC 1SP291166/O-4

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Companhia Piratininga de Força e Luz
CNPJ nº 04.172.213/0001-51

Balancos Patrimoniais em
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Ativo Circulante		2.041.204	2.287.468
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	358.107	245.319
Consumidores	6	937.050	827.616
Concessionárias e Permissionárias	6	14.638	34.932
Serviços em Curso		68.238	67.281
Tributos Compensáveis	7	67.711	145.588
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	375.153	375.153
Almoxarifado Operacional		8.322	8.402
Investimentos Temporários	8	20.147	157.387
Ativos Financeiros Setoriais	9	15.173	-
Despesas Pagas Antecipadamente		30.551	30.700
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	384	277.961
Outros Ativos Circulantes	11	145.730	117.128
Ativo Não Circulante		6.786.904	6.620.224
Consumidores	6	12.607	10.145
Tributos Compensáveis	7	134.548	132.136
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	614.150	881.280
Depósitos Judiciais e Cauções	18	263.318	249.207
Ativos Financeiros Setoriais	9	63.942	-
Despesas Pagas Antecipadamente		918	2.977
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	100.491	30.399
Outros Ativos Não Circulantes	11	15.956	15.956
Imobilizado	12	5.309.642	5.081.578
Intangível	12	271.331	216.547
Total do Ativo		8.828.108	8.907.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Piratininga de Força e Luz
CNPJ nº 04.172.213/0001-51

Balanços Patrimoniais em
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Passivo Circulante			
Fornecedores	13	738.125	598.357
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	14	426.767	1.453.541
Obrigações Sociais e Trabalhistas		50.478	47.575
Benefício Pós-Emprego	15	14.890	14.002
Tributos	17	85.096	100.888
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	26	126.921	113.356
Encargos Setoriais	16	136.023	113.163
Passivos Financeiros Setoriais	9	249.326	183.859
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	1.461	137
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	71.947	71.947
Outros Passivos Circulantes	19	114.801	157.771
		6.247.084	5.330.850
Passivo Não Circulante			
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	14	4.023.381	2.806.858
Benefício Pós-Emprego	15	40.217	51.850
Provisão para Litígios	18	328.750	317.539
Encargos Setoriais	16	3.499	15.882
Tributos Diferidos	10	269.877	248.401
Passivos Financeiros Setoriais	9	179.825	176.578
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	11.589	16.440
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	650.019	919.564
Outros Passivos Não Circulantes	19	10.841	9.478
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	20	729.085	768.259
		8.262.919	8.185.446
Total do Passivo			
Patrimônio Líquido			
	21		
Capital Social		276.850	272.262
Reservas de Capital		19.199	23.788
Outros Resultados Abrangentes		131.841	322.686
Reservas de Lucros		787.585	532.690
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais		156.545	275.472
Lucros ou prejuízos Acumulados		(806.832)	(704.651)
		565.189	722.246
Total do Patrimônio Líquido			
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido			
		8.828.108	8.907.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Piratininga de Força e Luz
CNPJ nº 04.172.213/0001-51

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita	22	8.952.473	8.619.634
Fornecimento de Energia Elétrica		3.134.601	3.220.510
Suprimento de Energia Elétrica		694	1.233
Energia Elétrica de Curto Prazo		176.768	197.557
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição		4.862.345	4.518.423
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		365.962	339.791
Serviços Cobráveis		15.129	7.883
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		396.973	334.238
Tributos		(2.086.389)	(2.010.800)
ICMS		(1.379.897)	(1.321.724)
PIS-PASEP		(126.008)	(122.909)
COFINS		(580.398)	(566.089)
ISS		(86)	(77)
Encargos - Parcela "A"		(1.739.244)	(1.480.022)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(26.377)	(26.338)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(26.377)	(26.338)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(1.514.361)	(1.222.195)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(8.509)	(7.724)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFA		(85.800)	(89.152)
Outros Encargos		(77.821)	(108.275)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		5.126.840	5.128.812
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	23	(3.486.612)	(3.523.048)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.619.146)	(2.616.981)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(867.466)	(906.067)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		1.640.228	1.605.764
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(750.536)	(758.045)
Pessoal e Administradores	24	(222.777)	(210.635)
Material		(35.671)	(36.352)
Serviços de Terceiros		(236.344)	(222.572)
Arrendamento e Aluguéis		(5.341)	(6.432)
Seguros		(1.711)	(1.272)
Doações, Contribuições e Subvenções		(157)	(141)
Provisões		(9.920)	(21.520)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(60.948)	(70.500)
(-) Recuperação de Despesas		9.852	9.139
Tributos		(4.742)	(4.373)
Depreciação e Amortização		(244.676)	(242.192)
Gastos Diversos		(48.685)	(54.537)
Outras Receitas Operacionais		152.095	146.877
Outras Despesas Operacionais		(41.510)	(43.535)
Resultado da Atividade		889.692	847.719
Resultado Financeiro	25	(350.991)	(351.280)
Receitas Financeiras		437.603	407.184
Despesas Financeiras		(788.594)	(758.464)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		538.701	496.438
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(156.877)	(162.552)
Resultado Líquido do Exercício		381.824	333.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Piratininga de Força e Luz
CNPJ nº 04.172.213/0001-51

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado Líquido do Exercício	381.824	333.886
Outros Resultados Abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial, líquido dos efeitos tributários	(126.327)	(128.117)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	(242)	(1.056)
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>255.256</u>	<u>204.713</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Piratininga de Força e Luz
CNPJ nº 04.172.213/0001-51
Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	381.824	333.886
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	9.703	12.037
Depreciação	234.973	230.155
Ganhos/baixas líquidos do ativo imobilizado	39.967	40.322
Imposto de renda e Contribuição social	156.877	162.552
Juros e variações monetárias	448.499	429.385
Obrigações pós-emprego	(5.400)	(4.364)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	60.948	70.500
Provisões para litígios	12.082	21.520
Outros	1.980	2.743
	1.341.453	1.298.737
Redução (aumento) de ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(151.083)	(32.546)
Depósitos vinculados a litígios	-	(2.033)
Tributos compensáveis	435.201	112.374
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	(30.163)	(43.914)
Ativos financeiros setoriais	464.160	40.323
Outros ativos operacionais	4.327	33.370
Aumento (redução) de passivos		
Encargos setoriais	18.568	(9.905)
Fornecedores	139.768	(25.314)
Passivos financeiros setoriais	(824.872)	(348.511)
Obrigações pós-emprego	(124.872)	(98.703)
Salários e encargos sociais	2.435	1.986
Tributos e contribuição social	(29.639)	123.226
Provisões para litígios pagos	(17.166)	(24.443)
Outros passivos operacionais	(32.178)	3.845
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	1.195.939	1.028.492
Encargos de dívidas pagos	(291.770)	(249.268)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(140.312)	(469.583)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	763.857	309.641
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições do imobilizado e intangível	(609.127)	(536.295)
Participação financeira do consumidor	13.823	35.638
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(3.148.661)	(2.301.856)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	3.287.041	2.300.326
Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de investimento	(456.924)	(502.186)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos	821.034	1.324.707
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(1.724.952)	(1.135.359)
Liquidação de operações com derivativos	98.600	(104.419)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(388.827)	(209.587)
Captação de mútuo com partes relacionadas	1.000.000	-
Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de financiamento	(194.145)	(124.658)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	112.788	(317.204)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	245.319	562.522
No fim do exercício	358.107	245.319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Piratininga de Força e Luz
CNPJ nº 04.172.213/0001-51

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Outros Resultados Abrangentes			Reserva de Lucros			Dividendo Adicional Proposto	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total	
	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Reavaliação	Benefício Pós-Emprego	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro				Reserva de lucros a realizar
Saldo em 31 de dezembro de 2023	267.673	28.376	858.874	(334.665)	51.926	212.442	174.402	192.000	(614.169)	836.859
Resultado abrangente total										
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	333.886	333.886
Outros resultados abrangentes: Previdência Privada – Superávit (Déficit) Actuarial, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	(128.117)	-	-	-	-	-	(128.117)
Outros resultados abrangentes: realização de reserva de reavaliação, líquido dos efeitos tributários	-	-	(72.350)	-	-	-	-	-	72.350	-
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	(1.056)	-	-	-	-	-	(1.056)
Mutações internas do patrimônio líquido										
Aumento de capital	4.588	(4.588)	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	2.526	-	-	-	(2.526)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	91.393	-	(91.393)	-
Transações de capital com os acionistas										
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(192.000)	-	(192.000)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	275.472	(275.472)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(102.136)	(102.136)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 28/03/2024 e 30/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.190)	(25.190)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	272.262	23.788	786.525	(463.839)	54.453	212.442	265.795	275.472	(704.651)	722.246
Resultado abrangente total										
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	381.824	381.824
Outros resultados abrangentes: Previdência Privada – Superávit (Déficit) Actuarial, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	(126.327)	-	-	-	-	-	(126.327)
Outros resultados abrangentes: realização de reserva de reavaliação, líquido dos efeitos tributários	-	-	(64.276)	-	-	-	-	-	64.276	-
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	(242)	-	-	-	-	-	(242)
Mutações internas do patrimônio líquido										
Aumento de capital	4.588	(4.588)	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	918	-	-	-	(918)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	-	-	150.884	-	-	(150.884)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	103.094	-	(103.094)	-
Proposta de aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transações de capital com os acionistas										
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(275.472)	-	(275.472)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	156.545	(156.545)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(70.707)	(70.707)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 28/03/2025, 30/06/2025, 30/09/2025 e 30/12/2025	-	-	-	-	-	-	-	-	(66.134)	(66.134)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	276.850	19.199	722.249	(590.408)	55.370	363.326	368.889	156.545	(806.832)	565.189

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Relatório da Administração Regulatório

Senhores e senhoras Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2025, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga" ou "Companhia" ou "Concessionária") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Considerações iniciais – A CPFL Piratininga atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de sua existência. Em 2025, a CPFL Piratininga cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 2,0 milhão de clientes, em 27 municípios do Estado de São Paulo. O volume de energia vendida pela Companhia, em termos percentuais, corresponde a 2,8% de participação no mercado nacional.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 6,8% em relação ao exercício de 2024, redução devido ao aumento de unidades de Micro e Minigeração Distribuída (MMGD), às menores temperaturas registradas em 2025 e a migração de clientes cativos para o mercado livre.

A CPFL Piratininga obteve em 2025 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 76,8 na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, uma oscilação positiva de 1,2 ponto (+1,6%) em relação ao resultado do ano anterior. O resultado manteve a empresa no 13º lugar da categoria, acima da média nacional, que foi de 68,7 pontos.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

Perfil – A CPFL Piratininga distribui energia elétrica para aproximadamente 4,4 milhões de pessoas, numa área que abrange 27 municípios do estado de São Paulo, incluindo as cidades de Santos, Sorocaba e Jundiaí. Atende atualmente 2,0 milhões de consumidores cativos e 3.118 consumidores livres. Em 2025, a Concessionária distribuiu 7.009 GWh ao mercado cativo e 9.019 GWh ao mercado livre (com Uso D).

Ligação de consumidores – No ano de 2025, a CPFL Piratininga teve 34.398 unidades consumidoras a mais que em 2024. Estas novas unidades consumidoras foram principalmente na classe residencial (34.551 a mais que no ano de 2024). Na classe comercial houve aumento de 390 unidades consumidoras, em relação à quantidade de 2024. Nas classes industrial e rural houve reduções de, respectivamente, 433 e 172 unidades consumidoras.

A seguir são apresentados os resultados sobre a quantidade de consumidores faturados e sua variação no período:

Número de Consumidores					
Segmento	2021	2022	2023	2024	2025
Residencial	1.761.370	1.796.070	1.825.879	1.859.181	1.893.732
Comercial	82.331	83.982	90.136	94.286	94.676
Industrial	6.367	6.511	7.061	6.938	6.505
Rural	7.069	6.369	6.229	6.105	5.933
Poderes Públicos	8.379	8.557	8.799	9.052	9.073
Iluminação Pública	2.448	2.498	2.554	2.626	2.651
Serviço Público	1.305	1.302	1.356	1.400	1.416
Total	1.869.269	1.905.289	1.942.014	1.979.588	2.013.986
Varição	2,3%	1,9%	1,9%	1,9%	1,7%

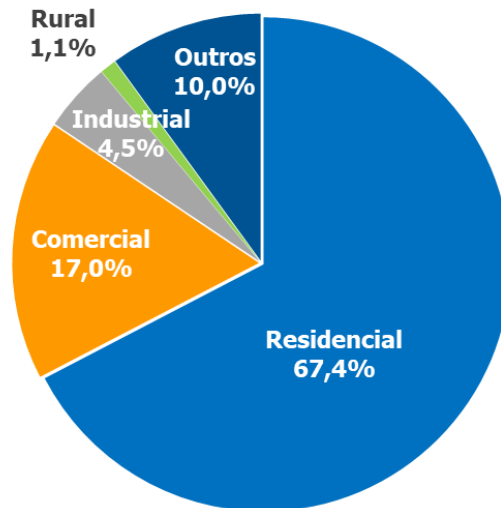
Comportamento do mercado - A distribuição de energia da CPFL Piratininga, no período de janeiro a dezembro de 2025, totalizou 16.028 GWh, queda de 1,0%, sendo 7.009 GWh para o mercado cativo (7.524 GWh em 2024), 8.644 GWh para o mercado livre (8.295 GWh em 2024) e 375 GWh como Uso D (377 GWh em 2024).

Destaque para a migração de clientes para o mercado livre, que levou a um crescimento de 4,0% nesse mercado. No mercado cativo, a classe residencial apresentou crescimento de 0,6%, devido à melhora da massa de renda real e o incremento de unidades consumidoras em 2025; em contrapartida tivemos o impacto negativo referente ao aumento de unidades de MMGD. As classes industrial e comercial tiveram retrações de 39,9% e 18,7%, respectivamente, devido ao incremento de MMGD e a migração de clientes cativos para o mercado livre. A classe poder público apresentou desempenho positivo, com crescimento de 0,5%, em decorrência do aumento de unidades consumidoras. A classe iluminação pública apresentou queda de 5,6% em relação a 2024, devido à troca de luminárias para mais modernas (LED).

A seguir são apresentados os resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido					
GWh	2021	2022	2023	2024	2025
Energia Faturada	7.596	7.366	7.552	7.524	7.009
Fornecimento	7.455	7.349	7.547	7.521	7.007
<i>Residencial</i>	4.226	4.232	4.473	4.691	4.721
<i>Comercial</i>	1.605	1.567	1.574	1.469	1.194
<i>Industrial</i>	792	712	653	527	316
<i>Rural</i>	112	99	93	88	74
<i>Poderes Públicos</i>	181	202	217	222	223
<i>Iluminação Pública</i>	315	313	310	302	285
<i>Serviço Público</i>	224	224	228	223	194
Suprimento p/ agentes de distribuição	141	17	5	3	2
Uso da Rede de Distribuição	7.370	7.717	7.912	8.673	9.019
<i>Consumidores Livres/Dist./Ger.</i>	7.370	7.717	7.912	8.673	9.019
<i>Consumidores Rede Básica</i>					
Total	14.966	15.083	15.464	16.197	16.028
Varição	7,0%	0,8%	2,5%	4,7%	-1,0%

Mercado Cativo Atendido
Consumo por classe de consumidores - 2025



Perdas – O Plano de Perdas da CPFL Piratininga tem sido intensificado nos últimos anos, aumentando os investimentos nos projetos de blindagem, como Caixa Blindada e Conjunto de Medição, além da regularização de consumidores clandestinos com redes diferenciadas e robustas.

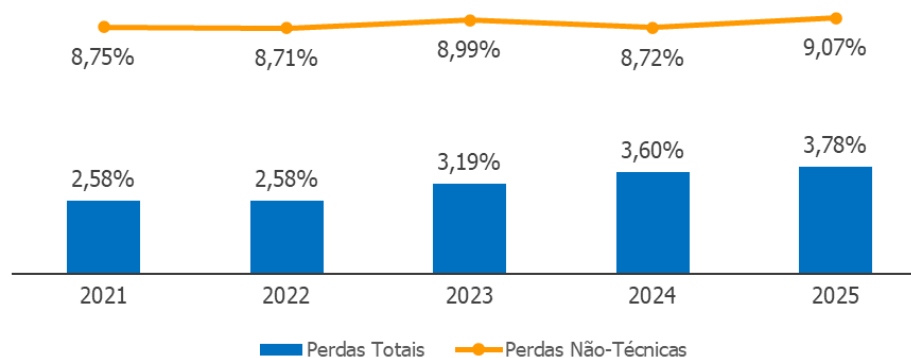
Além disto, a CPFL Piratininga está focando na melhoria da qualidade operacional, aprimorando os critérios de seleção dos alvos de inspeção (aumentando a assertividade das seleções), além de executar as inspeções com equipamentos mais precisos, como fiber scope e ADR. Entre os anos de 2024 e 2025, as perdas reais foram de 8,54% e 8,30%, respectivamente, com a nova metodologia de cálculo de balanço proveniente da consulta pública CP 09. Essa performance é sustentada pelo programa de recuperação de energia, que em 2025 recuperou 1.19,2 GWh, através de inspeções em 96,5 mil unidades consumidoras, corte de 15,5 mil instalações inativas sem contrato associado, além da implementação das melhorias de qualidade operacional, melhorando o ticket médio de energia. Por fim, a CPFL Piratininga regularizou mais de 1,2 mil consumidores clandestinos, além de blindar 2,1 mil consumidores em baixa tensão e mais de 257 em média tensão. Também foram realizadas ações com a polícia e publicações em mídia alertando aos consumidores que o furto é crime e passível de prisão.

Importante observar que o índice de perdas resultante e mostrado na tabela abaixo além de contabilizar as perdas na rede básica, é obtido com critério diferente, que não considera em sua base o montante de energia decorrente de inversão de fluxo, além da inserção das energias de MMDG, razão pela qual diverge do valor utilizado pela Agência em outras análises.

Balanco Energético					
Energia Requerida	2021	2022	2023	2024	2025
Venda de Energia ¹	7.582	7.356	7.553	7.480	6.999
<i>Fornecimento</i>	7.441	7.212	7.408	7.320	6.837
<i>Suprimento p/ agentes de distribuição²</i>	141	143	145	161	161
Consumidores Livres/Dist./Ger.	7.355	7.760	7.936	8.717	8.665
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	14.936	15.116	15.488	16.197	15.664
Perdas na Rede Básica	241	234	219	218	222
Perdas na Distribuição	1.191	1.209	1.311	1.330	1.341
<i>Perdas Técnicas</i>	768	781	769	692	691
<i>Perdas não Técnicas - PNT</i>	423	428	542	638	651
PNT / Energia Requerida %	2,6%	2,6%	3,2%	3,6%	3,8%
Perdas Totais - PT	1.432	1.443	1.530	1.548	1.563
PT / Energia Requerida %	8,75%	8,71%	8,99%	8,72%	9,07%
Total	16.368	16.559	17.019	17.745	17.228
Perdas na D	7,39%	7,41%	7,81%	7,59%	7,89%

Nota: (1) Os números das linhas de Venda de Energia e de Consumidores Livres divergem dos apresentados na tabela Mercado Atendido por estarem na "visão carga"; os clientes do grupo A são faturados no mês seguinte ao consumo. Anos marcados por temperaturas mais amenas que os anteriores impactam a carga e deixam mais evidentes descolamentos de faturamento. Com isso, as perdas verificadas na distribuição no ano tendem a ser menores do que as técnicas. Este é um movimento natural e temporal, podendo ser mais explícito, porém não impactando o ciclo tarifário

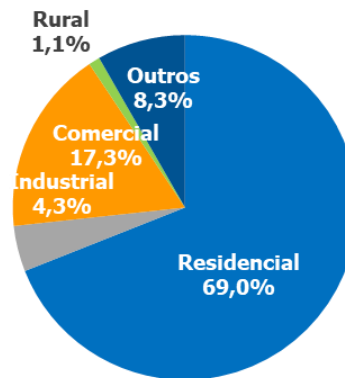
(2) Energia faturada de suprimento conforme critério utilizado para o Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica (SAMP).



Receita por classe de consumidores – A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS e COFINS, totalizou em R\$ 4.907 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida (R\$ mil)			
Classe	2025	2024	%
Residencial	3.385.874	3.200.262	5,8%
Industrial	210.484	322.392	-34,7%
Comercial	851.091	974.347	-12,7%
Rural	52.063	57.467	-9,4%
Outros	407.729	418.133	-2,5%
Total	4.907.241	4.972.601	-1,3%

Receita líquida por classe de consumidores - 2025



Número de consumidores – O número de consumidores em dezembro de 2025 apresentou um crescimento de 1,7% sobre o mesmo mês de 2024, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores			
Segmento	2025	2024	%
Residencial	1.893.732	1.859.181	1,9%
Comercial	94.676	94.286	0,4%
Industrial	6.505	6.938	-6,2%
Rural	5.933	6.105	-2,8%
Outros	13.140	13.078	0,5%
Total	2.013.986	1.979.588	1,7%

Tarifas – A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em 2025 atingiu 700,29/MWh, com um aumento de 1,0% com relação a 2024.

Em 21 de outubro de 2025, por meio da Resolução Homologatória nº 3.543, a ANEEL homologou o resultado da Reajuste Tarifário Anual da CPFL Piratininga, em vigor desde 23 de outubro de 2025, reajustando as tarifas de energia elétrica da distribuidora em 10,03%, sendo 10,25% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e -0,22% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 10,27% e da Parcela B de -0,02%. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 7,63%, sendo de 12,15%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 5,64%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

Tarifa Média de Fornecimento	
Classe	em R\$/MWh
Residencial	717,22
Comercial	713,10
Industrial	665,62
Rural	702,46
Outros	580,20
Tarifa Média	700,29

Para o cálculo das tarifas médias de fornecimento por classe foi considerado a Receita do Consumo e Demanda Ativa bruta e o mercado apurado para cada classe de consumo, conforme quadro mostrado no item "Comportamento de Mercado".

Tarifa por faixa de consumo	Até 90 kWh	de 91 kWh a 200 kWh	Acima de 200 kWh
Tarifas brutas - R\$	790,89	898,74	964,50

Para as tarifas por faixa de consumo da CPFL Piratininga, foram consideradas as tarifas para a classe residencial de até 90 kWh, de 91 a 200 kWh e acima de 200 kWh, sendo a sua composição formada pela Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e a Tarifa de Energia (TE), com tributos (ICMS, PIS e COFINS).

Qualidade do fornecimento – Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)
2021	5,95	4,13
2022	4,95	3,65
2023	4,57	3,14
2024	4,39	3,25
2025	3,86	2,77

Atendimento ao consumidor – A CPFL Piratininga, em seu compromisso de excelência no atendimento ao consumidor, possui uma ampla estrutura de atendimento presencial voltada para o cliente de baixa tensão, que são as Agências de Atendimento. Essa estrutura está presente em toda a área de concessão da CPFL Piratininga, composto de 27 municípios, e é dimensionada para cumprir com qualidade e eficiência e presteza, as diretrizes regulatórias vigentes.

As Agências além de possibilitarem aos consumidores o atendimento às suas necessidades relativas aos serviços de distribuição de energia elétrica, são responsáveis por processos de negociação de débitos de contas regulares e de irregularidade, ressarcimento de danos, bem como pelo relacionamento com os Procons, imobiliárias e outros parceiros que também prestam serviços aos clientes.

Na CPFL Piratininga, essa estrutura é composta por 7 agências de atendimento, 23 agentes

credenciados e 1.095 imobiliárias, responsáveis por 2,60 milhões de atendimentos (serviços gerados) em 2025.

Além das Agências de Atendimento presencial e dos credenciados, as distribuidoras do Grupo CPFL estão sempre inovando na forma de se relacionarem com os consumidores, incentivando a utilização de novas formas de atendimento.

Dados de atendimento da CPFL Piratininga:

- *Call Center*: com capacidade de atendimento de 4,9 mil chamadas/dia que, aliado a outros canais de atendimento, absorve 4,3 milhões/mês de interação com os clientes, sem que com isto ocorra congestionamentos nos canais de atendimento;
- Site CPFL: 15,9 milhões de atendimentos realizados;
- Aplicativo CPFL Energia: 24,4 milhões de atendimentos;
- WhatsApp: 4,2 milhões de atendimentos realizados;
- SMS: 108,2 mil mensagens recebidas;
- E-mail: 17,8 mil atendimentos realizados;
- Canais exclusivos para Imobiliárias, Condomínios, Agentes Públicos e Hospitais: 1,5 milhão de atendimentos;
- Mídias Sociais (Facebook, Reclame Aqui e Consumidor.gov): 19,1 mil atendimentos.

Tecnologia da informação – O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2025, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram: (i) [Reforma Tributária] NF3e SP; (ii) CP18 – Resolução 1000; (iii) – Evolução EVI; (iv) Mobilidade da Subtransmissão; (v) Genesys Cloud; (vi) Reforma Tributária; (vii) Caixa Blindada; (viii) Evolução da Gestão de Obras RE.

Desempenho econômico-financeiro – Ressaltamos que os dados econômico-financeiros aqui apresentados refletem as Demonstrações Contábeis Regulatórias e diferem dos resultados anteriormente publicados em IFRS.

Em 2025, a CPFL Piratininga alcançou receita líquida de R\$ 5.127 milhões, um resultado em linha, sendo uma redução de 0,04% (R\$ 2 milhões), principalmente em decorrência das seguintes variações: (i) aumento de 17,5% (R\$ 259 milhões) em encargos de parcela A; (ii) redução de 2,7% (R\$ 86 milhões) em fornecimento de Energia Elétrica; (iii) aumento de 3,8% (R\$ 76 milhões) nos tributos; (iv) queda de 10,5% (R\$ 21 milhões) em energia elétrica de curto prazo; e (v) redução de 43,7% (R\$ 0,5 milhão) no suprimento de energia elétrica. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos seguintes aumentos: (i) de 7,6% (R\$ 344 milhões) na disponibilização do sistema de transmissão e distribuição; (ii) de 18,8% (R\$ 63 milhões) nas doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido; (iii) de 7,7% (R\$ 26 milhões) nos ativos e passivos financeiros setoriais; e (iv) de 91,9% (R\$ 7 milhões) nos serviços cobráveis.

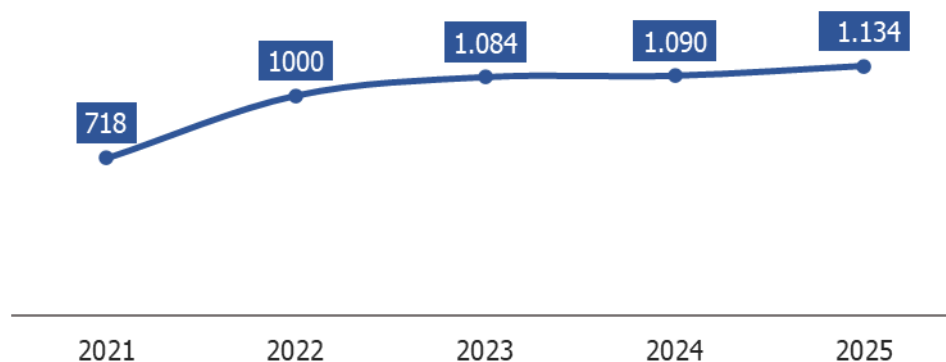
Nos custos não gerenciáveis (Parcela A), houve uma redução de 1,0% (R\$ 36 milhões), devido à redução de 4,3% (R\$ 39 milhões) nos encargos de transmissão, conexão e distribuição, parcialmente compensado pelo aumento de 0,1% (R\$ 2 milhões) na energia elétrica comprada para revenda.

As despesas operacionais (Parcela B) em 2025 foram de R\$ 751 milhões, uma redução de 1,0% (R\$ 8 milhões).

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
Em R\$ mil	2025	2024
Resultado Líquido	381.824	333.886
Depreciação e Amortização	244.676	242.192
Resultado Financeiro	350.991	351.280
Impostos sobre o Lucro	156.877	162.552
EBITDA	1.134.368	1.089.911

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 1.134 milhões em 2025, um acréscimo de 4,1% (R\$ 44 milhões), em relação a 2024. Segue abaixo o gráfico da evolução do EBITDA:

Evolução do EBITDA | Últimos 5 anos
(R\$ milhões)



Em 2025, a CPFL Piratininga apurou um Resultado Financeiro negativo (despesa financeira líquida) de R\$ 351 milhões, uma redução de 0,1% (R\$ 0,3 milhão). A Receita Financeira foi de R\$ 438 milhões, refletindo um aumento de 7,5% (R\$ 30 milhões), e a Despesa Financeira foi de R\$ 789 milhões, apresentando um aumento de 4,0% (R\$ 30 milhões).

No ano de 2025, a CPFL Piratininga apurou um Resultado Líquido de R\$ 382 milhões, resultando em um aumento de 14,4% (R\$ 48 milhões).

Investimentos - Em 2025, os investimentos em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição na CPFL Piratininga, totalizaram R\$ 413 milhões, aumento de 9,8% em relação a 2024. Para esta mesma

rubrica nos próximos cinco anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 3.175 milhões (vide quadro Evolução e Projeção de Investimentos).

Evolução e Projeção dos Investimentos

Plano de Desenvolvimento de Distribuição R\$ Mil	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
	Realizado	Realizado	Realizado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
AIS Bruto	655.185	376.358	413.094	807.464	559.037	589.585	469.425	749.845
Transformador de Distribuição	42.517	43.446	52.661	13.663	14.697	15.913	17.226	17.226
Medidor	29.110	32.795	36.165	42.095	45.837	38.751	33.758	34.398
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	92.530	67.776	63.302	46.149	45.007	50.595	51.236	51.236
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	185.059	135.552	126.603	307.712	274.834	148.141	145.753	237.257
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	152.276	40.199	59.652	48.327	13.289	137.526	26.043	8.461
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	103.213	4.258	39.755	349.517	165.372	198.660	195.407	401.267
Subestações Alta Tensão (primário maior igual a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	50.481	52.333	34.955	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(40.713)	(48.865)	(18.962)	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(40.713)	(48.255)	(18.962)	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<i>Ultrapassagem de demanda</i>	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<i>Excedente de reativos</i>	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<i>Diferença das perdas regulatórias</i>	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<i>Outros</i>	-	(610)	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros - Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

R\$ Mil	2025R	2026P	2027P	2028P	2029P	2030P
Plano de Investimentos 2026	413.094	807.464	559.037	589.585	469.425	749.845

R\$ Mil	2025P	2026P	2027P	2028P	2029P
Plano de Investimentos 2025	566.237	741.214	271.237	432.794	520.366

Diferença	-27,0%	8,9%	106,1%	36,2%	-9,8%
------------------	---------------	-------------	---------------	--------------	--------------

Em relação às diferenças entre os Planos de Investimento de 2025 e de 2024 da CPFL Piratininga, é importante ressaltar que as obras previstas no PDD (Plano de Desenvolvimento da Distribuição) são orientativas e, devido às variações de mercado ou de outros eventos, podem sofrer deslocamento no tempo e/ou alterações em seus escopos.

Adicionalmente, as justificativas dos desvios referentes ao ano de 2025 podem ser obtidas em detalhes através das críticas de obras do banco de dados do PDD disponível na ANEEL.

É importante ressaltar que os valores aqui apresentados diferem da previsão anteriormente publicada junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), já que neste comparativo, é incluído apenas o PDD (Plano de Desenvolvimento da Distribuição), que é somente voltado para ativos elétricos da Distribuição, enquanto os números divulgados junto à CVM incluem também investimentos em ativos não elétricos.

Captações de recursos – Para a viabilização do programa de investimentos, a CPFL Piratininga utilizou recursos de emissão de debêntures (R\$ 740 milhões), captou recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) (R\$ 100 milhões), para viabilizar seu projeto de investimentos em Smart Meters, e realizou a emissão de um mútuo (R\$ 1,000 bilhão).

Valor adicionado – Em 2025, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CPFL Piratininga foi de R\$ 5.057 milhões, representando 56% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

	2025	%
Pessoal e Encargos	222.395	4,4%
Remuneração direta	131.530	2,6%
Benefícios	76.768	1,5%
F.G.T.S.	14.097	0,3%
Impostos, taxas e contribuições	3.638.454	71,9%
Federais	2.253.598	44,6%
Estaduais	1.381.479	27,3%
Municipais	3.377	0,1%
Remuneração de capital de terceiros	648.111	12,8%
Juros	644.673	12,7%
Aluguéis	3.438	0,1%
Remuneração de capital próprio	548.282	10,8%
Juros sobre o capital próprio (incluindo adicional proposto)	66.134	1,3%
Dividendo (incluindo adicional proposto)	227.252	4,5%
Lucros retidos	254.896	5,0%
Total	5.057.242	100,0%

Importante ressaltar que a distribuição apresentada na tabela acima, segue o que foi reportado nas Demonstrações Financeiras Societárias e que a Receita Operacional Bruta utilizada para calcular a representatividade do Valor Adicionado é a reportada nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, que em 2025 foi de R\$ 8.952.473 mil.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos – De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 22 de abril de 2025, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2024, através de (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 102,1 milhões e (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$ 275,5 milhões.

Adicionalmente, foram aprovadas em Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) de 28 de março (o montante de R\$ 16,0 milhões), 30 de junho (o montante de R\$ 17,0 milhões), 30 de setembro (o montante de R\$ 18,1 milhões) e em 30 de dezembro de 2024 (o montante de R\$ 15,0 milhões), as declarações de juros sobre capital próprio, no montante total de R\$ 66,1 milhões (R\$ 56,2 milhões líquido de IRRF), a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2025.

Será deliberado em AGO, em abril de 2026, dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 70,7 milhões e dividendo mínimo obrigatório no montante R\$ 156,5 milhões.

No exercício de 2025, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 388,8 milhões referentes a dividendos e juros sobre capital próprio.

Composição acionária – A CPFL Piratininga é uma empresa de capital aberto, cujo controle é 100% detido pela CPFL Energia. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da CPFL Piratininga era de R\$ 276.850 mil composto por 53.096.770.180 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

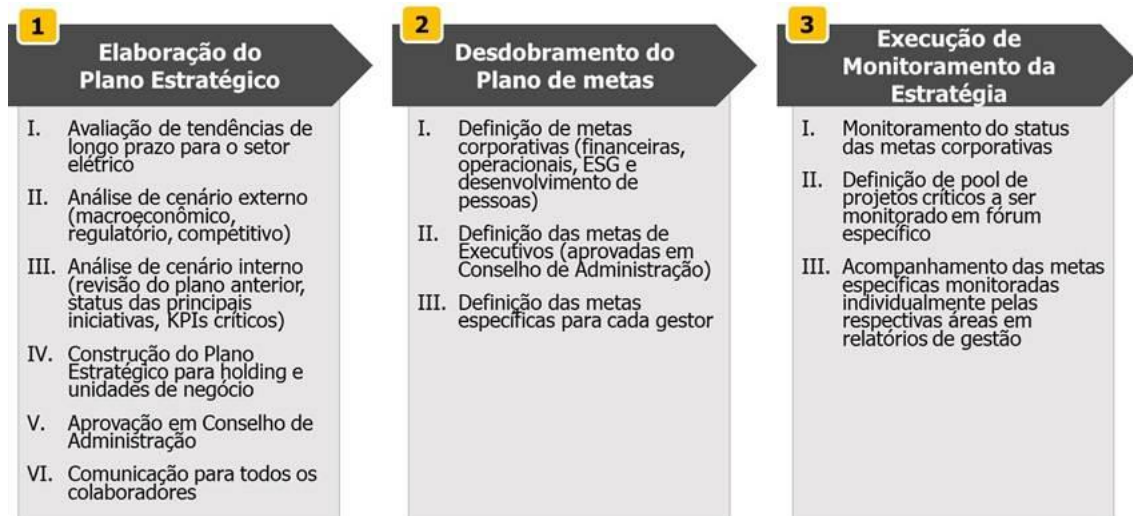
Planejamento empresarial – Desde 2002, a Diretoria de Estratégia e Inovação realiza o Planejamento Estratégico e para o grupo CPFL Energia, com aprovação do Conselho de Administração e o desdobramento para cada unidade de negócio.

O Plano Estratégico é realizado anualmente, para o ciclo de 5 anos. O processo segue as seguintes etapas:

- i. Definição das macrotendências globais para o setor elétrico, com base em *desk research* e suporte dos especialistas internos, integrado com o *Roadmap* Tecnológico da empresa;
- ii. Análise de cenário externo suportadas por especialistas externos em temas críticos (Tendências do Mercado de Energia, Projeções Macroeconômicas; Cenário Competitivo; ESG; inteligência artificial; Digitalização e experiência do consumidor, entre outros);
- iii. Análise interna, com avaliação do status de atingimento das metas traçadas no ciclo anterior de Planejamento e projetos estratégicos;
- iv. Construção do Planejamento Estratégico para o próximo ciclo de 5 anos.

Ao longo do processo, cada uma das etapas é validada junto à Diretoria Executiva, com aprovação final em Conselho de Administração, seguindo as melhores práticas de governança.

O desdobramento possibilita a visão de desempenho dos processos sob a responsabilidade de cada uma das VPs e Negócios, e é composto por três principais etapas (figura abaixo):



Paralelamente à elaboração do Plano Estratégico, acontece o planejamento orçamentário plurianual, administrado pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores, e submetido ao Conselho de Administração.

Análises de Cenários Externo & Interno - Na elaboração do Plano Estratégico, são realizadas análises de cenário externo com suporte externo de especialistas em diversos assuntos, como por exemplo:

- i. Tendências de Mercado (ex: mudanças tecnológicas, mudanças regulatórias, riscos de negócio);
- ii. Análises Macroeconômicas (ex: projeção de aumento de carga, crescimento de PIB, taxas de câmbio);
- iii. Cenário Competitivo (ex: estratégia aparente de competidores, cenário de oportunidades e riscos em *M&A*);
- iv. Cenário Regulatório e Institucional (ex: temas regulatórios como Renovação das concessões, liberalização do mercado, reforma tributária);
- v. Mudanças climáticas (ex: aumento do número de eventos climáticos extremos no mundo e no Brasil, assim como seus impactos para o setor elétrico).

Em paralelo, é realizada a avaliação do cenário interno: atualização das principais iniciativas, análise de resultados e objetivos operacionais/ financeiros, metas e indicadores do ciclo anterior.

A partir dessas análises, as principais tendências e oportunidades de cada negócio são mapeadas para o Planejamento Estratégico.

Elaboração da Estratégia - Com os status dos resultados do ano anterior e priorizando indicadores levantados nas avaliações de cenários (incluindo critérios de segurança, nossas pessoas, qualidade no atendimento ao cliente, eficiência operacional, inovação e crescimento, digitalização, plano ESG, regulação e gestão de risco) são determinadas as novas iniciativas e diretrizes de negócio, com projetos prioritários e planos de ação necessários para atingir os objetivos, até a consolidação no Plano Estratégico, validado e aprovado no Conselho Administrativo.

Desdobramento em Metas - A etapa de desdobramento ocorre após a aprovação do Plano Estratégico, quando são analisados os resultados recentes e elaboradas as metas e planos de ação para o próximo ano, alinhados ao orçamento aprovado.

A partir da aprovação do Plano Estratégico, é iniciado o processo de desdobramento em metas, cujo objetivo é endereçar os responsáveis pelos desafios estabelecidos no ciclo de Planejamento Estratégico, Orçamentário e Plano ESG 2030. Essas metas devem ser aderentes à metodologia *SMART* (Específica, Mensurável, Atingível, Relevante e Orientada a tempo). Os indicadores estratégicos e mais críticos para o negócio, assim como os projetos estratégicos, ficam nos contratos de metas dos Vice-Presidentes, dos Diretores e Gerentes.

Para a definição dos *KPIs* críticos, é adotado um processo estruturado que envolve rodadas de alinhamento e validação com os Acionistas — State Grid (acionista majoritário), Conselheiros Independentes e Executivos. Esses indicadores, validados em nível corporativo, são então desdobrados para as Diretorias, Gerências, Coordenações e demais níveis da companhia, conforme o escopo de atuação de cada área responsável, além da incorporação das entregas dos demais projetos sob responsabilidade de cada colaborador.

Divulgação Planejamento Estratégico - As principais diretrizes da estratégia são disseminadas para todos os colaboradores, incentivando o engajamento do colaborador; de modo a instigá-lo a criar valor e descobrir como sua área pode contribuir para o crescimento organizacional.

Os canais formais de divulgação são:

- Evento de divulgação com participação dos Executivos, com participação ativa dos colaboradores;
- Vídeo com o resumo das principais diretrizes e iniciativas do Plano Estratégico;
- Workshops nas áreas de negócio;
- Campanhas internas – banners e cartazes em diversos locais;
- Kit de divulgação para lideranças, com conteúdo sobre plano da holding e materiais customizados para cada unidade de negócio;
- Quiz para engajamento dos colaboradores, com reconhecimento para os maiores pontuadores;
- Portal de Planejamento Estratégico (intranet) – área onde é disponibilizada uma síntese dos principais direcionadores estratégicos do grupo e dos negócios.

A CPFL Energia conclui a divulgação das principais diretrizes do grupo para todos os stakeholders através da página de Relações com Investidores, por meio do resumo com as orientações fundamentais dos negócios e do grupo.

Implementação & Monitoramento da Estratégia - São acompanhadas e monitoradas ao longo do ano pela Diretoria de Estratégia e Inovação e pelas áreas de negócio por meio de ferramentas de gestão customizadas (relatórios de gestão, comitês de projetos com participação dos Executivos e monitoramento das metas dos Vice-Presidentes e Diretores), com planos de ação tempestivos elaborados à medida que se faça necessário.

Sistemas de gestão e programas da qualidade - Em 2025, as atividades compreenderam:

- Manutenção da certificação dos Sistemas de Gestão, que compreendem as normas NBR ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade), NBR ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental) e ISO 45001 (Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho). Adicionalmente, a CPFL Piratininga participou do escopo de manutenção da CPFL Holding na norma ISO 27001 (Segurança da Informação), manutenção da certificação da ISO 37001 (Gestão Antissuborno) e certificação da ISO 56001 (Gestão da Inovação);
- O Programa Colaborativo, criado em 2017, tem como objetivo promover a melhoria contínua por meio de ações conjuntas que fortalecem Segurança, Padronização, Sustentabilidade e Qualidade, além de incentivar o compartilhamento de boas práticas. É fundamentado nas metodologias 5S e 10S e nos requisitos das normas ISO 9001, ISO 45001 e ISO 14001. Das 24 estações avançadas do grupo CPFL Piratininga, 20 unidades participaram do programa Colaborativo, representando 83% de adesão ao programa. As EAs obtiveram resultado médio de 89,30% nas avaliações dos pilares referente aos temas de Organização, Padronização e Segurança, Meio Ambiente e Limpeza, Disciplina. Destas 20 localidades operacionais que participaram, 15 obtiveram avaliações superior à média que corresponde a mais de 75%;
- Melhores em Gestão FNQ - Fundação Nacional da Qualidade: A CPFL Piratininga foi reconhecida na categoria "Prata".

Recursos humanos – Em 2025, a CPFL Piratininga investiu cerca de R\$4 milhões em programas de formação em excelência operacional e desenvolvimento profissional de alta performance de seus colaboradores.

A **Universidade CPFL** é responsável por promover e fortalecer a **cultura do aprender** na companhia, integrando conteúdos educacionais, treinamentos e trilhas formativas que apoiam o desenvolvimento de todos os colaboradores.

Estruturamos um ecossistema de aprendizagem que combina **conteúdos, experiências práticas, troca entre pessoas e redes de conhecimento**, orientado pela metodologia **CEP + R (Conteúdos, Experiências, Pessoas e Redes)**. Nesse contexto, disponibilizamos cursos livres e trilhas específicas voltadas ao desenvolvimento de comportamentos e competências alinhados ao **Nosso Jeito de Ser**, incentivando o protagonismo dos colaboradores em suas jornadas de crescimento.

A Universidade CPFL exerce ainda um papel essencial ao sustentar os **programas estruturados de capacitação contínua e treinamentos recorrentes**. Essas iniciativas são fundamentais para garantir a atualização técnica das equipes, o atendimento aos requisitos regulatórios e a aplicação consistente das normas de segurança e dos procedimentos operacionais.

Entre as iniciativas de desenvolvimento, destacam-se programas voltados ao fortalecimento de competências em diferentes níveis, como o **Job Rotation, Programa de Mentoria, Programa de Protagonistas, Programa de Liderança, Coaching, Cultura do Inglês, Escola de Mandarim, Carreira 5.0** e oferecemos também o **Programa de Bolsa de Estudos**. Além de parcerias com **mais de 70 instituições de ensino**.

Além de apoiar o crescimento interno, a **Universidade CPFL** também reafirma seu compromisso com o desenvolvimento social ao oferecer **programas gratuitos de formação técnica**, como as Escolas de Eletricistas, Operadores e Projetistas. Essas iniciativas ampliam oportunidades para a comunidade e contribuem diretamente para a qualificação de profissionais que atuarão no setor elétrico.

Em um setor altamente regulado e com elevado nível de risco, manter o conhecimento sempre atualizado é um fator crítico para a **confiabilidade das operações e para a preservação da vida, contribuindo diretamente para o fortalecimento da cultura de segurança em toda a companhia.**

A partir disso, em 2025 tivemos **+ de 7 mil participações** em treinamentos, com **14,2 horas de treinamento** por colaborador neste período.

Sustentabilidade – A CPFL Piratininga mantém foco estratégico no desenvolvimento sustentável e, reforçando este compromisso, a *holding* CPFL Energia lançou em 2022 o Plano ESG 2030, que abrange todos os seus negócios, com foco em três pilares – Negócios de baixo carbono e segurança energética, Operações inteligentes e sustentáveis e Valor compartilhado com a sociedade. O Plano ESG 2030 é desdobrado em 18 compromissos públicos em diversas áreas da empresa. Mais informações estão disponíveis no Relatório Anual em www.grupocpfl.com.br/sustentabilidade/relatorio-anual e www.cpfl.com.br/ri.

CPFL Piratininga em números:

Atendimento	2025	2024	%
Número de consumidores	2.013.986	1.979.588	1,7%
Número de empregados ¹	61	62	-1,6%
Número de consumidores por empregado	33.016	31.929	3,4%
Número de localidades atendidas	27	27	0,0%
Número de agências	7	7	0,0%
Número de postos de atendimento	30	32	-6,3%

Nota: (1) Número de empregados = número de atendentes agência + 1 atendente por rede fácil.

Operacionais	2025	2024	%
Número de subestações	59	59	0,0%
Linhas de transmissão (Km)	758	786	-3,6%
Linhas de distribuição (Km)	28.712	28.362	1,2%

Mercado	2025	2024	%
Área de concessão (Km ²)	6.954	6.954	0,0%
Demanda máxima (MWh/h)	2.783	2.817	-1,2%
Mercado atendido (GWh)	16.028	16.197	-1,0%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.493	2.523	-1,2%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh):			
Total (exceto curto prazo)	700,29	661,12	5,9%
<i>Residencial</i>	717,22	682,18	5,1%
<i>Comercial</i>	713,10	663,31	7,5%
<i>Industrial</i>	665,62	612,31	8,7%
<i>Rural</i>	702,46	655,90	7,1%
<i>Outros</i>	580,20	559,61	3,7%
DEC (horas)	3,86	4,39	-12,1%
FEC (número de interrupções)	2,77	3,25	-14,8%
Número de reclamações por 10.000 consumidores	61,11	63,10	-3,2%
Financeiros			
	2025	2024	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	8.952.473	8.619.634	3,9%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	5.126.840	5.128.812	0,0%
Resultado da atividade (R\$ mil)	889.692	847.719	5,0%
Margem operacional do serviço líquida (%)	17,35%	16,53%	5,0%
EBITDA ou LAJIDA (R\$ mil)	1.134.368	1.089.911	4,1%
Lucro líquido (R\$ mil)	381.824	333.886	14,4%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	565.189	722.246	-21,7%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	67,56%	46,23%	46,1%
Endividamento (incluindo derivativos) (R\$ mil)	4.362.324	3.968.615	9,9%
Em moeda nacional (%)	97,4%	47,9%	103,4%
Em moeda estrangeira (%)	2,6%	52,1%	-95,0%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CPFL Piratininga. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CPFL Piratininga.

Campinas, 24 de abril de 2026.

A Administração.

Companhia Piratininga de Força e Luz
CNPJ nº 04.172.213/0001-51

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte, Jardim Professora Tarcília, CEP 13.087-397, Campinas, São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 23 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 2,0 milhões de consumidores. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiáí.

1.1 Setor Elétrico no Brasil:

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Companhia pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidor livre é aquele que exerce a opção de compra de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis. Desde 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A podem optar pela compra de energia elétrica de qualquer supridor

no SIN, conforme Portaria Normativa MME nº 50/2022. Uma vez no ACL, o consumidor que desejar retornar ao atendimento regulado pela distribuidora deve formalizar essa decisão ao agente de distribuição local com antecedência mínima de cinco anos, prazo que pode ser reduzido a critério da distribuidora. Esse aviso prévio visa dar previsibilidade para o planejamento e a contratação de energia pela distribuidora, caso seja necessário recompor o atendimento ao consumidor que retornará ao ambiente regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito através de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – (“ONS”), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

1.2 Renovações de concessões de distribuição de energia elétrica no Brasil

Em junho de 2025, a ANEEL aprovou, em reunião pública da diretoria, o requerimento da Companhia para a celebração de novo Termo Aditivo ao seu Contrato de Concessão, considerando a minuta final publicada no Despacho ANEEL nº 517/2025, com o objetivo de promover a prorrogação antecipada da concessão por mais 30 (trinta) anos, a partir de 23 de outubro de 2028. Com a aprovação, o processo foi encaminhado pela ANEEL ao Ministério de Minas e Energia (“MME”). O MME, por sua vez, submeteu o processo à análise do Tribunal de Contas da União (“TCU”). Em novembro de 2025 o TCU atestou conformidade do processo conduzido pela ANEEL e que o MME atendeu aos requisitos estabelecidos para a extensão dos contratos de concessão da CPFL Piratininga. Em 6 de abril de 2026, o MME convocou a Companhia para a assinatura do referido termo aditivo no prazo de até 60 (sessenta) dias, conforme disposto no art. 10, § 4º, do Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024.

1.3 Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL

O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o Grupo CPFL implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da Task Force for Climate-related Financial Disclosures (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação “Nossa Jornada frente as Mudanças Climáticas”, e na plataforma global do Carbon Disclosure Project (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente.

Em 2025, avançamos na agenda climática com o desenvolvimento do Plano Integrado de Adaptação Climática. Iniciamos o mapeamento de riscos climáticos físicos na distribuição. O processo também nos prepara para cumprir as exigências da Resolução CVM nº 193.

Iniciativas específicas

A Companhia possui investimentos em expansão, reforço de rede, automação e modernização de equipamentos, como a plataforma Advanced Distribution Management System (ADMS) e o *Weather Translator System* (WeTS). Além disso temos projetos de resiliência em parceria com a FGV e Climatempo, e o projeto Arborização +Segura para prevenir danos, acidentes e interrupções de energia.

Gestão de crises

O Grupo CPFL mantém um modelo estruturado de gestão de crises, formalizado em normativo corporativo, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação e tratamento de eventos que possam impactar a continuidade dos negócios, o desempenho operacional, a situação financeira ou a reputação da Companhia. Esse modelo define critérios claros para o acionamento do Grupo de Crise, bem como papéis, responsabilidades e fluxos decisórios aplicáveis a diferentes níveis de gravidade das ocorrências.

O Grupo de Crise é responsável pela avaliação de eventos anormais, pelo monitoramento de fatores de risco e pela coordenação das ações necessárias à mitigação de impactos em situações classificadas como crise. Sua composição é definida conforme a natureza e a criticidade do evento, podendo envolver membros permanentes e participantes adicionados a medida da necessidade, assegurando abordagem multidisciplinar e adequada aos riscos identificados.

O processo de gestão inicia-se com a classificação da ocorrência, incluindo a determinação de sua natureza e do nível de gravidade (Níveis I, II ou III). Essa análise considera, de forma integrada, os impactos potenciais e efetivos sobre pessoas, comunidades, meio ambiente, operações, segurança patrimonial, aspectos financeiros, regulatórios e reputacionais, bem como eventuais reflexos sobre a continuidade das atividades do Grupo CPFL.

Adicionalmente, são avaliados a abrangência e o potencial de repercussão da ocorrência junto à opinião pública e aos stakeholders, incluindo exposição em meios de comunicação e ambientes digitais, além da extensão geográfica do evento. Em função da complexidade das operações do Grupo CPFL, as crises podem apresentar diferentes escalas e níveis de impacto, demandando respostas proporcionais e coordenadas.

A governança de crises do Grupo CPFL está integrada aos seus mecanismos de gestão de riscos, controles internos e planos de continuidade de negócios, assegurando que as decisões adotadas durante situações críticas sejam pautadas por critérios técnicos, disciplina de governança, rastreabilidade das ações e foco na preservação do valor econômico e institucional da Companhia.

(2) BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1 Base de preparação:

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas e aprovadas pela ANEEL, as quais constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, substituída em 2021 pela Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ("CPC"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis emitidas e aprovadas pela ANEEL.

A ANEEL, em 17 de setembro de 2021, através do Despacho nº 2.904, no uso da atribuição que lhe foi delegada por meio da Resolução Normativa nº 933, de 2021, decidiu: (i) revisar o MCSE, na dimensão procedimental; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014, substituída pela Resolução Normativa nº 933/2021; e (ii) aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. A versão vigente foi aprovada através do Despacho nº 1.690 de 28 de junho de 2022.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição

financeira e patrimonial de uma empresa, podendo apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão apresentadas e explicadas na nota 32, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão regulatória da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis regulatórias foi dada pela Administração em 27 de abril de 2026.

Essas demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (www.aneel.gov.br) e da Companhia (www.cpfl.com.br).

2.2 Base de mensuração:

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, cuja classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos financeiros, e iii) ativo imobilizado, intangível e obrigações especiais.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 9 – Ativos e passivos financeiros setoriais: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 10 – Tributos diferidos: são reconhecidos considerando os prejuízos fiscais, quando aplicável, e as diferenças temporárias existentes entre os montantes contábeis utilizados nas demonstrações financeiras e os respectivos valores considerados para fins fiscais;
- Nota 11 – Outros ativos circulantes e não circulantes: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 12 – Imobilizado e intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 14 – Empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuos: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 15 – Benefícios pós-emprego: principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos;

- Nota 18 – Provisão para litígios e depósitos judiciais e cauções: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros: principais premissas para determinação do valor justo.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações contábeis regulatórias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional:

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

(3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas que as adotadas nas demonstrações financeiras societárias apresentadas nas Demonstrações Financeiras de 2025 na nota explicativa 3 – Sumário das principais políticas contábeis, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1 Imobilizado em serviço:

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação regulatória compulsória, conforme determina a Resolução Normativa nº 396 de 23 de fevereiro de 2010. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador (nota 12).

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.2 Imobilizado em curso:

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no MCSE. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa

média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as distribuidoras de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Nas demonstrações financeiras societárias, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados, em conformidade com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente e com ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, sendo a parcela remanescente registrada como um ativo financeiro e avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

3.3 Intangível:

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear e em conformidade às taxas estabelecidas pelo poder concedente.

Os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados aos ativos intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

3.4 Obrigações especiais vinculadas à concessão:

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, acrescidos do valor da reavaliação. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.5 Reserva de reavaliação e Reavaliação regulatória compulsória:

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social (nota 32.3.1).

A constituição da reavaliação se dá por meio do processo de revisão tarifária periódica, que no caso da Companhia ocorre a cada quatro anos. Neste processo a Companhia prepara, em conjunto com empresa avaliadora credenciada junto ao órgão regulador, o Laudo de Avaliação que contém o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e a diferença para o valor contábil, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, é registrado contabilmente como reavaliação regulatória compulsória, nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 e suas atualizações.

Esse laudo é revisado e homologado pela ANEEL. A última reavaliação registrada pela Companhia considera o processo de Revisão Tarifária Periódica na data-base de 30 de abril de 2023, que foi aprovado pela Resolução Homologatória da ANEEL nº 3.277/2023, demonstrado na Nota Técnica no 122/2023–STR/ANEEL, de 11 de outubro de 2023, portanto a Companhia reconheceu a referida reavaliação nas demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2023.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Valor reavaliado de um ativo:

O ativo imobilizado e intangível é contabilizado pelo custo de aquisição deduzidos da depreciação acumulada. Os valores são acrescidos da parcela de reavaliação de ativo homologado pela ANEEL por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR. Neste processo a Companhia prepara, em conjunto com empresa avaliadora credenciada junto ao órgão regulador, o Laudo de Avaliação que contém o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e a diferença para o valor contábil, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, é registrado contabilmente como reavaliação regulatória compulsória, nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 e suas atualizações.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	20.946	30.160
Equivalentes de caixa	337.161	215.159
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	3.709	3.640
Títulos de crédito privado (b)	328.046	199.995
Fundos de investimento (c)	5.406	11.524
Total	<u>358.107</u>	<u>245.319</u>

(a) Saldo bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e remuneração de 30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") em 2025 e 2024.

(b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDBs no montante de R\$ 248.806 (R\$ 109.530 em 31 de dezembro de 2024) e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 79.240 (R\$ 90.465 em 31 de dezembro de 2024), todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 99,44% do CDI (98,94% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

(c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média 99,21% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024) tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI, lastreadas em títulos públicos federais, CDBs e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Valores Correntes						Valores Renegociados					Total em 31/12/2025	Total em 31/12/2024	
	Correntes a Vencer		Correntes Vencidas				Renegociados a Vencer		Renegociados Vencidos					
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos			
Fornecimento de Energia	697.662	190.836	23.385	5.499	40.419	(48.497)	7.166	18.047	5.839	12.485	(27.055)	925.788	817.839	
Residencial	248.850	146.582	16.256	786	13.211	(33.546)	5.577	12.034	5.179	5.208	(21.014)	399.124	352.775	
Industrial	11.591	12.793	2.119	2.431	19.516	(5.678)	413	1.762	90	4.930	(2.838)	47.131	41.502	
Comercial	47.033	20.532	2.002	1.611	4.664	(7.182)	590	2.674	468	1.733	(2.686)	71.440	71.123	
Rural	2.387	1.265	139	-	120	(80)	45	222	46	40	(89)	4.095	4.017	
Poderes Públicos	11.162	2.647	1.566	602	393	(346)	495	1.329	12	103	(224)	17.739	24.229	
Iluminação Pública	14.754	4.873	14	1	143	(97)	1	-	20	57	(128)	19.637	15.161	
Serviço Público	13.431	610	45	66	2.337	(1.569)	46	25	25	413	(76)	15.352	15.025	
Serviço Taxado	671	1.535	1.245	3	34	-	-	-	-	-	-	3.488	947	
Fornecimento Não Faturado	348.542	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	348.542	293.860	
(-) Arrecadação Processo Classif.	(761)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(761)	(799)	
Outros consumidores	23.870	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.870	19.922	
Consumidores	721.532	190.836	23.385	5.499	40.419	(48.497)	7.166	18.047	5.839	12.485	(27.055)	949.657	837.761	
Suprimento Energia - Moeda Nacional	565	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	565	1.604	
Encargos de Uso da Rede Elétrica	177	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	177	142	
Energia Elétrica de Curto Prazo	13.842	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.842	33.133	
Outros	54	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54	54	
Concessionárias e permissionárias	14.638	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.638	34.932	
Consumidores, concessionárias e permissionárias	736.170	190.836	23.385	5.499	40.419	(48.497)	7.166	18.047	5.839	12.485	(27.055)	964.295	872.693	
												Circulante	951.688	862.548
												Não Circulante	12.607	10.145
													964.295	872.693

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”):

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 29 (e).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias
Saldo em 31/12/2023	(87.127)
Provisão revertida (constituída) líquida	(101.550)
Recuperação de receita	30.989
Baixa de contas a receber provisionadas	70.777
Saldo em 31/12/2024	(86.911)
Provisão revertida (constituída) líquida	(93.941)
Recuperação de receita	34.504
Baixa de contas a receber provisionadas	70.796
Saldo em 31/12/2025	(75.552)

(7) TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.874	77.511
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	11.932	13.180
ICMS a compensar	42.174	41.202
Programa de integração social - PIS	2.124	3.418
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	9.599	10.261
Outros	9	15
Total	<u>67.711</u>	<u>145.588</u>
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	22.993	22.993
Imposto de renda a compensar - IRPJ	62.424	62.424
ICMS a compensar	49.131	46.719
Total	<u>134.548</u>	<u>132.136</u>

Imposto de renda e contribuição social a compensar: refere-se principalmente a constituição de crédito de imposto de renda e contribuição social pago a maior.

Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte: refere-se, principalmente, a IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos públicos.

ICMS a compensar: refere-se, principalmente, a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

Imposto de renda e contribuição social a compensar no não circulante: refere-se ao reconhecimento de créditos tributários decorrentes da atualização pela taxa Selic incidente sobre valores recuperados por meio de repetição de indébito tributário. Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (“STF”), firmou entendimento de que o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) não incidem sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na restituição ou compensação de tributos pagos indevidamente. A Companhia ajuizou ação judicial em julho de 2021, visando resguardar seu direito de recuperar os valores indevidamente tributados nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação. Com base nessa decisão e na expectativa de realização dos créditos, a Administração procedeu ao

reconhecimento contábil dos respectivos valores, registrados no ativo como tributos a compensar. A Companhia aguarda a decisão da ação judicial para iniciar a utilização do crédito tributário. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo a compensar é de R\$ 85.417.

7.1 Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS:

Ativo	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	66.919	66.919
COFINS sobre ICMS	308.234	308.234
Total circulante	375.153	375.153
<u>Não circulante</u>		
PIS sobre ICMS	109.551	157.267
COFINS sobre ICMS	504.599	724.013
Total não circulante	614.150	881.280
Passivo	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	71.947	71.947
Total circulante	71.947	71.947
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	650.019	919.564
Total não circulante	650.019	919.564

Tendo em vista (i) decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) em março de 2017 do tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõem a base de cálculo do PIS e da COFINS, (ii) decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal (“STF”) que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, (iii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo” e (iv) a Companhia possui uma ação judicial relacionado ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e da COFINS, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 1.816.859.

Em outubro de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005). Em fevereiro de 2022, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto à Receita Federal do Brasil e houve o início da utilização do crédito para compensar outros tributos a recolher administrados pela Receita Federal do Brasil.

Com isso, no reajuste tarifário de outubro de 2022 foram repassados parte dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 434.863 de igual maneira no reajuste tarifário de outubro de 2023, 2024 e 2025 houve repasse nos montantes de R\$ 595.322, R\$ 131.012 e R\$ 338.382 respectivamente (nota 9), restando assim no passivo com consumidores, o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 721.966 (R\$ 991.511 em 31 de dezembro de 2024).

Ainda sobre esse assunto, em 2024 a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil a resposta à Solução Consulta previamente apresentada, no qual foi externado o entendimento sobre a necessidade de oferecimento a tributação de tal crédito para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS. Assim, nos termos da orientação acima, a tributação foi realizada, e o montante de R\$ 444.566 foi recolhido em fevereiro de 2024. Tais valores foram ajustados entre o Reajuste Tarifário Anual de 2024 e 2025, resultando na neutralização do efeito tarifário.

Em relação ao ativo de tributos a compensar, levando-se em conta o início das compensações em fevereiro de 2022, até dezembro de 2025 já foram compensados junto à Receita Federal do Brasil o montante de R\$ 1.330.595, o saldo atualizado até 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 989.303 (R\$ 1.256.433 em 31 de dezembro de 2024).

Em 22 de julho de 2025 houve a conclusão da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, sendo que a Agência manteve a interpretação de que os créditos tributários devem ser devolvidos integralmente aos consumidores.

Em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal - STF concluiu o julgamento da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 7324 e, por maioria de votos, julgou parcialmente procedente o pedido, mantendo a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022, e definindo a destinação dos valores de indêbitos tributários restituídos em favor dos consumidores, e ainda (i) permitindo a dedução dos tributos incidentes sobre a restituição, bem como dos honorários específicos dispendidos pelas concessionárias, para o fim de obter a repetição do indébito; e (ii) observando o prazo de 10 anos, contados da data da efetiva restituição do indébito às distribuidoras ou da homologação definitiva da compensação por elas realizada. Por fim, o Tribunal decidiu que o recebimento de boa-fé a maior pelo usuário consumidor não será objeto de repetição.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos em virtude de ação judicial está limitada ao prazo prescricional de 10 anos, e aguarda o julgamento dos embargos de declaração protocolados pela Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) no Supremo Tribunal Federal - STF.

Logo, diante das incertezas quanto à contagem do prazo prescricional e à forma de aplicação da decisão proferida na ADI 7324, a Administração entende que, neste momento, não dispõe de elementos suficientes para elaborar estimativa confiável do montante que poderia ser revertido do passivo antes do julgamento dos embargos de declaração. Ressalte-se, contudo, que a opção da Companhia por não reconhecer qualquer crédito tributário nesta fase não implica renúncia ao direito que lhe assiste.

(8) INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Aplicação direta (a)	14.299	10.487
Através de fundos de investimentos (b)	5.848	146.901
Total	<u>20.147</u>	<u>157.387</u>

- (a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, por meio de cotas de fundos de investimentos, destinando-se a composição de garantias contratuais em financiamentos junto ao BNDES, cujo a remuneração média era equivalente à 100% do CDI.
- (b) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 99,21% do CDI (99,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

(9) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Devolução aos consumidores	Transferências	Saldo em 31/12/2025	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa (a)	-	607.155	15.414	-	(438.381)	184.187	184.187	35.324	148.864
Aquisição de Energia Comprada - (CVAenerg)	-	217.742	5.916	-	(174.018)	49.640	49.640	9.520	40.120
Custo de Energia Itaipu	-	25.234	1.229	-	(5.718)	20.745	20.745	3.978	16.766
Proinfa	-	32.138	1.040	-	(33.178)	-	-	-	-
Transporte de Rede Básica	-	58.362	1.446	-	(29.116)	30.692	30.692	5.886	24.806
Transporte de Energia - Itaipu	-	8.827	106	-	(4.371)	4.561	4.561	875	3.686
ESS/EER	-	(4.389)	(251)	-	1.858	(2.782)	(2.782)	(534)	(2.249)
CDE	-	269.241	5.928	-	(193.838)	81.331	81.331	15.598	65.733
Demais Ativos Financeiros Setoriais (b)	-	(358.177)	(4.850)	532.711	(274.755)	(105.073)	(105.073)	(20.151)	(84.921)
Neutralidade da Parcela A	-	(654)	(553)	-	(18.910)	(20.117)	(20.117)	(3.858)	(16.259)
Sobrecontratação de Energia	-	45.311	878	-	(67.669)	(21.481)	(21.481)	(4.120)	(17.361)
Bandeira Faturada	-	(79.758)	-	-	60.904	(18.854)	(18.854)	(3.616)	(15.238)
Devolução crédito de PIS e COFINS	-	(130.763)	-	532.711	(401.948)	-	-	-	-
Outros	-	(192.313)	(5.175)	-	152.868	(44.621)	(44.621)	(8.558)	(36.064)
Total Ativos Financeiros Setoriais	-	248.978	10.563	532.711	(713.138)	79.115	79.115	15.173	63.942

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2024	Adição	Amortização	Atualização monetária	Perdas	Recebimento (c)			Saldo em 31/12/2025	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
						Devolução aos consumidores	CDE Eletrobrás	Transferências					
CVA Passiva (a)	40.310	(61.836)	(59.326)	25.068	360	-	(5.249)	438.382	377.708	377.708	-	377.708	-
Aquisição de Energia Comprada - (CVAenerg)	(57.128)	(55.800)	66.130	4.098	657	-	-	174.018	131.976	131.976	-	131.976	-
Custo de Energia Itaipu	(10.636)	(1.431)	32.412	1.071	(297)	-	-	5.718	26.837	26.837	-	26.837	-
Proinfa	(9.917)	(836)	3.079	1.747	-	-	-	33.178	27.251	27.251	-	27.251	-
Transporte de Rede Básica	58.615	(477)	(62.085)	4.727	-	-	-	29.116	29.896	29.896	-	29.896	-
Transporte de Energia - Itaipu	5.599	90	(7.443)	435	-	-	-	4.371	3.052	3.052	-	3.052	-
ESS/EER	42.802	(6.691)	(34.205)	2.073	-	-	-	(1.858)	2.120	2.120	-	2.120	-
CDE	10.975	3.309	(57.214)	10.917	-	-	(5.249)	193.838	156.576	156.576	-	156.576	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais (b)	(400.747)	(30.544)	269.236	(27.011)	(905)	(891.642)	-	274.756	(806.859)	(659.754)	(147.105)	(627.034)	(179.825)
Neutralidade da Parcela A	(77.323)	1.335	54.309	539	-	-	-	18.910	(2.230)	(2.230)	-	(2.230)	-
Sobrecontratação de Energia	260.874	(5.186)	(272.941)	1.227	-	-	-	67.669	51.642	51.642	-	51.642	-
Devoluções Tarifárias	(196.896)	(48.578)	37.862	(15.268)	-	-	-	-	(222.881)	(75.776)	(147.105)	(43.056)	(179.825)
Bandeira Faturada	(6.104)	67.008	-	-	-	-	-	(60.905)	-	-	-	-	-
Devolução crédito de PIS e COFINS	(143.235)	(26.052)	208.214	-	-	(871.093)	-	401.948	(430.218)	(430.218)	-	(430.218)	-
Geração distribuída	-	-	3.954	-	-	(20.549)	-	-	(16.596)	(16.596)	-	(16.596)	-
Outros	(238.064)	(19.071)	237.838	(13.509)	(905)	-	-	(152.867)	(186.577)	(186.577)	-	(186.577)	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	(360.437)	(92.380)	209.911	(1.943)	(545)	(891.642)	(5.249)	713.138	(429.151)	(282.046)	(147.105)	(249.326)	(179.825)

(a) CVA - Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Atualmente, os principais gastos considerados como custos não gerenciáveis são:

- Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”);
- Energia Elétrica Comprada para Revenda;
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”);
- Encargos de Serviço do Sistema (“ESS”) e Encargos de Energia de reserva (“EER”);
- Rede Básica;
- Repasse de Itaipu;
- Transporte de Itaipu.

Os itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela - CVA” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 23 de outubro de 2023 a 22 de outubro de 2024, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da CVA foi iniciada em 23 de outubro de 2025, logo após o final da vigência do Reajuste Tarifário de outubro de 2025, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, a RTA não alterou o mecanismo de compensação.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

(b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

- **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.
- **Sobrecontratação:** as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.
- **Devoução Tarifária:** refere-se aos componentes financeiros referentes a recálculos de processos tarifários, de forma a neutralizar os efeitos aos consumidores. O principal item é a ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, valores em constituição e valores já homologados e que passaram a ser amortizados linearmente até a próxima revisão tarifária.
- **Devolução do crédito de PIS e COFINS:** conforme a Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.543 relativa ao RTA de 2025, foi considerado o passivo financeiro setorial decorrente dos créditos de PIS/COFINS referente exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, cujo valor estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores, em outras contas a pagar, e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no terceiro trimestre de 2025 (nota 7.1).
- **Geração Distribuída:** Conforme disposto no Despacho nº 684/2025, foi incorporado na definição da energia requerida a consideração do mercado de fornecimento medido e a dedução da energia

injetada pela MMDG, com vigência a partir dos processos tarifários de 2025, em conformidade com o princípio da modicidade tarifária prevista pelo artigo 13 da Lei nº 14.300 de 2022. Em 2025 foi considerado o montante de R\$ 152.492 que estava registrado no grupo de contas a pagar com os consumidores e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais para devolução aos consumidores

- **Outros:** refere-se principalmente à risco hidrológico, entre outros.

(c) Recebimento CDE Eletrobrás: conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás estão sendo destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, desde 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2025 ocorreu em maio e foi homologado pelo Despacho nº 1.536 de 23 de maio de 2025.

(10) TRIBUTOS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Benefício Fiscal do intangível incorporado	2.933	10.067	3.968	13.620
Bases negativas/Prejuízos Fiscais	7.145	20.006	23.529	65.466
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	14.563	40.453	9.661	26.835
Provisões para litígios	10.847	30.131	10.743	29.841
Entidade de previdência privada	1.160	3.221	4.016	11.156
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.934	22.038	8.681	24.115
Provisão energia livre	3.651	10.141	3.193	8.870
Programas de P&D e eficiência energética	4.274	11.871	4.980	13.834
Provisão relacionada a pessoal	1.672	4.644	1.644	4.566
Derivativos	(9.925)	(27.569)	(36.247)	(100.685)
Marcação a Mercado - Derivativos	(1.803)	(5.008)	7.103	19.730
Marcação a Mercado - Dívidas	(4.255)	(11.820)	(9.093)	(25.259)
Ativo Intangível da concessão (ICPC-01)	42	116	56	157
Outros	968	2.689	14.583	40.509
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado	(96.629)	(268.415)	(103.627)	(287.853)
Reavaliação regulatória compulsória	(98.488)	(273.579)	(107.254)	(297.926)
Marcação a Mercado - Derivativos	-	-	12	34
Marcação a Mercado - Dívidas	-	-	(45)	(125)
Perdas atuariais (CPC)	1.859	5.165	3.659	10.164
Total	(71.988)	(197.889)	(66.469)	(181.932)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente, bases indedutíveis negativas, prejuízo fiscal e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de lucros futuros.

10.1 Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. A taxa anual de amortização aplicada é linear de 3% ao ano.

10.2 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no passivo não circulante (em função de divulgar o saldo líquido considerando ativos e passivos), decorrentes de bases negativas e prejuízos fiscais, benefício fiscal do intangível incorporado e diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação

2026	67.039
2027	29.916
2028	29.280
2029	11.591
2030	16.549
2034 a 2036	8.196
Total	<u>162.571</u>

10.3 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social:

	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	538.701	538.701	496.438	496.438
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	(66.134)	(66.134)	(25.190)	(25.190)
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(1.484)	(1.484)	(200)	(200)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	48.578	48.578	49.203	49.203
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(53.190)	(60.083)	(50.814)	(39.041)
Base de cálculo	466.471	459.578	469.437	481.210
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(41.982)	(114.895)	(42.249)	(120.303)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(41.982)	(114.895)	(42.249)	(120.303)
Corrente	(38.230)	(103.847)	(64.377)	(181.198)
Diferido	(3.752)	(11.048)	22.127	60.895

(*) Programa de Incentivo de Inovação Tecnológica

10.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, foram os seguintes:

	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas/ (ganhos) atuariais	119.527	119.527	(213.956)	(213.956)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	-	-	291.598	291.598
Base de cálculo	119.527	119.527	77.642	77.642
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(10.757)	(29.882)	(6.988)	(19.411)
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	12.557	34.882	20.349	56.525
Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuarias	1.800	5.000	13.361	37.114
Reserva de Reavaliação	97.387	97.387	109.621	109.621
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos em outros resultados abrangentes sobre reserva de reavaliação	(8.764)	(24.347)	(9.866)	(27.405)
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(6.964)	(19.347)	3.495	9.709

(11) OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos - Vivest	6.068	3.961	-	-
Adiantamentos - fornecedores	-	6	-	-
Serviços prestados a terceiros	3.545	888	-	-
Contas a receber - CDE	111.873	81.710	-	-
Adiantamentos a funcionários	4.206	3.370	-	-
Arrendamentos e alugueis de postes	14.440	13.116	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.393)	(1.343)	-	-
Outros	9.991	15.420	15.956	15.956
Total	145.730	117.128	15.956	15.956

Contas a receber – CDE: refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 9.946 (R\$ 6.081 em 31 de dezembro de 2024), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 101.927 (R\$ 73.535 em 31 de dezembro de 2024) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 2.057 em 31 de dezembro de 2024 (nota 24.3).

Outros: refere-se, principalmente, aos contratos de direito de uso (arrendamento) da Companhia.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”):

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está detalhada abaixo:

	Outros Ativos Circulantes
Saldo em 31/12/2023	(2.797)
Provisão revertida (constituída) líquida	61
Baixa de contas a receber provisionadas	1.393
Saldo em 31/12/2024	(1.343)
Provisão revertida (constituída) líquida	(1.512)
Baixa de contas a receber provisionadas	(1.539)
Saldo em 31/12/2025	(4.393)

(12) IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2025			2024
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	3,88%	8.841.720	(4.108.156)	4.733.563	4.644.655
Custo Histórico		5.404.604	(1.939.152)	3.465.451	3.256.287
Reavaliação		3.437.116	(2.169.004)	1.268.112	1.388.368
Administração	12,79%	107.142	(81.329)	25.813	29.975
Custo Histórico		80.690	(56.446)	24.245	27.679
Reavaliação		26.452	(24.883)	1.569	2.296
Subtotal		8.948.862	(4.189.485)	4.759.377	4.674.630
Em Curso					
Distribuição		472.617	-	472.617	355.227
Administração		77.648	-	77.648	51.721
Subtotal		550.266	-	550.266	406.948
Total		9.499.128	(4.189.485)	5.309.642	5.081.578

A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2025			2024
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	20,00%	154.081	(38.297)	115.784	109.426
Custo Histórico		86.152	(19.810)	66.342	63.097
Reavaliação		67.929	(18.487)	49.442	46.329
Administração	20,00%	460.712	(448.497)	12.215	17.664
Custo Histórico		251.535	(239.630)	11.904	16.867
Reavaliação		209.177	(208.866)	311	797
Subtotal		614.793	(486.794)	127.999	127.091
Em Curso					
Distribuição		56.459	-	56.459	36.894
Administração		86.873	-	86.873	52.562
Subtotal		143.332	-	143.332	89.456
Total		758.125	(486.794)	271.331	216.547

A movimentação do imobilizado no exercício é demonstrada abaixo:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)*	Reclassif.**	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Distribuição	8.560.812	686	(129.112)	417.048	(7.713)	8.841.720	288.621	(4.108.156)	4.733.563	4.644.655
Terrenos	184.552	-	-	-	35	184.587	-	-	184.587	184.552
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	175.644	686	(5.216)	-	-	171.115	(4.530)	(104.148)	66.967	70.310
Máquinas e Equipamentos	8.153.590	-	(122.701)	413.094	(7.749)	8.436.234	290.393	(3.975.897)	4.460.337	4.366.009
Veículos	41.890	-	(1.196)	3.095	-	43.789	1.899	(25.529)	18.261	20.922
Móveis e Utensílios	5.135	-	-	860	-	5.995	860	(2.583)	3.412	2.862
Administração	106.427	-	(1.435)	2.140	9	107.142	706	(81.329)	25.813	29.975
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	9.078	-	-	-	-	9.078	-	(2.530)	6.548	6.851
Máquinas e Equipamentos	84.427	-	(1.032)	1.201	9	84.605	169	(72.019)	12.586	15.524
Veículos	8.287	-	(403)	213	-	8.096	(190)	(4.542)	3.554	4.911
Móveis e Utensílios	4.636	-	-	727	-	5.363	727	(2.238)	3.125	2.689
Subtotal	8.667.239	686	(130.547)	419.188	(7.704)	8.948.862	289.327	(4.189.485)	4.759.376	4.674.630
Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Distribuição	355.227	523.186	-	(405.796)	-	472.617	117.390	-	472.617	355.227
Máquinas e Equipamentos	226.549	478.195	-	(371.314)	-	333.430	106.881	-	333.430	226.549
Outros	128.678	44.992	-	(34.483)	-	139.187	10.509	-	139.187	128.678
Administração	51.721	39.236	-	(13.308)	-	77.648	25.928	-	77.648	51.721
Máquinas e Equipamentos	12.957	8.798	-	(1.203)	-	20.552	7.595	-	20.552	12.957
Outros	38.763	30.437	-	(12.105)	-	57.096	18.333	-	57.096	38.763
Subtotal	406.948	562.422	-	(419.104)	-	550.266	143.318	-	550.266	406.948
Total do Ativo Imobilizado	9.074.187	563.108	(130.547)	84	(7.704)	9.499.128	432.645	(4.189.485)	5.309.642	5.081.578

*O valor de R\$ 84 refere-se a transferências entre os grupos Imobilizado e Intangível.

**O valor de R\$ 7.704 refere-se a reclassificações entre os grupos Imobilizado e Intangível.

A composição das adições ao ativo imobilizado em curso no exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso 2025	Material/ Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação /Amortização	Outros Gastos	Total
Imobilizado em Curso	284.914	211.651	28.985	5.790	517	20.786	552.642
Terrenos	-	62	-	11	-	1.400	1.473
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	125	13.606	-	-	-	-	13.731
Máquinas e Equipamentos	276.128	160.550	26.544	5.328	504	17.938	486.993
Veículos	10.907	4.648	-	-	-	-	15.555
Móveis e Utensílios	1.151	-	-	-	-	-	1.151
Pesquisa & Desenvolvimento	124	-	-	-	-	-	124
A Ratear	(3.521)	32.785	2.440	451	12	1.448	33.616
Outros - Estoque	-	-	-	-	-	9.780	9.780
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	-	(1.108)	(1.108)
Material em Depósito	-	-	-	-	-	10.728	10.728
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	(189)	(189)
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	349	349
Total das Adições	284.914	211.651	28.985	5.790	517	30.566	562.422

A movimentação da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	8.153.590	-	(122.701)	413.094	(7.749)	8.436.234	290.393
Transformador de Distribuição	956.495	-	(27.515)	52.661	-	981.641	25.145
Medidor	748.387	-	(28.571)	36.165	-	755.982	7.594
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	1.008.064	-	(16.406)	63.302	-	1.054.960	46.896
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	2.016.086	-	(32.811)	126.603	-	2.109.878	93.792
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	1.358.580	-	(8.122)	59.652	(7.740)	1.402.371	51.530
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	43.894	-	-	-	-	43.894	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	1.253.796	-	(2.471)	39.755	(8.813)	1.282.267	37.284
Demais Máquinas e Equipamentos	768.287	-	(6.805)	34.955	8.804	805.242	28.150
Obrigações Especiais Em Serviço Bruto	(1.360.588)	(124)	-	(18.838)	-	(1.379.549)	(18.962)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(1.241.711)	(124)	-	(18.838)	-	(1.260.672)	(18.962)
Outros	(118.878)	-	-	-	-	(118.878)	-
Originadas da Receita	(118.878)	-	-	-	-	(118.878)	-
Ultrapassagem de demanda	(35.405)	-	-	-	-	(35.405)	-
Excedente de reativos	(82.863)	-	-	-	-	(82.863)	-
Outros	(610)	-	-	-	-	(610)	-

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Transferências (B)*	Reclassificação* *	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas (A)+(B)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Ativo Intangível em Serviço									
Distribuição	195.705	-	333	(41.957)	154.081	333	(38.297)	115.784	109.426
Servidões	105.346	-	4	7.704	113.054	4	-	113.054	105.346
Softwares	80.504	-	305	(49.661)	31.148	305	(30.541)	607	1.035
Outros	9.856	-	23	-	9.879	24	(7.756)	2.124	3.045
Administração	408.368	-	2.682	49.661	460.712	2.682	(448.497)	12.215	17.664
Softwares	408.368	-	2.682	49.661	460.712	2.682	(448.497)	12.215	17.664
Subtotal	604.074	-	3.015	7.704	614.793	3.015	(486.794)	127.999	127.091
Ativo Intangível em Curso									
Distribuição	36.894	20.435	(870)	-	56.459	19.565	-	56.459	36.894
Servidões	34.246	19.961	(4)	-	54.203	19.957	-	54.203	34.246
Outros	2.648	474	(865)	-	2.256	(392)	-	2.256	2.648
Administração	52.562	36.540	(2.230)	-	86.873	34.311	-	86.873	52.562
Outros	52.562	36.540	(2.230)	-	86.873	34.311	-	86.873	52.562
Subtotal	89.456	56.975	(3.099)	-	143.332	53.876	-	143.332	89.456
Total do Ativo Intangível	693.530	56.975	(84)	7.704	758.125	56.891	(486.794)	271.331	216.547

*O valor de R\$ 84 refere-se a transferências entre os grupos Imobilizado e Intangível.

**O valor de R\$ 7.704 refere-se a reclassificações entre os grupos Imobilizado e Intangível.

As principais taxas anuais de depreciação/amortização por macro atividade, de acordo com a Resolução da ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>
Distribuição	
Chave Seccionador, Tensão Igual ou Superior a 69kV	3,33%
Chave Seccionador, Tensão Inferior a 69kV	6,67%
Condutor Classe de Tensão Igual ou Superior a 69kV	2,70%
Condutor Classe de Tensão Inferior a 69kV	3,57%
Estrutura Poste	3,57%
Estrutura Torre	2,70%
Medidor Eletromecânico	4,00%
Medidor Eletrônico	7,69%
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57%
Regulador de Tensão, Igual ou Superior a 69kV	3,45%
Regulador de Tensão, Inferior 69kV	4,35%
Religador	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Força	2,86%
Administração central	
Software	20,00%
Equipamento Geral de Informática	16,67%
Equipamento Geral	0,00%
Veículos	14,29%
Edificações - Outras	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

(13) FORNECEDORES

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Encargos de Uso da Rede Elétrica	88.438	97.848
Encargos de Conexão	4.107	2.282
Suprimento de Energia Elétrica	350.082	318.597
Materiais e serviços	219.840	113.452
Outros	75.657	66.178
Total	<u>738.125</u>	<u>598.357</u>

(14) EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

14.1 Abertura de Endividamento Total:

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adim-pleto?	Data Captação / Reapetição	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próxima Ppto Juros	Frequência Ppto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Total			
																2027	2029	2029	2030	2031	2032+				
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	147	202.395	-	202.542		20/09/2021	Avell/Flanqa	US\$	1,94%	mar-26	Trimestral	set-26	set-26		Bullet (final)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Let 4131 - Bank of America, N.A	147	209.615	-	220.752																					
Marcação a mercado	-	(7.220)	-	(7.220)	Sim	31/12/2025	Não há	Outro, especificar em obs.	0,00%	jan-26	N.A.	jan-26	set-26		Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	32.008	186.138	3.010.669	3.228.814																					
BNDES Direto - 2021 - Sub A	147	32.256	-	48.395		05/06/2020	Avell/Flanqa	IPCA	4,27%	jan-26	Mensal	jan-26	jun-26		Amortização: Mensal após 07/2023	SAC	32.256	16.128	-	-	-	-	-	-	48.395
12º Emissão - CPPFA2	1.785	-	355.443	357.229	Sim	20/05/2021	Avell/Flanqa	IPCA	4,30%	mai-26	Semestral	mai-26	mai-31		Amortização: 3 Parcelas - mai/29, mai/30 e mai/31	SAC	-	-	118.481	118.481	-	-	-	-	355.443
19º Emissão - CPPFA9 - Única Série	8.877	-	309.408	318.285	Sim	06/03/2025	Avell/Flanqa	IPCA	7,71%	fev-26	Semestral	ago-33	fev-35		Amortização: 5 Parcelas - Fev/33, Ago/33, Fev/34, Ago/34 e Fev/35	SAC	-	-	-	-	-	-	-	309.408	
17º Emissão - CPPFA7 - 1ª Série	2.817	-	220.078	222.896	Sim	09/05/2024	Avell/Flanqa	IPCA	6,24%	abr-26	Semestral	abr-32	abr-34		Amortização: 3 Parcelas - abr/32, abr/33 e abr/34	SAC	-	-	-	-	-	-	-	220.078	
BNDES Direto - 19/19	206	40.277	-	100.300	Sim	27/12/2016	Avell/Flanqa	IPCA	4,80%	jan-26	Mensal	jan-26	jun-26		Amortização: Mensal	SAC	40.277	20.139	-	-	-	-	-	-	60.416
15º Emissão - CPPFA5	4.191	-	330.376	334.567	Sim	09/11/2023	Avell/Flanqa	IPCA	6,18%	abr-26	Semestral	out-31	out-33		Amortização: 3 Parcelas - out/31, out/32 e out/33	SAC	-	-	-	-	110.125	220.251	-	330.376	
18º Emissão - CPPFA8 - 1ª Série	2.005	-	250.000	252.005	Sim	18/09/2024	Avell/Flanqa	CDI	CDI + 0,49%	mar-26	Trimestral	set-26	set-29		Amortização: 5 Parcelas - Set/26, Dez/26, Mar/29, Jun/29 e Set/29	SAC	-	100.000	150.000	-	-	-	-	250.000	
18º Emissão - CPPFA8	2.775	113.176	-	189.765	Sim	12/03/2024	Avell/Flanqa	CDI	CDI + 0,57%	mar-26	Trimestral	mar-26	jun-26		Amortização: Trimestral	SAC	113.176	56.588	-	-	-	-	-	-	169.765
19º Emissão - CPPFA9 - 2ª Série	2.455	-	304.000	306.455	Sim	18/09/2024	Avell/Flanqa	CDI	CDI + 0,59%	mar-26	Trimestral	set-30	set-31		Amortização: 5 Parcelas - Set/30, Dez/30, Mar/31, Jun/31 e Set/31	SAC	-	-	121.600	182.400	-	-	-	304.000	
BNDES Smart Metering - Sub A	422	-	65.341	65.763	Sim	02/09/2025	Avell/Flanqa	SELIC	1,54%	jan-27	Mensal após 01/2027	jul-28	jul-28		Amortização: Mensal após 01/2027	SAC	-	8.036	57.304	-	-	-	-	65.341	
20º Emissão - CPPFB0 - Única Série	2.714	-	339.127	341.841	Sim	23/05/2025	Avell/Flanqa	IPCA	6,92%	mar-26	Semestral	mai-35	mai-35		Amortização: 5 Parcelas - mai/33, Nov/33, Mai/34, Nov/34 e Mai/35	SAC	-	-	-	-	-	-	-	339.127	
21º Emissão - CPPFB1 - Única Série	1.949	-	106.588	108.237	Sim	09/10/2025	Avell/Flanqa	IPCA	6,90%	mar-26	Semestral	set-35	set-35		Amortização: 5 Parcelas - Set/33, Mar/34, Set/34, Mar/35 e Set/35	SAC	-	-	-	-	-	-	-	106.588	
17º Emissão - CPPFB7 - 2ª Série	1.220	-	94.319	95.539	Sim	09/05/2024	Avell/Flanqa	IPCA	6,30%	abr-26	Semestral	abr-37	abr-39		Amortização: 3 Parcelas - abr/37, abr/38 e abr/39	SAC	-	-	-	-	-	-	-	94.319	
BNDES Direto - 2021 - Sub B	698	-	381.701	382.399	Sim	05/06/2020	Avell/Flanqa	IPCA	4,27%	mar-26	Trimestral	jul-28	jul-28		Amortização: Final	SAC	-	-	-	-	-	-	-	-	381.701
BNDES Smart Metering - Sub B	46	-	37.813	37.859	Sim	02/09/2025	Avell/Flanqa	TR	2,91%	jan-27	Mensal após 01/2027	jan-27	jul-28		Amortização: Mensal após 01/2027	SAC	4.861	32.951	-	-	-	-	-	-	37.813
Marcação a mercado	-	-	(42.484)	(42.484)	Sim	31/12/2025	Não há	Outro, especificar em obs.	0,00%	jan-26	N.A.	jan-26	abr-39			Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	(30.104)	(12.381)	-	(42.484)	
Arrendamento mercantil	-	1.355	-	1.355	Sim	31/12/2025	Não há	Outro, especificar em obs.	0,00%	jan-26	N.A.	jan-26	jan-28			Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-	-	1.355
Gastos com captação de empréstimos	-	(867)	-	(8.269)	Sim	31/12/2025	Não há	Outro, especificar em obs.	0,00%	jan-26	N.A.	jan-26	jul-28			Outro, especif. no cronograma	(5.152)	(1.117)	-	-	-	-	-	-	(6.269)
Gastos com captação de debêntures	-	(366)	-	(14.692)	Sim	31/12/2025	Não há	Outro, especificar em obs.	0,00%	jan-26	N.A.	jan-26	abr-39			Outro, especif. no cronograma	(3.853)	(1.591)	(1.561)	(1.561)	(1.490)	(4.635)	-	-	(14.692)
Mútuos Passivos	6.080	-	1.012.712	1.018.793																					
SGEL - CPFL PIRATINGA	6.080	-	1.052.772	1.058.852	Sim	18/09/2025	especificar er	lenc	2,33%	mar-26	Semestral	set-28	set-28			Outro, especif. no cronograma	-	1.012.712	-	-	-	-	-	-	1.012.712
Marcação a mercado	-	-	(40.060)	(40.060)	Sim	31/12/2025	especificar er	Outro, especificar em obs.	2,33%	jan-26	Semestral	jan-26	set-28			Outro, especif. no cronograma	-	-	(40.060)	-	-	-	-	-	(40.060)
Total por Dívida:	38.234	388.533	4.023.381	4.450.148																					
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	147	202.395	-	202.542																					
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	32.008	186.138	3.010.669	3.228.813																					
Mútuos (Empresas Relacionadas)	6.080	-	1.012.713	1.018.793																					

14.2 Abertura dos Ativos Financeiros:

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próxima Ppto Juros	Frequência Ppto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Total								
												2028	2029	2030	2031	2032+										
Ativos Financeiros	378.638	100.491	479.129																							
Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)	358.107	-	358.107																							
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	20.147	-	20.147																							
SWAP VINCULADO À DÍVIDA - Santander	-	20.350	20.350	CDI	100% CDI + 0,43%	abr-26	Trimestral	out-31	out-33		Amortização: 3 Parcelas - abr/37, abr/38 e abr/39	Bullet (final)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.350	20.350		
SWAP VINCULADO À DÍVIDA - Itaú	-	42.815	42.815	CDI	100% 1,1107	mai-26	Semestral	mai-29	mai-31		Amortização: Final	Outro, especif. no cronograma	-	14.272	14.272	14.272	14.272	-	-	-	-	-	-	42.815		
SWAP VINCULADO À DÍVIDA - Bradesco String	-	22.201	22.201	CDI	100% CDI - 0,02%	mar-25	Semestral	mar-25	fev-35		Amortização: 3 Parcelas - out/31, out/32 e out/33	Bullet (final)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.201	22.201		
SWAP VINCULADO À DÍVIDA - Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A	384	-	384	CDI	100% CDI + 1,15%	mar-26	Semestral	set-26	set-26		Amortização: Final	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
SWAP VINCULADO À DÍVIDA - Citibank	-	15.124	15.124	CDI	100% CDI - 0,00365	mar-26	Semestral	set-28	set-28		Amortização: Final	Outro, especif. no cronograma	15.124	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.124	

14.3 Abertura dos Instrumentos Financeiros Derivativos:

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição / Contraparte	Data Início	Venci- mento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	Valor Contratado	Valor Justo (*)
Swap - Citibank	Citibank	set-25	fev-35	CNH + 2,33%	CDI -0,365%	1.000.000	15.124
Swap - Santander	Santander	nov-23	out-33	IPCA + 6,1774%	CDI + 0,43%	300.000	20.350
Swap - Bradesco String (**)	Bradesco String	mar-25	fev-35	CDI -0,02%	CDI -0,02%	290.261	21.386
Swap - Itaú	Itaú	mai-21	mai-31	IPCA + 4,3%	111%	274.000	42.815
Swap - Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A	set-21	set-26	USD + 1,94%	CDI + 1,15%	200.000	384
Swap - Bradesco String	Bradesco String	mai-24	abr-34	CDI + 0,174%	CDI + 0,174%	187.987	(7.598)
Swap - Bradesco String	Bradesco String	mai-24	abr-39	CDI + 0,305%	CDI + 0,305%	80.493	(4.637)
Total						2.332.741	87.825

(*) positivo derivativo Ativo, negativo derivativo Passivo

(**) O valor apresentado refere-se à posição líquida de instrumentos financeiros derivativos, composta por derivativo ativo de R\$ 22.201 e derivativo passivo de R\$ 815.

14.4 Composição do Endividamento e Dívida Líquida:

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	31/12/2025	31/12/2024
(+) Dívida Bruta	38.234	401.583	4.023.381	4.463.197	4.276.976
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	147	202.395	-	202.541	1.358.808
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	32.008	186.138	3.010.669	3.228.814	2.901.591
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	6.080	-	1.012.713	1.018.793	-
Derivativos a pagar	-	13.050	-	13.050	16.577
(-) Ativos Financeiros	-	(378.638)	(100.491)	(479.129)	(711.066)
Alta Liquidez	-	(358.107)	-	(358.107)	(245.319)
Demais Aplicações Financeiras	-	(20.147)	-	(20.147)	(157.387)
Derivativos a receber	-	(384)	(100.491)	(100.875)	(308.360)
(+) Dívida Líquida	38.234	22.945	3.922.890	3.984.068	3.565.910

14.5 Movimentações dos Empréstimos e financiamentos:

Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pré Fixado	-	37.500	-	358	-	-	37.858
Pós Fixado							
IPCA	608.796	-	(71.321)	52.037	-	(25.426)	564.087
Selic	-	62.500	-	3.263	-	-	65.763
Gastos com captação	(3.055)	(5.475)	-	1.394	-	-	(7.136)
Total moeda nacional	605.741	94.525	(71.321)	57.053	-	(25.426)	660.572
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	809.719	-	(508.932)	21.786	(85.275)	(27.536)	209.762
Euro	578.628	-	(554.733)	856	(23.805)	(945)	-
Marcação a mercado	(29.539)	-	-	22.319	-	-	(7.220)
Total moeda estrangeira	1.358.808	-	(1.063.665)	44.960	(109.080)	(28.481)	202.542
Mútuos	-	1.000.000	-	5.775	13.018	-	1.018.793
Arrendamento	2.859	3.038	(3.123)	240	-	-	3.014
Total	1.967.408	1.097.562	(1.138.109)	108.028	(96.062)	(53.907)	1.884.921
Circulante	1.211.732						283.468
Não circulante	755.676						1.601.453

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	646.958	-	(67.858)	57.034	-	(27.339)	608.796
Gastos com captação	(3.920)	-	-	866	-	-	(3.055)
Mensuradas ao valor justo							
Pré Fixado	453.573	-	(447.000)	8.068	-	(14.641)	-
Marcação a mercado	(3.064)	-	-	3.064	-	-	-
Total moeda nacional	1.093.547	-	(514.858)	69.031	-	(41.979)	605.741
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	633.077	-	-	26.205	175.373	(24.936)	809.719
Euro	484.132	-	-	3.812	94.500	(3.816)	578.628
Marcação a mercado	(46.646)	-	-	17.106	-	-	(29.539)
Total moeda estrangeira	1.070.563	-	-	47.124	269.873	(28.753)	1.358.808
Arrendamento	3.728	2.543	(2.727)	(685)	-	-	2.859
Total	2.167.838	2.543	(517.585)	115.470	269.873	(70.732)	1.967.408
Circulante	524.058						1.211.732
Não circulante	1.643.780						755.676

14.6 Condições restritivas dos empréstimos e financiamentos:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras societárias da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras societárias consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia, não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

14.7 Movimentações das Debêntures:

Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	1.295.099	-	(447.176)	150.653	(154.402)	844.174
IPCA	-	440.000	-	21.487	(11.409)	450.078
Gastos com captação	(3.503)	(13.491)	-	1.937	-	(15.058)
Total ao custo	1.291.596	426.509	(447.176)	174.077	(165.811)	1.279.194
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	1.105.296	300.000	(142.789)	138.061	(72.051)	1.328.517
Marcação a mercado	(103.902)	-	-	61.417	-	(42.484)
Total ao valor justo	1.001.395	300.000	(142.789)	199.479	(72.051)	1.286.033
Total	2.292.991	726.509	(589.966)	373.556	(237.863)	2.565.227
Circulante	241.809					143.299
Não circulante	2.051.182					2.421.928

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	697.660	1.035.000	(442.382)	126.935	(122.114)	1.295.099
IPCA	42.904	-	(42.420)	606	(1.090)	-
Gastos com captação	(1.364)	(3.293)	-	1.153	-	(3.503)
Total ao custo	739.201	1.031.707	(484.803)	128.694	(123.203)	1.291.596
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	898.693	293.000	(135.699)	104.635	(55.332)	1.105.296
Marcação a mercado	(21.217)	-	-	(82.685)	-	(103.902)
Total ao valor justo	877.475	293.000	(135.699)	21.950	(55.332)	1.001.395
Total	1.616.676	1.324.707	(620.501)	150.644	(178.536)	2.292.991
Circulante	300.290					241.809
Não circulante	1.316.386					2.051.182

14.8 Condições restritivas das debêntures:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia. As apurações são feitas semestralmente e apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras societárias consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(15) BENEFICIO PÓS-EMPREGO

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, conforme abaixo:

15.1 Características:

A Companhia, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da Companhia), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Em 2 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar - "SPC", aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado - BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", com as seguintes características:

1) Plano PSAP/Piratininga (fechado para adesões e saldado):

- (i) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS") na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- (ii) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a Companhia e os participantes.
- (iii) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Em 31 de maio de 2022 foi aprovada alteração no regulamento do plano para saldar o benefício suplementar e permitir que os participantes ativos, assistidos e pensionistas realizem a conversão voluntária da Renda Vitalícia para a Renda Financeira. Optando pela Renda Financeira, o participante deixa de ter um benefício definido e passa a ter um benefício flexível e de acordo com o saldo acumulado.

2) CD CPFL – Plano de contribuição definida (aberto para adesões)

Plano cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Bradesco.

15.2 Movimentações dos planos de benefício definido:

	31/12/2025	31/12/2024
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.343.802	1.262.430
Valor justo dos ativos do plano	(1.688.374)	(1.531.662)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	(344.572)	(269.232)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	367.554	291.598
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(22.982)	(22.366)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	-	-

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	Passivo	Ativo
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2023	1.468.447	(1.453.794)
Rendimento esperado no exercício	-	(141.299)
Juros sobre obrigação atuarial	136.935	-
Contribuições de patrocinadoras	-	(89.631)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(207.927)	-
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	18.037
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(22.366)	-
Benefícios pagos no exercício	(135.025)	135.025
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2024	1.240.064	(1.531.662)
Rendimento esperado no exercício	-	(179.203)
Juros sobre obrigação atuarial	139.335	-
Contribuições de patrocinadoras	-	(114.127)
Perda (ganho) atuarial: efeito de alterações de premissas demográficas	6.087	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	67.102	-
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	5.466
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(616)	-
Benefícios pagos no exercício	(131.152)	131.152
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2025	1.320.820	(1.688.374)

15.3 Movimentações dos passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo atuarial líquido no início do exercício	-	14.653
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	(5.400)	(4.364)
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(114.127)	(89.631)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	6.087	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	67102	(207.927)
Efeito <i>risk sharing</i>	(616)	(22.366)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	41.488	291.598
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	5.466	18.037
Passivo atuarial líquido no final do exercício	-	-
Dívida financeira	54.596	65.342
Outras contribuições	511	510
Total do passivo	55.107	65.852
Circulante	14.890	14.002
Não circulante	40.217	51.850

15.4 Contribuições e benefícios esperados:

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2026 estão apresentadas no montante de R\$ 102.715.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos anos estão apresentados a seguir:

<u>Ano de pagamento</u>	
2026	130.333
2027	134.139
2028	137.839
2029	141.537
2030 a 2035	913.583
Total	1.457.431

Em 31 de dezembro de 2025, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 7,9 anos.

15.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as receitas a serem reconhecidas no exercício de 2026 e as receitas reconhecidas em 2025 e 2024 são como segue:

	<u>2026 Estimadas</u>	<u>2025 Realizadas</u>	<u>2024 Realizadas</u>
Juros sobre obrigações atuariais	144.274	139.335	136.935
Rendimento esperado dos ativos do plano	(192.407)	(179.203)	(141.299)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	42.232	34.468	-
Total da despesa (receita)	(5.901)	(5.400)	(4.364)

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,49% a.a.	11,82% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	11,49% a.a.	11,82% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	3,95% a.a.	3,89% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,95% a.a.	3,85% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,95% a.a.	3,89% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT2000 (-10)	AT2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	UP-84 Modificada, suavizada em 60% Masculina	Mercer Disability, suavizada 50% Masculina
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2015 a 2024	ExpR_2013 a 2021
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

15.6 Ativos do plano:

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 administrados pela Vivest. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2025, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2025.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	2025	2024
Renda fixa	94%	89%
Títulos públicos federais	69%	31%
Títulos privados (instituições financeiras)	5%	0%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	0%
Fundos de investimento multimercado	1%	0%
Outros investimentos de renda fixa	19%	57%
Renda variável	3%	8%
Fundos de investimento em ações	3%	8%
Investimentos estruturados	0%	1%
Fundos de investimento multimercado	0%	1%
Cotados em mercado ativo	98%	98%
Imóveis	1%	1%
Operações com participantes	1%	1%
Não cotados em mercado ativo	2%	2%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	Meta para 2026
Renda Fixa	96,7%
Renda variável	0,2%
Imóveis	0,6%
Empréstimos e financiamentos	2,5%
	100,0%

A meta de alocação para 2026 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest, efetuada ao final de 2025 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2026, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability Management – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Vivest.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativo, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez e solvência do plano, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

15.7 Análise de sensibilidade:

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

- Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 26.310 (redução de R\$ 26.734).
- Se a tábua de biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 25.577 (redução de R\$ 27.630).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 11,49% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 11,24% a.a. e 11,74% a.a..

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT2000(-10). As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

15.8 Risco de investimento:

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IPCA, que é o índice de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. No primeiro trimestre, houve a aprovação pelo órgão fiscalizador, a Previc, da troca do indexador que reajusta os benefícios dos

planos de IGP-DI para IPCA, o que possibilita melhores condições para o equilíbrio entre ativo (investimentos) e passivo (pagamento de benefícios).

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, bem como pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias interna e externas. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação das políticas de investimentos, do plano de aplicação do patrimônio dos planos e da gestão previdenciária dos planos. Os resultados dos investimentos são acompanhados pela Diretoria de Investimentos e Patrimônio e apresentados periodicamente ao Comitê de Investimentos, ao Comitê Gestor e ao Conselho Deliberativo.

O “Apetite” aos riscos de investimentos está formalizado na Política de Gestão de Riscos Corporativos, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Companhia, sendo que referido “Apetite” aos riscos de investimentos é desdobrado para as áreas de investimentos na forma de “tolerâncias” a riscos de investimentos, que são limites de riscos aprovados pela Diretoria Executiva e controlados pela Gerência Executiva GRC, área que responde diretamente ao Diretor Presidente da Vivest.

A Vivest utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Estresse (“*Stress Test*”).

A Política de Investimentos da Vivest determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelece a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente. Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos dos planos.

(16) ENCARGOS SETORIAIS

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	710	709	-	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	13.681	4.656	-	-
Bandeiras tarifárias e outros	9.543	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	20.684	9.451	3.499	8.878
Recurso a serem recolhidos à CDE - P&D	684	604	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	89.213	95.168	-	7.004
Recurso a serem recolhidos à CDE - PEE	1.543	1.362	-	-
EPE / FNDCT	(34)	1.212	-	-
Total	136.023	113.163	3.499	15.882

Programas de eficiência energética – PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente, a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária.

(17) TRIBUTOS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	34.039	64.939
Programa de integração social - PIS	6.457	4.739
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	29.990	21.993
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.839	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.086	-
Outros	10.684	9.217
Total	<u>85.096</u>	<u>100.888</u>

(18) PROVISÃO PARA LITÍGIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>	
	<u>Provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas</u>	<u>Depósitos judiciais e cauções</u>	<u>Provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas</u>	<u>Depósitos judiciais e cauções</u>
Trabalhistas	31.192	5.164	31.292	4.961
Cíveis	34.552	16.789	25.539	15.996
Fiscais	<u>261.456</u>	<u>241.365</u>	<u>248.431</u>	<u>228.250</u>
Imposto de renda	206.393	207.680	197.065	197.797
Contribuição social	6.938	-	5.979	-
Outras	48.125	33.686	45.388	30.453
Regulatórios	1.550	-	12.277	-
Total	<u>328.750</u>	<u>263.318</u>	<u>317.539</u>	<u>249.207</u>

A movimentação das provisões para litígios está demonstrada a seguir:

	<u>Saldo em 31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em 31/12/2025</u>
Trabalhistas	31.292	1.079	(920)	(3.371)	3.113	31.192
Cíveis	25.539	15.497	(237)	(10.008)	3.762	34.552
Fiscais	248.431	766	(727)	(13)	12.998	261.456
Regulatórios	12.277	-	(8.208)	(3.773)	1.254	1.550
Total	<u>317.539</u>	<u>17.343</u>	<u>(10.093)</u>	<u>(17.166)</u>	<u>21.126</u>	<u>328.750</u>

As provisões para litígios trabalhistas, cíveis, fiscais, e regulatórios foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a) **Trabalhistas:** as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).

- b) **Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- c) **Fiscais:** refere-se a ação judicial visando a dedutibilidade fiscal da CSLL no cálculo do IRPJ e outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo principalmente ICMS, PIS e COFINS.
- d) **Regulatórios:** refere-se principalmente a fiscalizações do órgão regulador.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estavam assim representadas:

	31/12/2025	31/12/2024	Principais causas:
Trabalhistas	26.270	21.691	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	615.948	542.694	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos e cobranças por ocapção da faixa de domínio
Fiscais	383.075	365.051	Imposto de renda e contribuição social
Fiscais - outros	459.159	425.688	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	501	18.878	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	1.484.953	1.374.001	

(19) OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Consumidores e concessionárias	74.188	70.528	-	-
Bônus Itaipu	-	34.043	-	-
Fundo de reversão	1.527	1.527	244	1.771
Adiantamentos	3.549	2.580	3.436	94
Convênios de arrecadação	28.549	26.007	-	-
Outros	6.989	23.086	7.161	7.613
Total	114.801	157.771	10.841	9.478

Consumidores e concessionárias: Referem-se ao saldo do Sistema de Compensação de Energia Elétrica ("SCEE") de R\$ 48.200 (R\$ 43.414 em 31 de dezembro de 2024), além de outras contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos. Em relação ao SCEE é por meio desse sistema que a energia excedente produzida por unidades consumidoras que utilizam microgeração ou minigeração distribuída é injetada na rede elétrica da distribuidora e convertida em créditos de energia. Esses créditos podem ser utilizados no prazo de 60 meses para abater o consumo da própria unidade consumidora e se não utilizado é repassado na tarifa.

Bônus Itaipu: refere-se aos valores recebidos e repassados à determinados consumidores decorrente do superávit na Conta de Itaipu.

Fundo de reversão: refere-se a recursos derivados da reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/1957), aplicado

pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorreria de acordo com determinações do poder concedente. Através do Decreto Lei nº 9.022/2017 foi determinado que mensalmente, a Companhia a partir de janeiro de 2018, deveria amortizar integralmente os débitos com o fundo até dezembro de 2026.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Convênios de arrecadação: referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

(20) OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Transferências (B)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas (A)+(B)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Em serviço	1.360.588	124	18.838	-	1.379.549	18.961	(677.222)	702.327	736.361
Participação da União, Estados e Municípios	24.581	-	-	(435)	24.146	-	(11.345)	12.802	14.112
Participação Financeira do Consumidor	580.182	-	13.500	435	594.117	13.500	(272.125)	321.992	329.804
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	552.175	-	5.337	-	557.513	5.337	(297.120)	260.392	276.678
Programa de Eficiência Energética - PEE	19.014	-	-	-	19.014	-	(13.678)	5.336	6.089
Pesquisa e Desenvolvimento	56.352	124	-	-	56.475	124	(31.147)	25.328	28.633
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	9.406	-	-	-	9.406	-	(4.482)	4.925	5.270
Outros	118.878	-	-	-	118.878	-	(47.325)	71.552	75.775
Ultrapassagem de demanda	35.405	-	-	-	35.405	-	(13.984)	21.420	22.901
Excedente de reativos	82.863	-	-	-	82.863	-	(33.336)	49.527	52.270
Outros	610	-	-	-	610	-	(5)	605	605
(-) Amortização Acumulada - AIS	(624.227)	(52.997)	-	-	(677.222)	(52.997)			
Participação da União, Estados e Municípios	(10.469)	(901)	-	26	(11.345)	(901)			
Participação Financeira do Consumidor	(250.379)	(21.721)	-	(26)	(272.125)	(21.721)			
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(275.497)	(21.624)	-	-	(297.120)	(21.624)			
Programa de Eficiência Energética - PEE	(12.925)	(753)	-	-	(13.678)	(753)			
Pesquisa e Desenvolvimento	(27.718)	(3.429)	-	-	(31.147)	(3.429)			
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	(4.137)	(345)	-	-	(4.482)	(345)			
Outros	(43.102)	(4.224)	-	-	(47.325)	(4.224)			
Ultrapassagem de demanda	(12.901)	(1.083)	-	-	(13.984)	(1.083)			
Excedente de reativos	(30.195)	(3.141)	-	-	(33.336)	(3.141)			
Outros	(5)	-	-	-	(5)	-			
Em curso	31.898	13.699	(18.838)	-	26.759	(5.139)	-	26.759	31.898
Participação Financeira do Consumidor	11.311	-	(4.625)	499	7.185	(4.625)	-	7.185	11.311
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(797)	5.337	(5.337)	-	(797)	-	-	(797)	(797)
Valores Pendentes de Recebimento	21.384	8.362	(8.876)	(499)	20.371	(514)	-	20.371	21.384
Total	768.259	(39.174)	-	-	729.085	(39.175)	(677.222)	729.085	768.259

O saldo da reavaliação regulatória das obrigações especiais, bem como a taxa média de amortização são conforme o quadro abaixo:

Obrigações Especiais 2025	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
Em serviço	3,91%	779.022	600.528	1.379.549
Participação da União, Estados e Municípios		18.192	5.954	24.146
Participação Financeira do Consumidor		320.703	273.414	594.117
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		305.944	251.569	557.513
Programa de Eficiência Energética - PEE		6.805	12.209	19.014
Pesquisa e Desenvolvimento		34.873	21.602	56.475
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		3.949	5.458	9.406
Outros		88.556	30.322	118.878
Ultrapassagem de demanda		26.327	9.077	35.405
Excedente de reativos		61.618	21.245	82.863
Outros		610	-	610
(-) Amortização Acumulada		(300.236)	(376.988)	(677.222)
Participação da União, Estados e Municípios		(8.487)	(2.858)	(11.345)
Participação Financeira do Consumidor		(105.121)	(167.004)	(272.125)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(130.639)	(166.481)	(297.120)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(4.469)	(9.209)	(13.678)
Pesquisa e Desenvolvimento		(16.233)	(14.914)	(31.147)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		(1.787)	(2.695)	(4.482)
Outros		(33.500)	(13.827)	(47.325)
Ultrapassagem de demanda		(9.898)	(4.087)	(13.984)
Excedente de reativos		(23.597)	(9.740)	(33.336)
Outros		(5)	-	(5)
Total		478.786	223.540	702.327

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
CPFL Energia S/A	53.096.770.180	100,00	53.096.770.180	100,00
Total	53.096.770.180	100,00	53.096.770.180	100,00

21.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2025, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 3,06 vezes o EBITDA em 2025 (2,98 vezes em 2024), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

21.2 Capital social

Através da AGO/E de 22 de abril de 2025 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 4.588, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2024, sem emissão de novas ações.

21.3 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao “Benefício fiscal do intangível incorporado” oriundo da incorporação da antiga controladora DRAFT I Participações S/A, conforme mencionado na nota 10.2.

21.4 Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 787.586, correspondente a (i) Reserva legal R\$ 55.370, (ii) Reserva estatutária - reforço de capital de giro R\$ 363.327 e (iii) Reserva de lucros a realizar R\$ 368.889.

De acordo com o art. 199 da Lei nº 11.638/2007, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar não poderá ultrapassar o capital social.

O limite atingido pela Companhia será deliberado em assembleia, e equacionado mediante aumento de capital.

21.5 Outros resultados abrangentes

É composto por:

- reserva de reavaliação no montante de R\$ 722.249 (R\$ 786.525 em 31 de dezembro de 2024), líquido de imposto de renda e contribuição social, correspondente aos efeitos registrados relativos ao reconhecimento da base de remuneração regulatória de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010.
- entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 590.408 (R\$ 464.081 em 31 de dezembro de 2024), líquido de imposto de renda e contribuição social, de acordo com o CPC 33 (R2).
- efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, com saldo liquidado em 2025 (R\$ 242 em 31 de dezembro de 2024), líquido de imposto de renda e contribuição social, de acordo com o CPC 48.

21.6 Dividendos e Juros sobre o capital próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 22 de abril de 2025 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2024, através de (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 102.136 e (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$ 275.472.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2025:

- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 66.134 (R\$ 56.214 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025, aprovados em (i) AGE de 28 de março de 2025 o montante de R\$ 16.000; (ii) AGE de 30 de junho de 2025 o montante de R\$ 17.000; (iii) AGE de 30 de setembro de 2025 o montante de R\$ 18.134 e (iv) AGE de 30 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 15.000.
- Dividendo adicional proposto no montante de R\$ 70.707 e dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 156.545, que serão deliberados na AGO de abril de 2026.

No exercício de 2025, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 388.827 referente a dividendos e juros sobre capital próprio.

21.7 Destinação do lucro líquido societário do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido societário do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2025
Lucro líquido societário - base para destinação	548.282
Reserva Legal	(918)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(150.884)
Reserva de lucros a realizar	(103.094)
Juros sobre o capital próprio	(66.134)
Dividendo mínimo obrigatório	(70.707)
Dividendo adicional proposto	(156.545)

(22) RECEITA

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Fornecimento - Faturado	2.013.986	1.979.588	7.007.410	7.521.453	3.103.349	3.278.951
Residencial	1.893.732	1.859.181	4.720.822	4.691.201	2.082.924	2.034.391
Industrial	6.505	6.938	316.222	526.521	157.891	252.903
Comercial	94.676	94.286	1.193.516	1.468.927	564.801	681.073
Rural	5.933	6.105	74.115	87.615	29.749	34.241
Poder público	9.073	9.052	223.265	222.127	98.532	96.532
Iluminação pública	2.651	2.626	285.070	302.098	78.590	77.847
Serviço público	1.416	1.400	194.399	222.965	90.861	101.964
Consumo próprio	154	153	5.934	5.945	-	-
Suprimento Faturado/ Energia de curto prazo			791.297	1.650.958	177.462	198.790
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado					4.862.345	4.518.423
Consumidores Cativos					3.103.456	3.000.685
Consumidores Livres					1.758.889	1.517.738
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					31.252	(58.441)
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais					365.962	339.791
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					486.354	249.985
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					(23.466)	(81.371)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.					(96.925)	171.177
Outras Receitas Vinculadas					412.103	342.121
Serviços Cobráveis					15.129	7.883
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					396.973	334.238
Total	2.014.140	1.979.741	7.804.641	9.178.356	8.952.473	8.619.634

22.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos:

No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de maio de 2015, essa obrigação especial passou a ser amortizada. Os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser constituídos em ativos e passivos financeiros setoriais, homologados em revisão tarifária periódica e amortizados até a próxima revisão tarifária periódica, e assim sucessivamente, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente

deferida em favor da ABRADÉE. Atualmente aguarda-se a apresentação do Laudo Pericial pelo Sr. Perito do Juízo e o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) obrigações especiais e estão sendo amortizadas e apresentadas líquidas no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25 e (ii) passivos financeiros setoriais os quais estão sendo amortizados e apresentados líquido na receita operacional líquida.

22.2 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”):

Em outubro de cada ano, através de Resolução Homologatória (“REH”), a ANEEL reajusta a tarifa da Companhia, de 23 de outubro até 22 de outubro do ano subsequente. Os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram:

Em 2025, através da REH nº 3.543, relativa ao resultado do RTA, reajuste médio em 10,03%, sendo 10,25% referente ao reajuste tarifário econômico e -0,22% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 7,63%.

Em 2024, através da REH nº 3.409, relativa ao resultado do RTA, reajuste médio em 1,33%, sendo -1,48% referente ao reajuste tarifário econômico e 2,81% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 3,03%.

22.3 Subvenções vinculadas ao serviço concedido:

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2025, foi registrada receita de R\$ 396.973 (R\$ 334.238 em 2024), sendo (i) R\$ 51.172 (R\$ 33.416 em 2024) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 291.541 (R\$ 236.181 em 2024) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 12.610 (R\$ 46.085 em 2024) de subvenção CCRBT e (iv) R\$ 41.651 (R\$ 18.556 em 2024) de custeio temporário dos componentes tarifárias não associadas ao custo da energia e não remuneradas pelo consumidor-gerador, incidentes sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (“SCEE”) conforme institui a Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022.

22.4 Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”):

A REH nº 3.484, de 15 de julho de 2025, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2025 e as quotas da CDE-GD, criada pela Lei nº 14.300 de 2022, cujos valores foram pagos a partir do mês subsequente a homologação da cota.

A ANEEL, por meio da REH nº 3.433, de 10 de dezembro de 2024, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO.

A CDE Escassez Hídrica foi criada pela REN nº 1.008 de 15 de março de 2022 e suas quotas foram homologadas por meio do Despacho nº 510 de 24 de janeiro de 2023. A Medida Provisória nº 1.212/2024 e a Portaria Interministerial MME/MF nº 1/2024 regulamentaram a quitação antecipada da CDE Escassez Hídrica utilizando os recursos da CDE Eletrobrás. Os pagamentos dessa conta foram encerrados em setembro de 2024.

(23) CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS DA PARCELA A

	MWh		R\$ mil	
	2025	2024	2025	2024
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	1.658.475	1.706.912	(374.239)	(391.586)
PROINFA	160.404	167.108	(100.794)	(58.414)
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	7.480.771	8.770.540	(2.391.858)	(2.417.501)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	247.746	250.520
Subtotal	9.299.650	10.644.561	(2.619.146)	(2.616.981)
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica			(714.237)	(702.591)
Encargos de transporte de itaipu			(57.396)	(62.800)
Encargos de conexão			(24.300)	(30.336)
Encargos de uso do sistema de distribuição			(237)	(213)
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			19.828	(30.905)
Encargos de energia de reserva - EER			(179.539)	(171.572)
Crédito de PIS e COFINS			88.415	92.350
Subtotal			(867.466)	(906.067)
Total			(3.486.612)	(3.523.048)

(*) Conta de Energia de Reserva

(24) PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2025	2024
<u>Pessoal</u>		
Remuneração	(115.580)	(107.998)
Encargos	(31.930)	(29.590)
Previdência privada - Corrente	(3.439)	(3.514)
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - superávit atuarial	5.400	4.364
Despesas rescisórias	(3.189)	(3.759)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(20.683)	(17.965)
Outros benefícios - Corrente	(44.354)	(44.144)
Estagiários e Programas de Iniciação ao Trabalho	(662)	(661)
Outros	(1.290)	(1.084)
Subtotal	(215.728)	(204.352)
<u>Administradores</u>		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(4.328)	(4.660)
Benefícios dos administradores	(2.721)	(1.623)
Subtotal	(7.049)	(6.284)
Total	(222.777)	(210.635)

(25) RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	65.615	35.277
Acréscimos e multas moratórias	67.147	63.862
Atualização de créditos fiscais	97.576	101.282
Atualização de depósitos judiciais	14.108	11.743
Atualizações monetárias e cambiais	159.830	183.258
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	10.758	8.979
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	28.499	6.063
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(9.599)	(5.504)
Outros	3.669	2.225
Total	437.603	407.184
Despesas		
Encargos de dívidas	(316.596)	(273.608)
Atualizações monetárias e cambiais	(358.329)	(385.696)
(-) Juros capitalizados	6.703	6.534
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(19.879)	(20.075)
Exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 7.1)	(73.165)	(70.308)
Atualização de mútuo com partes relacionadas	(3.668)	-
Outros	(23.660)	(15.312)
Total	(788.594)	(758.464)
Resultado Financeiro	(350.991)	(351.280)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,98% a.a. em 2025 (7,66% a.a. em 2024) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 105.358 (perda de R\$ 87.481 em 2024) (nota 29).

(26) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia que possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.: Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.
- ESC Energia S.A.: Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Imobilizado, intangível, materiais e prestação de serviços:** refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos:** a Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire

energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

- c) **Contrato de mútuo:** refere-se principalmente a contrato celebrado com a State Grid Europe Limited (SGEL), com vencimento em setembro de 2028 e juros semestrais a partir de março de 2026 e remunerado a renminbi + 1,98%, com derivativos contratados de CDI -0,36%.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Vivest, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, na nota 15 – Benefício pós-emprego.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2025, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 7.355 (R\$ 7.469 em 2024). Este valor é composto por R\$ 6.561 (R\$ 6.630 em 2024) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 115 (R\$ 107 em 2024) de benefícios pós-emprego e R\$ 679 (R\$ 732 em 2024) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	5.230	4.970	1.613	1.554	-	-	41.758	38.631
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	97	267	(1.632)	(2.086)
Contrato de Mútuo								
State Grid Europe Limited ("SGEL")	-	-	1.018.793	-	-	-	(18.793)	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	126.921	113.356	-	-	-	-
Ativo imobilizado, intangível, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle comum	-	-	83	-	-	-	-	(546)
Entidades sob o controle da CPFL Energia	497	1.504	25.783	34.479	50	141	(70.702)	(64.459)
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	34	53.959	53.283	-	-	(442.862)	(427.133)
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	21.744	24.430	-	-	(245.458)	(267.471)
Encargos - Rede básica								
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	-	-	(72.465)	(70.663)
Outras receitas operacionais								
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	-	4.211	-	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	(889)	(866)
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	66	8.506	6.658	-	-	-	-

(*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados o montante de R\$ 66.580 no exercício (R\$ 81.860 em 2024), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(27) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2025
Ativo imobilizado	Riscos Operacionais e Riscos de Engenharia	412.000
Transporte	Transporte nacional e internacional	136.611
Responsabilidade civil	Geral e Riscos Ambientais	62.890
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	279.810
Garantia	Seguro Garantia	346.600
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	155.500
Total		1.393.410

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil, são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

(28) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve as áreas de negócio, a Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO (Data Protection Officer), a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria o Conselho de Administração e conselho fiscal da CPFL Energia. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Riscos;
- Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Riscos no Mapa Corporativo de Riscos;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao Comitê de Auditoria:

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos.

Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:

- Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia;
- Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação dos limites de riscos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões;
- Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios;
- Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos;
- Em caso de extrapolação do limite de risco:
 - a) Validar o preenchimento do Formulário de Extrapolação de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações;
 - b) Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia;
 - c) Acompanhar o status dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 29. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 29.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2025, observou-se uma hidrologia desfavorável pelo 2º ano consecutivo, registrando 78% da média de longo termo e constituindo o 8º pior no histórico de 95 anos. As regiões mais impactadas foram SE/CO e NE, contudo, devido a ações operativas e de planejamento advindas do Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País – PRR (Art. 30 da Lei nº 14.182, de 2021) foi possível preservar os recursos hídricos e iniciar 2026 com cerca de 46% da capacidade armazenável no Sistema Interligado Nacional. Apesar disso, o ONS tem alertado para riscos pontuais de atendimento eletroenergético, agravado pela elevada participação de fontes renováveis na matriz nacional (40%), perspectiva de hidrologia adversa no verão de 2026 (abaixo de 80%) e atraso no leilão de reserva de capacidade.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e

Duration dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2025	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	358.107	358.107
Investimentos temporários	8	(a)	Nível 1	20.147	20.147
Instrumentos financeiros derivativos	29	(a)	Nível 2	100.876	100.876
Ativo financeiro setorial	9	(a)	Nível 3	79.115	79.115
Total				558.244	558.244
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(b)	Nível 2 (***)	663.586	670.723
Empréstimos, financiamentos e mútuo - principal e encargos (**)	14	(a)	Nível 2	202.543	202.543
Debêntures - principal e encargos	14	(b)	Nível 2 (***)	1.279.194	1.291.890
Debêntures - principal e encargos (**)	14	(a)	Nível 2	1.286.033	1.286.033
Mútuo com partes relacionadas (***)	14	(a)	Nível 2	1.018.793	1.018.793
Instrumentos financeiros derivativos	29	(a)	Nível 2	13.050	13.050
Passivo financeiro setorial	9	(a)	Nível 2	429.151	429.151
Total				4.892.350	4.912.182

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda R\$ 43.677 em 2025 (ganho R\$ 62.514 em 2024).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

Legenda

Categoria/Mensuração

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurado ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) serviços prestados a terceiros, (iv) convênios de arrecadação;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) encargos setoriais, (iii) consumidores e concessionárias a pagar, (iv) FNDCT/EPE/PROCEL, (v) convênios de arrecadação, (vi) descontos tarifários – CDE, (vii) passivo de arrendamento e (viii) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve em 2025 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA ou BBB- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor rating entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são swaps de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de hedge (hedge accounting) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos (*)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	384	-	384	8.825	(8.441)	USD + 1,94%		200.000
Mútuo com partes relacionadas	15.124	-	15.124	20.532	(5.408)	renminbi + 2,33%	set/26 set/28	1.000.000
	15.508	-	15.508	29.357	(13.849)			
Hedge variação índice de preços								
Debêntures	85.367	(13.050)	72.317	86.328	(14.012)	IPCA + 4,30% a 7,7082%	104,3% a 111,07% do CDI e CDI + 0,174% a 0,43%	ago/24 a out/39
	85.367	(13.050)	72.317	86.328	(14.012)			1.132.741
Total	100.875	(13.050)	87.825	115.685	(27.861)			
Circulante	384	(1.461)						
Não circulante	100.491	(11.589)						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide nota 14.

(*) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2025
Para dívidas designadas a valor justo	402.742	(188.456)	(98.600)	115.685
Marcação a mercado (*)	(110.959)	83.098	-	(27.861)
Total	291.783	(105.358)	(98.600)	87.825
Ativo circulante	277.961			384
Ativo não circulante	30.399			100.491
Passivo circulante	(137)			(1.461)
Passivo não circulante	(16.440)			(11.589)

(*) O efeito no resultado de 2025 refere-se ao ajuste ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

A Companhia optou por marcar a mercado dívidas para quais possuímos instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2025 e 2024, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

<u>Risco protegido / operação</u>	<u>Ganho (Perda) no resultado</u>		<u>Ganho (Perda) no resultado abrangente</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Variação de taxas de juros	(11.967)	(4.839)	-	-
Marcação a mercado	63.398	(99.834)	135	561
Variação cambial	(176.489)	179.130	-	-
Marcação a mercado	19.565	13.023	-	-
Total	(105.493)	87.481	135	561

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2025 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%	Apreciação cambial de 50%
Instrumentos financeiros passivos	(202.542)		(16.207)	38.480	93.168
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	203.061		16.249	(38.579)	(93.406)
	519	baixa dolar	42	(99)	(238)
Instrumentos financeiros passivos	(1.018.793)		(104.779)	176.114	457.007
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.045.919		107.570	(180.803)	(469.175)
	27.126	baixa renminbi	2.791	(4.689)	(12.168)
Total	27.646		2.832	(4.789)	(12.407)
Efeitos no resultado do exercício			2.832	(4.789)	(12.407)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2025 foi de R\$ 5,50 para o dólar e R\$ 0,79 para o renminbi.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 5,94 e R\$ 0,87 e a depreciação cambial de 8,00% e 10,28%, do dólar e do renminbi respectivamente em 31.12.2025.

d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2025 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25%	Elevação/Redução de índice em 50%
Instrumentos financeiros ativos	357.308				48.773	60.966	73.159
Instrumentos financeiros passivos	(909.937)				(124.206)	(155.258)	(186.310)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.499.372)				(341.164)	(426.455)	(511.746)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(350.036)				(47.780)	(59.725)	(71.670)
	(3.402.037)	alta CDI/SELIC	14,90%	13,65%	(464.377)	(580.472)	(696.567)
Instrumentos financeiros passivos	(2.300.197)				(221.509)	(276.886)	(332.263)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.338.216				128.870	161.088	193.305
	(961.981)	alta IPCA	4,26%	9,63%	(92.639)	(115.798)	(138.958)
Total	(4.364.018)				(557.016)	(696.270)	(835.525)
Efeitos no resultado do exercício					(557.016)	(696.270)	(835.525)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6.

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos temporários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA ou BBB- global avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys, Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor rating entre elas (nota 29b). A Administração não

identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2025	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	13	721.481	16.644	-	-	-	-	738.125
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	11.005	28.537	302.471	648.160	12.405	9.198	1.011.776
Derivativos	29	-	235	1.226	757	807	10.026	13.050
Debêntures - principal e encargos	14	-	83.438	361.552	745.077	872.742	2.129.961	4.192.769
Encargos Setoriais	16	23.933	-	-	-	-	-	23.933
Consumidores e concessionárias	19	9.251	64.937	-	-	-	-	74.188
EPE / FNDCT / PROCEL	16	-	-	14.180	-	-	-	14.180
Convênio de arrecadação	19	-	28.549	-	-	-	-	28.549
Fundo de reversão	19	127	255	1.145	244	-	-	1.771
Total		765.797	222.593	680.574	1.394.237	885.953	2.149.185	6.098.340

(30) COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

	2025		2024	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Compra	89.493	(44.190)	(7)	1
Compra estimada (*)	22.278	(5.972)	-	-
Total	111.771	(50.162)	(7)	1

	2025		2024	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Venda	694.763	150.369	1.461.522	181.940
Venda estimada (*)	94.826	26.399	186.779	15.616
Total	789.589	176.768	1.648.301	197.557

(*) Como a CCEE tem um prazo de sessenta dias para disponibilização das informações relativas ao período de 1º de novembro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 (período de 1º de novembro de 2024 a 31 de dezembro de 2024), os valores foram estimados pela Companhia, com base em seus controles mantidos para essas operações.

(31) REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

31.1 Revisão Tarifária Periódica

Entre 12 de julho de 2023 e 29 de agosto de 2023, a ANEEL submeteu à Consulta Pública nº 022/2023 a proposta referente à Sexta Revisão Tarifária Periódica da CPFL Piratininga, a vigorar a partir de 23 de outubro de 2023, bem como definição dos correspondentes limites dos indicadores de continuidade de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), para o período de 2024 a 2027.

Após análise das contribuições recebidas, amparada pelo laudo de avaliação da base de remuneração regulatória e pelos demais componentes da tarifa atualizados de acordo com a metodologia dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, em 17 de outubro de 2023, a ANEEL aprovou, por meio da Resolução Homologatória nº 3.277/2023, o resultado da Sexta Revisão Tarifária Periódica – RTP CPFL Piratininga, onde foram, em média, reajustadas em -4,37% as tarifas, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Após a homologação do resultado, a CPFL Piratininga vislumbrou a necessidade de interpor pedido de reconsideração à ANEEL, tratando das metodologias de perdas não técnicas, perdas técnicas, receitas irrecuperáveis, dentre outras, aplicadas por parte da ANEEL. O pedido de reconsideração foi avaliado pela agência e, por meio do Despacho nº 3.074/2024, a ANEEL negou provimento aos pleitos da concessionária relativos aos temas requeridos.

31.2 Composição da Base de Remuneração Regulatória

A Base de Remuneração Regulatória – BRR corresponde ao conjunto dos ativos das concessionárias em operação, vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, avaliados periodicamente a cada Revisão Tarifária Periódica, observando-se as seguintes diretrizes:

- a) Base Blindada - é composta pelos valores aprovados no laudo de avaliação do ciclo tarifário anterior, ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) Base Incremental - Corresponde a inclusão e avaliação dos investimentos realizados entre as datas-bases do ciclo tarifário anterior e o processo de revisão do ciclo tarifário vigente;
- c) Os valores finais da BRR são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas no período incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação da BRR o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária vigente; e
- e) A base de remuneração é atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração veículos, edificações, hardwares e softwares. Estes ativos são remunerados por meio da Base de Anuidade Regulatória - BAR.

A tabela a seguir, resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração, conforme Nota Técnica nº 122/2023-STR/ANEEL, de 11 de outubro de 2023:

Descrição	Valor
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	7.937.175
(2) Índice de Aproveitamento Integral	90
(3) Obrigações Especiais Bruta	1.263.879
(4) Bens Totalmente Depreciados	962.715
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	5.710.490
(6) Depreciação Acumulada	3.554.253
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	4.382.922
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	79
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR) = (1)-(6)-(8)	4.382.844
(10) Almoxarifado em Operação	6.158
(12) Obrigações Especiais Líquida	739.815
(13) Terrenos e Servidões	284.788
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (9)+(10)+(11)-(12)+(13)	3.933.974
(15) Base de Remuneração Ativos Concessionária	3.933.974
(16) WACC	11,25%
(17) Remuneração Ativos Concessionária	442.584
(18) Base Obrigações Especiais	1.263.879
(19) Taxa de Remuneração das Obrigações Especiais	1,82%
(20) Remuneração de Obrigações Especiais	22.954
(21) Remuneração do Capital = (17)+(20)	465.538
(22) Taxa de Depreciação	3,83%
(23) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (22)	218.712

31.3 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis – (“CAIMI”).

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

A remuneração dos ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) é determinada a partir de uma relação do Ativo Imobilizado em Serviço (AIS).

A tabela a seguir, resume os valores relativos ao CAIMI, conforme Nota Técnica nº 122/2023-STR/ANEEL, de 11 de outubro de 2023:

Descrição	Valor
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	520.801
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	234.360
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	62.496
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	223.944
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	25.202
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	12.444
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	54.851
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	92.496

31.4. Ajuste da Parcela B em Função do Índice de Ajuste de Mercado e do Mecanismo de Incentivo à Melhoria da Qualidade

De acordo com o Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, no momento da Revisão Tarifária Periódica, os custos não gerenciáveis da Concessionária, a Parcela B, são ajustados por um fator de ajuste de mercado e um mecanismo de incentivo à qualidade, a serem aplicados ao Custo de Administração, Operação e Manutenção – CAOM e ao Custo Anual dos Ativos – CAA.

O índice de ajuste de mercado, denominado de Fator de Ajuste de Mercado, considera a mesma metodologia de cálculo do Componente Pd do Fator X, conforme submódulo 2.5 do PRORET, levando em conta os ganhos potenciais de produtividade entre o ano anterior à revisão tarifária, período de referência, e o período em que as tarifas definidas na revisão estarão vigentes, que são os doze meses posteriores à revisão. Assim, o Fator de Ajuste de Mercado calculado para aplicação a partir da sexta revisão tarifária conforme Nota Técnica nº 122/2023-STR/ANEEL.

Componentes	Valor
Componente Pd do Fator X	0,66%
Componente T do Fator X	2,56%

Para o índice de ajuste do Mecanismo de Incentivo à Qualidade, é considerada a mesma metodologia de cálculo do Componente Q do Fator X, conforme submódulo 2.5 do PRORET. Tal índice foi especificado de acordo com a variação dos indicadores apurados DEC e FEC, já expurgadas as causas externas à distribuidora, levando-se em consideração o desempenho da distribuidora com relação à qualidade do serviço prestado.

31.5. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste tarifário anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações dos custos incorridos no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGPM, ajustado pela aplicação do Fator X.

A ANEEL estabeleceu, por meio da Resolução Homologatória nº 3.543, de outubro de 2025, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da distribuidora resultantes do processo de reajuste tarifário de 2025, cujo reajuste médio foi de 10,03%, correspondendo a um efeito médio de 7,63% percebido pelos consumidores.

(32) CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza das reclassificações e dos ajustes nos balanços patrimoniais apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória nos exercícios de 2025 e 2024:

Reclassificações e ajustes de 2025:

	Reclassificações								Ajustes				Societário	
	Regulatório	Ativo Financeiro da Concessão (a)	Ativo Intangível da Concessão (a)	Obrigação Especial (b)	Provisões para litígios fiscais (c)	Redução Incentivada de Consumo (d)	Investimentos Temporários (e)	Arrendamento (f)	Mútuos (g)	Outros Ativos Circulantes (h)	Reavaliação Regulatória Compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)		Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)
Ativo														
Ativo Circulante														
Consumidores, concessionárias e permissionárias	951.688	-	-	-	-	(880)	-	-	-	-	-	-	-	950.807
Serviços em Curso	68.238	-	-	-	-	-	-	-	(6.991)	-	-	-	-	61.247
Depósitos Judiciais e Cauções	-	-	-	-	-	-	14.299	-	-	-	-	-	-	14.299
Investimentos Temporários	20.147	-	-	-	-	-	(14.299)	-	-	-	-	-	-	5.848
Outros Ativos Circulantes	145.730	-	-	-	-	-	-	-	8.565	-	(2.732)	-	-	151.563
Ativo Não Circulante														
Ativo Financeiro da Concessão	-	3.007.567	-	(392.256)	-	-	-	-	-	-	1.221.289	-	-	3.836.600
Outros Ativos Não Circulantes	15.956	-	-	-	-	-	2.845	-	-	-	-	-	-	18.801
Imobilizado	5.309.642	(3.007.567)	(1.031.123)	-	-	-	(2.845)	-	-	(1.268.107)	-	-	-	-
Ativo contratual	-	-	693.598	(18.421)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	675.177
Intangível	271.331	-	337.525	(94.865)	-	-	-	-	(1.574)	(49.753)	-	3.916	-	466.580
Passivo														
Passivo Circulante														
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	426.767	-	-	-	-	-	(1.660)	(6.080)	-	-	-	-	-	419.027
Mútuos com partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	6.080	-	-	-	-	-	6.080
Outros Passivos Circulantes	114.801	-	-	-	-	(880)	1.660	-	-	-	-	-	-	115.581
Passivo Não Circulante														
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	4.023.381	-	-	-	-	-	(1.355)	(1.012.713)	-	-	-	-	-	3.009.313
Mútuos com partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	1.012.713	-	-	-	-	-	1.012.713
Tributos	-	-	-	-	213.331	-	-	-	-	-	-	-	-	213.331
Provisão para Litígios	328.750	-	-	-	(213.331)	-	-	-	-	-	-	-	-	115.419
Tributos diferidos	269.877	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43.573	313.450
Outros Passivos Não Circulantes	10.841	-	-	-	-	-	1.355	-	-	-	-	-	-	12.196
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	729.085	-	-	(505.542)	-	-	-	-	-	(223.543)	-	-	-	-

- (a) Diferenças de apresentação em função do ICPC 01, que requer que o ativo imobilizado da concessão, apresentado como ativo imobilizado para fins regulatórios, seja apresentado de forma bifurcada entre o ativo financeiro da concessão, ativo contratual e o ativo intangível;
- (b) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são apresentadas líquidas no Ativo financeiro da concessão, Ativo contratual e Intangível.
- (c) Diferenças de apresentação em função do ICPC 22, que classifica provisões de litígios fiscais relacionados a IR/CSLL em Tributos a pagar no societário.
- (d) Diferenças de apresentação em função do Ofício Circular nº 38/2022-SFF/ANEEL que requer que o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor seja classificado para fins regulatórios no passivo circulante em outras contas a pagar.
- (e) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores depositados em caução para resgate ou amortização de dívida são classificados no ativo circulante na rubrica de outros créditos – cauções, fundos e depósitos vinculados, e nas demonstrações contábeis regulatórias em investimentos temporários.
- (f) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores referentes aos Contratos de Arrendamento foram apresentados em Outros Ativos não Circulante e Outros Passivos Circulante e não Circulante.
- (g) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores referentes ao mútuo foram apresentados como Mútuo com partes relacionadas no Passivos Circulante e não Circulante.
- (h) Reclassificação de baixas de intangíveis e serviços em curso para outros ativos.

Reclassificações e ajustes de 2024:

	Reclassificações							Ajustes				Societário	
	Regulatório	Ativo Financeiro da Concessão (a)	Ativo Intangível da Concessão (a)	Obrigações Especiais (b)	Provisões para litígios fiscais (c)	Redução Incentivada de Consumo (d)	Investimentos Temporários (e)	Arrendamento (f)	Reavaliação Regulatória Compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)		IR e CS Diferidos (32.3.4)
Ativo													
Ativo Circulante													
Consumidores, concessionárias e permissionárias	862.548	-	-	-	-	(925)	-	-	-	-	-	-	861.623
Depósitos Judiciais e Cauções	-	-	-	-	-	-	10.487	-	-	-	-	-	10.487
Investimentos Temporários	157.387	-	-	-	-	-	(10.487)	-	-	-	-	-	146.901
Ativo Não Circulante													
Ativo Financeiro da Concessão	-	2.659.219	-	(378.009)	-	-	-	-	-	1.062.355	-	-	3.343.565
Outros Ativos Não Circulantes	15.956	-	-	-	-	-	-	2.649	-	-	-	-	18.605
Imobilizado	5.081.578	(2.659.219)	(1.029.046)	-	-	-	-	(2.649)	(1.390.664)	-	-	-	-
Ativo contratual	-	-	496.404	(20.617)	-	-	-	-	-	-	-	-	475.787
Intangível	216.547	-	532.642	(123.547)	-	-	-	-	(47.127)	-	5.298	-	583.812
Passivo													
Passivo Circulante													
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	1.453.541	-	-	-	-	-	-	(1.695)	-	-	-	-	1.451.846
Outros Passivos Circulantes	157.771	-	-	-	-	(925)	-	1.695	-	-	-	-	158.540
Passivo Não Circulante													
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	2.806.858	-	-	-	-	-	-	(1.164)	-	-	-	-	2.805.694
Tributos	-	-	-	-	205.205	-	-	-	-	-	-	-	205.205
Provisão para Litígios	317.539	-	-	-	(205.205)	-	-	-	-	-	-	-	112.334
Tributos diferidos	248.401	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(42.178)	206.224
Outros Passivos Não Circulantes	9.478	-	-	-	-	-	-	1.164	-	-	-	-	10.642
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	768.259	-	-	(522.173)	-	-	-	-	(246.086)	-	-	-	-

- (a) Diferenças de apresentação em função do ICPC 01, que requer que o ativo imobilizado da concessão, apresentado como ativo imobilizado para fins regulatórios, seja apresentado de forma bifurcada entre o ativo financeiro da concessão, ativo contratual e o ativo intangível;
- (b) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são apresentadas liquidas no Ativo financeiro da concessão, Ativo contratual e Intangível.
- (c) Diferenças de apresentação em função do ICPC 22, que classifica provisões de litígios fiscais relacionados a IR/CSLL em Tributos a pagar no societário.
- (d) Diferenças de apresentação em função do Ofício Circular nº 38/2022-SFF/ANEEL que requer que o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor seja classificado para fins regulatórios no passivo circulante em outras contas a pagar.
- (e) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores depositados em caução para resgate ou amortização de dívida são classificados no ativo circulante na rubrica de outros créditos – cauções, fundos e depósitos vinculados, e nas demonstrações contábeis regulatórias em investimentos temporários.
- (f) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores referentes aos Contratos de Arrendamento foram apresentados em Outros Ativos não Circulante e Outros Passivos Circulante e não Circulante.

Conciliação do total do ativo societário e regulatório:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Total do ativo conforme contabilidade societária	8.226.299	8.014.456
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	3.739.101	3.814.536
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(2.421.241)	(2.376.745)
Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	(1.221.289)	(1.062.355)
Ajustes do Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	(3.916)	(5.298)
Ajustes de Outros Ativos Circulantes	2.732	-
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (32.3.4)	43.573	(42.178)
Reclassificação de obrigações especiais para o passivo (a)	505.542	522.173
Reclassificação de tributos diferidos (b)	(43.573)	42.178
Redução Incentivada de Consumo (c)	880	925
Total do ativo regulatório	<u>8.828.108</u>	<u>8.907.692</u>

- (a) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são apresentadas líquidas no Ativo Intangível e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado no passivo não circulante na rubrica obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.
- (b) Refere-se ao encontro de contas dos tributos diferidos.
- (c) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor foi classificado no ativo circulante na rubrica de consumidores, concessionárias e permissionárias, e nas demonstrações contábeis regulatórias no passivo circulante em outras contas a pagar.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Patrimônio líquido conforme contabilidade societária	649.772	640.372
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	3.138.573	3.214.008
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(2.044.257)	(2.022.302)
Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	(1.221.289)	(1.062.355)
Ajustes do Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	(3.916)	(5.298)
Ajustes de Outros Ativos Circulantes	2.732	-
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (32.3.4)	43.573	(42.178)
Patrimônio líquido regulatório	<u>565.189</u>	<u>722.246</u>

32.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	2025			2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita	8.952.473	883.680	9.836.154	8.619.634	774.643	9.394.277
Fornecimento de Energia Elétrica	3.134.601	-	3.134.601	3.220.510	-	3.220.510
Suprimento de Energia Elétrica	694	-	694	1.233	-	1.233
Energia Elétrica de Curto Prazo	176.768	-	176.768	197.557	-	197.557
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	4.862.345	(11.371)	4.850.975	4.518.423	(12.471)	4.505.952
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	365.962	-	365.962	339.791	-	339.791
Serviços Cobráveis	15.129	-	15.129	7.883	-	7.883
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	396.973	-	396.973	334.238	-	334.238
Outras Receitas	-	895.052	895.052	-	787.114	787.114
Tributos	(2.086.389)	210	(2.086.178)	(2.010.800)	(1.702)	(2.012.502)
ICMS	(1.379.897)	-	(1.379.897)	(1.321.724)	-	(1.321.724)
PIS-PASEP	(126.008)	229	(125.778)	(122.909)	(516)	(123.425)
COFINS	(580.398)	-	(580.398)	(566.089)	(1.146)	(567.236)
ISS	(86)	(19)	(105)	(77)	(40)	(117)
Encargos - Parcela "A"	(1.739.244)	-	(1.739.244)	(1.480.022)	-	(1.480.022)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(26.377)	-	(26.377)	(26.338)	-	(26.338)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(26.377)	-	(26.377)	(26.338)	-	(26.338)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.514.361)	-	(1.514.361)	(1.222.195)	-	(1.222.195)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(8.509)	-	(8.509)	(7.724)	-	(7.724)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFA	(85.800)	-	(85.800)	(89.152)	-	(89.152)
Outros Encargos	(77.821)	-	(77.821)	(108.275)	-	(108.275)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	5.126.840	883.891	6.010.732	5.128.812	772.941	5.901.753
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	(3.486.612)	-	(3.486.612)	(3.523.048)	-	(3.523.048)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.518.352)	-	(2.518.352)	(2.558.567)	-	(2.558.567)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	(100.794)	-	(100.794)	(58.414)	-	(58.414)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(867.466)	-	(867.466)	(906.067)	-	(906.067)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	1.640.228	883.891	2.524.119	1.605.764	772.941	2.378.705
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"	(750.536)	(631.125)	(1.381.661)	(758.045)	(526.945)	(1.284.990)
Pessoal e Administradores	(228.177)	-	(228.177)	(214.999)	-	(214.999)
Entidade de previdência privada	5.400	-	5.400	4.364	-	4.364
Material	(35.671)	-	(35.671)	(36.352)	-	(36.352)
Serviços de Terceiros	(236.344)	-	(236.344)	(222.572)	-	(222.572)
Arrendamento e Aluguéis	(5.341)	1.980	(3.361)	(6.432)	2.743	(3.689)
Seguros	(1.711)	-	(1.711)	(1.272)	-	(1.272)
Doações, Contribuições e Subvenções	(157)	-	(157)	(141)	-	(141)
Provisões	(9.920)	537	(9.383)	(21.520)	1.134	(20.386)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(60.948)	-	(60.948)	(70.500)	-	(70.500)
(-) Recuperação de Despesas	9.852	-	9.852	9.139	-	9.139
Tributos	(4.742)	-	(4.742)	(4.373)	-	(4.373)
Depreciação e Amortização	(244.676)	74.641	(170.035)	(242.192)	80.142	(162.051)
Gastos Diversos da atividade vinculada	(48.685)	11.937	(36.748)	(54.537)	15.436	(39.100)
Outras Receitas Operacionais	152.095	(152.095)	-	146.877	(146.877)	-
Outras Despesas Operacionais	(41.510)	(568.125)	(609.635)	(43.535)	(479.523)	(523.057)
Resultado da Atividade	889.692	252.767	1.142.459	847.719	245.996	1.093.715
Resultado Financeiro	(350.991)	-	(350.991)	(351.280)	-	(351.280)
Receitas Financeiras	437.603	(148.858)	288.745	407.184	(174.291)	232.893
Despesas Financeiras	(788.594)	148.858	(639.736)	(758.464)	174.291	(584.173)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	538.701	252.767	791.468	496.438	245.996	742.435
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(156.877)	(86.309)	(243.186)	(162.552)	(83.166)	(245.717)
Resultado Líquido do Exercício	381.824	166.458	548.282	333.886	162.830	496.717

A seguir são detalhadas a natureza das reclassificações e dos ajustes na demonstração do resultado do exercício apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, nos exercícios de 2025 e 2024:

Reclassificações e ajustes de 2025:

	Reclassificações							Ajustes					Societário
	Regulatório	Construção da infraestrutura de concessão (a)	Penalidades Contratuais e Regulatórias (b)	Outras receitas não vinculadas (c)	Ganho/Perda na alienação, desativação e outros de ativos não circulante (d)	Variação monetária, cambial e marcação a mercado (e)	Provisões para litígios fiscais (f)	Depreciação de Arrendamento (g)	Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	IR e CS Diferidos (32.3.4)	
Receita													
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	4.862.345	-	(11.371)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.850.975
Outras receitas	-	591.109	(751)	148.491	-	-	-	-	156.203	-	-	-	895.052
Tributos													
PIS-PASEP	(126.008)	-	-	-	-	-	229	-	-	-	-	-	(125.778)
ISS	(86)	-	-	-	-	-	(19)	-	-	-	-	-	(105)
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"													
Arrendamento e Aluguéis	(5.341)	-	-	-	-	-	-	1.980	-	-	-	-	(3.361)
Provisões	(9.920)	-	-	-	-	-	537	-	-	-	-	-	(9.383)
Depreciação e Amortização	(244.676)	-	-	-	-	-	-	(1.980)	78.003	-	(1.382)	-	(170.035)
Gastos Diversos da atividade vinculada	(48.685)	-	12.122	-	-	-	(185)	-	-	-	-	-	(36.748)
Outras receitas operacionais	152.095	-	-	(148.491)	(3.598)	-	-	-	(6)	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(41.510)	(591.109)	-	-	3.598	-	(4)	-	19.390	-	-	-	(609.635)
Resultado Financeiro													
Receitas Financeiras	437.603	-	-	-	-	(148.858)	-	-	-	-	-	-	288.745
Despesas Financeiras	(788.594)	-	-	-	-	148.858	-	-	-	-	-	-	(639.736)
Despesa com Impostos sobre o Lucro													
	(156.877)	-	-	-	-	-	(558)	-	-	-	-	(85.751)	(243.186)
Resultado Líquido do Exercício													
	381.824	-	-	-	-	-	-	97.389	156.203	(1.382)	(85.751)	-	548.282

- (a) Para a demonstração financeira societária a prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 o qual não foi adotado pela ANEEL;
- (b) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a companhia adota o CPC 47 e desta forma classificamos a compensação pelo não cumprimento de indicadores deduzindo a receita, e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional conforme MCSE;
- (c) Na demonstração financeira societária a Companhia classifica as Outras receitas operacionais no grupo de Receita e na demonstração contábil regulatória são classificadas no grupo de Custos gerenciáveis conforme MCSE;
- (d) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias o ganho e a perda são apresentados pelo líquido, e para as demonstrações contábeis regulatórias são apresentados de forma segregada, conforme MCSE;
- (e) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos a variação monetária e marcação a mercado na despesa financeira e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro de acordo com sua natureza, conforme MCSE.
- (f) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos as despesas com litígios fiscais na natureza original dos tributos e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional, conforme MCSE.
- (g) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a depreciação dos bens originários de contratos de arrendamento é apresentada em Depreciação e Amortização, e na demonstração contábil regulatória é classificado como Arrendamento e Aluguéis.

Reclassificações e ajustes de 2024:

	Reclassificações							Ajustes				Societário	
	Regulatório	Construção da infraestrutura de concessão (a)	Penalidades Contratuais e Regulatórias (b)	Outras receitas não vinculadas (c)	Ganho/Perda na alienação, desativação e outros de ativos não circulante (d)	Variação monetária e marcação a mercado (e)	Provisões para litígios fiscais (f)	Depreciação de Arrendamento (g)	Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)		IR e CS Diferidos (32.3.4)
Receita													
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	4.518.423	-	(12.471)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.505.952
Outras receitas	-	509.820	(2.965)	141.785	-	-	-	-	138.474	-	-	-	787.114
Tributos													
PIS-PASEP	(122.909)	-	-	-	-	-	(516)	-	-	-	-	-	(123.425)
COFINS	(566.089)	-	-	-	-	-	(1.146)	-	-	-	-	-	(567.236)
ISS	(77)	-	-	-	-	-	(40)	-	-	-	-	-	(117)
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"													
Arrendamento e Aluguéis	(6.432)	-	-	-	-	-	-	2.743	-	-	-	-	(3.689)
Provisões	(21.520)	-	-	-	-	-	1.134	-	-	-	-	-	(20.386)
Depreciação e Amortização	(242.192)	-	-	-	-	-	-	(2.743)	84.267	-	(1.382)	-	(162.051)
Gastos Diversos da atividade vinculada	(54.537)	-	15.436	-	-	-	(0)	-	-	-	-	-	(39.100)
Outras receitas operacionais	146.877	-	-	(141.785)	(5.092)	-	-	-	(0)	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(43.535)	(509.820)	-	-	5.092	-	(149)	-	25.354	-	-	-	(523.057)
Resultado Financeiro													
Receitas Financeiras	407.184	-	-	-	-	(174.291)	-	-	-	-	-	-	232.893
Despesas Financeiras	(758.464)	-	-	-	-	174.291	-	-	-	-	-	-	(584.173)
Despesa com Impostos sobre o Lucro													
	(162.552)	-	-	-	-	-	717	-	-	-	-	(83.883)	(245.717)
Resultado Líquido do Exercício													
	333.886	-	-	-	-	-	-	-	109.621	138.474	(1.382)	(83.883)	496.717

- (a) Para a demonstração financeira societária a prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 o qual não foi adotado pela ANEEL;
- (b) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a companhia adota o CPC 47 e desta forma classificamos a compensação pelo não cumprimento de indicadores deduzindo a receita, e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional conforme MCSE;
- (c) Na demonstração financeira societária a Companhia classifica as Outras receitas operacionais no grupo de Receita e na demonstração contábil regulatória são classificadas no grupo de Custos gerenciáveis conforme MCSE;
- (d) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias o ganho e a perda são apresentados pelo líquido, e para as demonstrações contábeis regulatórias são apresentados de forma segregada, conforme MCSE;
- (e) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos a variação monetária e marcação a mercado na despesa financeira e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro de acordo com sua natureza, conforme MCSE.
- (f) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos as despesas com litígios fiscais na natureza original dos tributos e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional, conforme MCSE.
- (g) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a depreciação dos bens originários de contratos de arrendamento é apresentada em Depreciação e Amortização, e na demonstração contábil regulatória é classificado como Arrendamento e Aluguéis.

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado líquido do exercício conforme contabilidade societária	548.282	496.717
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(19.385)	(25.354)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(78.003)	(84.267)
Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	(156.202)	(138.475)
Ajustes do ativo intangível da concessão (32.3.3)	1.382	1.382
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (32.3.4)	85.751	83.883
Resultado líquido do exercício conforme contabilidade regulatória	<u>381.824</u>	<u>333.886</u>

32.3. Composição dos ajustes

32.3.1 Reavaliação Regulatória Compulsória

De acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica registram contabilmente, a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada e baixas, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária. Esse ajuste é regulatório e não é aceito na contabilidade societária.

A composição dos saldos da reavaliação compulsória registrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos ao ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais e os efeitos tributários para a Companhia, valores estes que estão de acordo com os montantes apresentados nas notas 10, 12 e 20 deste relatório, estão assim apresentados:

Saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	<u>31/12/2025</u>			<u>31/12/2024</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>
Ativo imobilizado	3.461.994	(2.193.887)	1.268.107	3.540.789	(2.150.124)	1.390.664
Ativo intangível	277.107	(227.354)	49.753	273.747	(226.620)	47.127
Obrigações especiais	(600.528)	376.985	(223.543)	(600.528)	354.441	(246.086)
Total	3.138.573	(2.044.257)	1.094.316	3.214.008	(2.022.302)	1.191.705
Efeito IR e CSLL	(1.067.115)	695.047	(372.067)	(1.092.763)	687.583	(405.181)
Efeito líquido	<u>2.071.458</u>	<u>(1.349.209)</u>	<u>722.249</u>	<u>2.121.245</u>	<u>(1.334.720)</u>	<u>786.524</u>

32.3.2. Atualização do Ativo Financeiro da Concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente do estorno do valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão. Esse ajuste refere-se a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional, no resultado do exercício societário. O mesmo é aceito na contabilidade societária e não é aceito na contabilidade regulatória.

32.3.3. Ativo Intangível da Concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente do estorno do reconhecimento de custos adicionais e juros capitalizados em ordens em curso, reconhecidos na contabilidade societária e, que serão amortizados até o prazo final da concessão. Esse ajuste é aceito na contabilidade societária e não é reconhecido na contabilidade regulatória.

32.3.4. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes são decorrentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes de diferenças entre práticas contábeis societárias e as regulatórias.

(33) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2025	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 3 anos	2.926.409	4.143.443	-	7.069.852
Compra de energia de Itaipu	Até 3 anos	365.281	684.192	-	1.049.473
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 3 anos	1.039.856	2.103.139	-	3.142.995
Projetos de construção de subestação	Até 2 anos	27.604	11.197	-	38.800
Fornecedores de materiais e serviços	Até 4 anos	334.129	312.996	27.287	674.411
Total		4.693.278	7.254.967	27.287	11.975.532

(34) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2025, um valor de R\$ 6.703 (R\$ 6.534 em 2024) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 25).

Ainda em 2025, houve o aumento do capital social (nota 21) da Companhia no montante de R\$ 4.588 (R\$ 4.588 em 2024), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2024.

(35) EVENTOS SUBSEQUENTES

Renovação da concessão

Conforme mencionado na nota 1.2 Renovações de concessões de distribuição de energia elétrica no Brasil, em 6 de abril de 2026, houve a convocação da Companhia para a assinatura do referido termo aditivo no prazo de até 60 (sessenta) dias, conforme disposto no art. 10, § 4º, do Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

JİYONG CHAI
Vice Presidente

LUCIANO CESAR DE SOUZA OLIVEIRA
Conselheiro

DIRETORIA

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA
Diretor Presidente

MINGZHI HAN
Diretora Financeira e de
Relações com Investidores

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES
Diretor de Assuntos
Regulatórios

GUSTAVO KODAMA UEMURA
Diretor Comercial

ROLANDS SARETTA MENEZES
Diretor de Operações

JİYONG CHAI
Diretor Comercial

SHENG XU
Diretor Executivo

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

CONTABILIDADE

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217.200/O-6



Companhia Piratininga de Força e Luz

**Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Piratininga de Força e Luz

Opinião

Examinamos as Demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Piratininga de Força e Luz ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as Demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de Demonstrações contábeis regulatórias de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

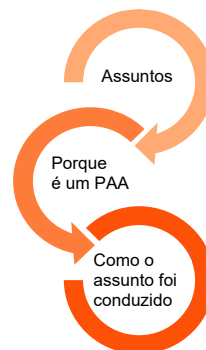
Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Piratininga de Força e Luz a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.



Companhia Piratininga de Força e Luz

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Nota 6)</p> <p>A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura.</p> <p>Conseqüentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de fornecimento não faturado estimado somava R\$ 348.542 mil.</p> <p>O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.</p> <p>Devido à complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas técnicas e comerciais, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria..</p>	<p>Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.</p> <p>Em relação aos testes de transações, avaliamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.</p> <p>Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida por classe de consumo e tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades. Comparamos nosso recálculo com os valores apurados pela administração.</p> <p>Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas Demonstrações contábeis regulatórias. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos,</p>



Companhia Piratininga de Força e Luz

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	<p>consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida, mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.</p>

Outros assuntos - Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente em de 4 de março de 2026, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as Demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as Demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na



Companhia Piratininga de Força e Luz

elaboração das Demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Companhia Piratininga de Força e Luz


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas Demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 27 de abril de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027613/F-1

DocuSigned by
Lia Fonseca
Assinado por: LIA MARCELA RUSINQUE FONSECA/3324318936
CPF: 3324318936
Data/Tipo de Assinatura: 27 de abril de 2026 | 10:43 BRT
© ECP-Brasil. CxJ: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Empres: AC SERASA RFB v5
55029CE1A3C6A492

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4


TERMO DE RESPONSABILIDADE
Referente Demonstrações Contábeis Regulatória

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Campinas, 27 de abril de 2026.

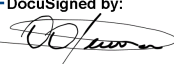
Concessionária: COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ

TERM OF RESPONSIBILITY
Concerning Regulatory Financial Statements

By this Term of Responsibility, we declare under the penalties of the Law the veracity of the information submitted to the National Electric Energy Agency - ANEEL, expressing the commitment to compliance with the rules, procedures and requirements established by the legislation of the electricity sector, as well as science of the penalties to which we will be subject. We are aware that the falsity of the information, as well as the non-compliance with the commitment made herein, in addition to requiring the return of amounts received improperly, where applicable, will be subject to the penalty of Group IV, item X, Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004, as well as those provided for in articles 171 and 299, both of the Penal Code.

Campinas, April 27, 2026.

Concessionaire: COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ

DocuSigned by:

 DBDC46865C2346B...

Osvanil Oliveira Pereira
 Diretor Presidente
 Chief Executive Officer
 CPF: 158.322.888-82

DocuSigned by:

 3F34BB169C324C7...

Mingzhi Han
 Diretora Financeira e de Relações com
 Investidores
 Chief Financial and Investor Relations
 Officer
 CPF: 240.791.968-81

DocuSigned by:

 9AB50212BD6E4BC...

Ana Paula Peressim de Paulo
 Gerente de Contabilidade das
 Distribuidoras
 Accounting Manager of Distributors
 CT CRC 1SP217200/O-6
 CPF: 171.567.218-60



<p>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004</p> <p>Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:</p> <p>...</p> <p>X - fornecer informação falsa à ANEEL;</p> <p>CÓDIGO PENAL</p> <p>Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.</p> <p>Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.</p>	<p>Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004.</p> <p>Art 7 - Constitutes an infraction, subject to the imposition of the penalty fine of Group IV:</p> <p>...</p> <p>X - provide false information to ANEEL;</p> <p>PENAL CODE</p> <p>Art. 171 - Obtain, for yourself or others, unlawful advantage, to the detriment of others, inducing or keeping someone in error, through artifice, ruse, or any other fraudulent means.</p> <p>Art. 299 - Omit, in a public or private document, a statement that should appear on it, or insert a false statement or different statement from that which should be written, in order to prejudice law, create an obligation or alter the truth about the legally relevant fact.</p>
---	---

^{DS}

^{DS}

^{DS}